

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

183 abr./jun. 2014

ISSN 1413-1536

Entrevista: **Vitor Lopes**

Crédito para o
desenvolvimento

Ponto de vista:

**Gervásio
F. Santos**

As grandes
questões no
panorama
energético
mundial

Impacto do
investimento público
direto em educação
sobre o desempenho
escolar de 2007 a 2011

Região: da abordagem
econômica à pós-moderna
– notas para um debate



Publique
seu artigo



BAHIA ANÁLISE & DADOS

Tema | AGRICULTURA FAMILIAR

PRAZO PARA ENTREGA
DOS ARTIGOS

20 de agosto de 2014

INFORMAÇÕES

(71) 3115-4793

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Aline Rocha (SEI)

Armando Castro (SEI)

Lilane Sampaio Rego (EBDA)

ENDEREÇO ELETRÔNICO
PARA ENVIO DOS ARTIGOS

aedagricultura@sei.ba.gov.br

www.sei.ba.gov.br



@eu_sei



imprensa.sei



**Governo do
Estado da Bahia**
Secretaria do Planejamento

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

183 abr./jun. 2014

Sumário

5 Carta do editor

Economia em destaque

7 Desempenho da economia baiana no primeiro trimestre e perspectivas

Bruno Neiva, Carla do Nascimento, Elissandra Britto, Jorge Caffé

Entrevista

21 Crédito para o desenvolvimento

Vitor Lopes

Artigos

29 A economia invisível dos pequenos: o trabalho informal na Central de Abastecimento do Malhado em Ilhéus, Bahia

Greiziane Araújo Queiroz, Idajara Araújo Queiroz

37 Impacto do investimento público direto em educação sobre o desempenho escolar no período de 2007 a 2011

Andressa Lemes Proque, Daiana Dalla Vecchia

49 Microempreendedores individuais na cidade de Itabuna, Bahia: caracterização das dez atividades mais frequentes

Rui Batista dos Santos, Priscila de Queiroz Leal

59 Produção de soja na Bahia: uma análise das suas externalidades

Daiana Dalla Vecchia, Salatiel Turra

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA JAQUES WAGNER

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO JOSÉ SERGIO GABRIELLI

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS

CONSELHO EDITORIAL
Andréa da Silva Gomes, Antônio Alberto Valença, Antônio Plínio Pires de Moura, Celeste Maria Philigret Baptista, César Barbosa, Edmundo Sá Barreto Figuerôa, Gildásio Santana Júnior, Jackson Ornelas Mendonça, Jorge Antonio Santos Silva, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Paulo Henrique de Almeida, Ranieri Muricy, Rosembergue Valverde de Jesus, Thiago Reis Góes

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS

Gustavo Casseb Pessoti

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Elissandra Alves de Britto
Rosângela Conceição

EQUIPE TÉCNICA

Maria Margarete de Carvalho Abreu Perazzo
Mercejane Wanderley Santana
Zélia Góis
Thaís Raiana Pires Silva (estagiária)
Thiago Lima Silva (estagiário)

COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO/ NORMALIZAÇÃO

Eliana Marta Gomes Silva Sousa
Isabel Dino Almeida

COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Ana Paula Porto

EDITORIA-GERAL

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

REVISÃO

Calixto Sabatini (Linguagem)
Ludmila Nagamatsu (Padronização e Estilo)

DESIGN GRÁFICO/EDITORIAÇÃO/ ILUSTRAÇÕES

Nando Cordeiro

FOTOS

Secom/ba, Stock XCHNG

IMPRESSÃO

EGBA – Tiragem: 1.000

71

Estrutura de mercado da indústria de utensílios domésticos de alumínio no município de Vitória da Conquista, Bahia

Helton Pires de Souza,
José Antonio Gonçalves dos Santos

Seção especial

83

Região: da abordagem econômica à pós-moderna – notas para um debate

Amílcar José Carvalho,
Lúcio Flávio da Silva Freitas,
Urandi Roberto Paiva Freitas

Ponto de vista

90

As grandes questões no panorama energético mundial

Gervásio F. Santos

Investimentos na Bahia

92

Bahia deverá atrair 436 empreendimentos até 2016

Fabiana Karine Santos de Andrade

96

Livros

98

Conjuntura econômica baiana

Indicadores conjunturais

110

Indicadores econômicos

119

Indicadores sociais

129

Finanças públicas

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte. Esta publicação está indexada no *Ulrich's International Periodicals Directory* e no sistema *Qualis* da Capes.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994) – Salvador: SEI, 2014.
n. 183
Trimestral
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: Mensal até o número 154.
ISSN 1413-1536

1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)



Governo do Estado da Bahia

Secretaria do Planejamento

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, CAB
Salvador (BA) Cep: 41.745-002
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br



XIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL RII VI TALLER DE EDITORES RIER

01 a 04 de Setembro 2014 • Salvador • Brasil

Abertas inscrições para o XIII Seminário da Rede Iberoamericana de Pesquisadores

Especialistas iberoamericanos em temáticas urbanas e regionais reúnem-se pela primeira vez em Salvador-BA para o XIII Seminário da Rede Iberoamericana de Pesquisadores. Espaço de debates interdisciplinares entre pesquisadores de diversos países, a rede discute sobre as transformações territoriais vinculadas à globalização.

Áreas Temáticas:

- Sistemas locais de produção, redes de inovação e desenvolvimento regional
- Desigualdades socioterritoriais e globalização
- Desenvolvimento territorial política e participação
- Alterações urbanas e metropolitanas
- Dinâmica da produção e transformação territorial
- Cidades intermediárias: mudanças e perspectivas

Público-alvo:

Pesquisadores, mestrandos, doutorandos, gestores públicos e lideranças políticas

Inscrições:

R\$ 300 até 31 de agosto

Informações:

www.rii.sei.ba.gov



Curso de Mestrado em Economia
Universidade Federal da Bahia



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM GEOGRAFIA PPGEO/UEFS



Carta do editor

As economias brasileira e baiana foram marcadas por uma conjuntura de incertezas no primeiro trimestre de 2014, apesar de alguns indicadores registrarem crescimento. Em consonância com essa avaliação, a revista *Conjuntura & Planejamento*, na sua edição 183, faz uma análise dos principais aspectos que influenciaram a economia baiana e nacional nesse período.

De acordo com a avaliação da equipe de acompanhamento conjuntural, com a expectativa de baixo crescimento da economia e diante da dificuldade de atingir a meta, o cenário fiscal se torna incerto. Corroborando essa análise, os resultados do PIB nacional divulgados pelo IBGE para o primeiro trimestre de 2014 evidenciaram crescimento bem abaixo das expectativas de fins de 2013.

Com a intenção de ampliar a discussão, na seção de artigos, abordam-se questões estruturais que permeiam o crescimento econômico do país. O artigo de Andressa Lemes Proque e Daiana Dalla Vecchia, intitulado *Impacto do investimento público direto em educação sobre o desempenho escolar no período de 2007 a 2011*, retrata a educação como mola propulsora para se atingir maiores níveis de rendimento e de bem-estar, bem como para reduzir a propensão ao crime, aumentar a produtividade das empresas e diminuir o trabalho informal. Em outro artigo, com o título *Região: da abordagem econômica à pós-moderna – notas para um debate*, Amílcar José Carvalho, Lúcio Flávio da Silva Freitas e Urandi Roberto Paiva Freitas discutem os principais conceitos e noções sobre região e espaço. Para os autores, a relevância da compreensão da região se dá pelo fato de ela orientar as políticas públicas, além de ser alvo da ação de interesse privado.

Nessa edição, colaboraram o presidente da Desenbahia, Vitor Lopes, e o professor e pesquisador do Departamento de Economia da UFBA Gervásio F. Santos. O primeiro apresenta, na seção *Entrevista*, a estrutura da instituição, focando os seus principais aspectos como agência de fomento. Na sua avaliação, é necessário que a Desenbahia se volte para os projetos de maior porte, que representem um impacto positivo na cadeia produtiva. Já na seção *Ponto de Vista*, Gervásio Santos discute os grandes eventos que marcaram a oferta e a demanda de energia em âmbito mundial. Para ele, o conhecimento da dinâmica que sustenta os mercados de energia será fundamental para conciliar objetivos econômicos, energéticos e ambientais.

Assim, a revista *Conjuntura & Planejamento* aproveita para agradecer aos colaboradores, leitores e a todos que contribuíram para que chegássemos aos 20 anos de publicação ininterrupta como referência na qualidade da informação sobre a economia baiana.



Desempenho da economia baiana no primeiro trimestre e perspectivas

Bruno Neiva*

Carla do Nascimento**

Elissandra Britto***

Jorge Caffé****

Apesar da boa perspectiva de crescimento da economia global para 2014, o cenário do primeiro trimestre permaneceu desafiador. A recuperação dos mercados desenvolvidos foi parcialmente compensada pelo arrefecimento das economias emergentes.

Os resultados para o primeiro trimestre mostram que se manteve a perspectiva favorável para a atividade econômica global em 2014. Nos EUA, a economia está se recuperando, mesmo com a queda anualizada de 1,0% no primeiro trimestre, sem pressionar a inflação, possibilitando manutenção de juros baixos. O PIB do primeiro trimestre na Zona do Euro cresceu apenas 0,2%, mas os indicadores de atividade seguem positivos. Na China, a economia deve se estabilizar após o pacote de estímulos adotado pelo governo, mas os riscos se concentram no mercado imobiliário.

* Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Salvador (Unifacs). Técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). brunoneiva@sei.ba.gov.br

** Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). carlajanira@sei.ba.gov.br

*** Mestre em Economia e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). elissandra@sei.ba.gov.br

**** Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Analista técnico da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan). tadeu@sei.ba.gov.br

No Brasil, a economia está se deteriorando, e a confiança dos empresários e dos consumidores entrou em queda. Apesar da redução na geração de empregos, o mercado de trabalho segue estável. A inflação permanece próxima ao teto da meta, e o Banco Central manteve a taxa de juros em 11,0% na sua última reunião. Soma-se a esse cenário a recente apreciação do real e a expectativa de menor crescimento de determinados setores, principalmente de bens de consumo duráveis. Com a expectativa de baixo crescimento da economia, o cenário fiscal torna-se mais incerto, diante da dificuldade de atingir a meta fiscal.

Os resultados do PIB nacional divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o primeiro trimestre de 2014 evidenciaram crescimento bem abaixo das expectativas em fins de 2013. O PIB do primeiro trimestre cresceu apenas 0,2% frente ao trimestre anterior, refletindo o fraco nível de investimento do setor privado e a redução da atividade econômica no país. Destaque para o crescimento de 3,6% do setor de serviços e para a queda de 0,8% da produção industrial. No acumulado dos últimos quatro trimestres, o PIB brasileiro cresceu 2,5%. Houve recuo no consumo das famílias (-0,2%) e na formação bruta de capital fixo (-2,1%) em relação ao trimestre anterior. Os resultados do IBGE mostraram ainda uma pequena revisão para cima do crescimento do PIB de 2013, de 2,3% para 2,5%, o que induz baixo crescimento para 2014 (CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS, 2014).

Na Bahia, a atividade econômica no primeiro trimestre de 2014 aumentou 2,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, de acordo com dados divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da

O PIB do primeiro trimestre cresceu apenas 0,2% frente ao trimestre anterior, refletindo o fraco nível de investimento do setor privado e a redução da atividade econômica no país

Na comparação do primeiro trimestre de 2014 com o quarto trimestre de 2013, o PIB estadual apresentou crescimento de 0,7%, levando-se em consideração a série com ajuste sazonal

Bahia (SEI). Na comparação do primeiro trimestre de 2014 com o quarto trimestre de 2013, o PIB estadual apresentou crescimento de 0,7%, levando-se em consideração a série com ajuste sazonal. A Agropecuária apresentou expansão de 17,0%, o setor de Serviços cresceu 2,6%, com altas no *Comércio* (8,5%) e alojamento e alimentação (3,6%). Por outro lado, a Indústria apresentou queda de 0,8%, puxada pela retração da Indústria de Transformação (-1,9%) e da produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (-3,1%) (ATIVIDADE..., 2014).

As próximas seções apresentam o desempenho setorial da economia baiana no primeiro trimestre de 2014.

DADOS DA SAFRA BAIANA APONTAM PARA RECUPERAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM 2014

Na Bahia, a safra de grãos apresenta perspectiva de alta de 41%, o que corresponde a uma produção de 8,6 milhões de toneladas, ante os 6,1 milhões de toneladas em 2013, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) (2014) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O cenário de seca e a incidência da praga da lagarta do milho, os principais fatores para o mau desempenho da safra passada, foram superados esse ano, provocando esse grande aumento.

O destaque é a intensificação da alta da produção do milho, que chega a mais de 50%, e o aumento de 20,9%

O destaque é a intensificação da alta da produção do milho, que chega a mais de 50%, e o aumento de 20,9% da área de plantio

da área de plantio. A estimativa inicial já era bem positiva, devido ao controle da praga do milho e ao retorno das chuvas, após dois anos de intensa seca, o que acarretou no aumento da área a ser plantada (15,6%), segundo o LSPA de janeiro. Outro fator interessante é que o milho está seguindo os dados nacionais, que apontam crescimento de 44,5% (ACOMPANHAMENTO DE SAFRAS DE GRÃOS DO BRASIL, 2014)¹. Outra cultura em destaque é a soja, com crescimento por volta de 36% em sua produção física.

A chuva trouxe uma grande perspectiva de recuperação e de avanço na produção agrícola. Entretanto, é preciso ressaltar que, mesmo com a maior incidência de chuvas em relação aos dois últimos anos, as precipitações ainda ficaram abaixo da média histórica. Esse fato pode

acarretar um menor rendimento da produção agrícola, pois no momento de crescimento dos grãos e frutos as chuvas não ocorreram com a intensidade necessária. Assim, esse possível prejuízo só poderá ser constatado após o término das colheitas.

A produção de algodão na Bahia, que começa a ser colhida com maior concentração nos meses de junho e julho, mostra que a cultura parece ter se recuperado da praga da lagarta do milho. Isso se observa em decorrência de uma alta em sua estimativa, que está em 34,7%, com produção física de mais de 1,2 milhão de toneladas, superando os dois anos anteriores de queda e de perda e voltando a se aproximar do patamar de produção de 1,5 milhão de toneladas de 2011. Os fatores que contribuíram para o aumento da produção de algodão foram a maior área destinada ao plantio da cultura, até o momento, com crescimento de 21,1%, e o aumento das chuvas no período. No ano passado, alguns produtores preferiram plantar outras culturas por conta da grande incidência da lagarta do milho. A alta na produção ainda pode sofrer alterações devido ao rendimento, já que existe o controle da praga.

O feijão mostra uma expectativa extremamente otimista, de 320 mil toneladas, muito em decorrência das chuvas ocorridas no período de plantio. Essa cultura apresenta crescimento de 28,9% perante 2013. Os números estão

Tabela 1
Estimativa de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento dos principais produtos – Bahia – 2013/2014

Produtos/safras	Produção física (mil t)			Área plantada (mil ha)			Área colhida (mil ha)			Rendimento (kg/ha)		
	2013 (1)	2014 (2)	Var. (%)	2013 (1)	2014 (2)	Var. (%)	2013 (1)	2014 (2)	Var. (%)	2013 (1)	2014 (2)	Var. (%)
Mandioca	1.854	2.088	12,6	285	266	-6,7	177	178	0,6	10.493	11.743	11,9
Cana-de-açúcar	6.760	5.955	-11,9	125	105	-15,5	118	99	-15,5	57.454	59.882	4,2
Cacau	158	164	3,5	551	545	-1,1	533	534	0,2	297	306	3,2
Café	162	169	4,2	179	168	-6,5	160	160	0,2	1.015	1.055	4,0
Grãos	6.102	8.606	41,0	2.745	3.043	10,9	2.544	3.005	18,2	2.399	2.863	19,4
Algodão	925	1.246	34,7	296	358	21,1	294	357	21,3	3.141	3.486	11,0
Feijão	249	320	28,9	460	486	5,5	374	473	26,5	664	677	1,9
Milho	2.115	3.190	50,8	678	820	20,9	571	796	39,5	3.708	4.008	8,1
Soja	2.766	3.770	36,3	1.211	1.280	5,7	1.211	1.280	5,7	2.283	2.945	29,0
Sorgo	47	80	68,3	99	99	-0,7	93	99	6,0	509	808	58,8
TOTAL	-	-	-	3.885	4.126	6,2	3.531	3.977	12,6	-	-	-

Fonte: IBGE—Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2013/2014).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) IBGE—LSPA previsão de safra 2013.

(2) IBGE—LSPA previsão de safra 2014 (Abr/14).

(3) Rendimento = produção física/área colhida.

muito favoráveis. A Conab (ACOMPANHAMENTO DE SAFRAS DE GRÃOS DO BRASIL, 2014) também indica alta (33,1%) na produção total e na primeira safra, a principal desta cultura (variação positiva de 120%). Esses dados são confirmados pela Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba) (2014), que aponta para aumento de 19% na produção total no oeste do estado, responsável por praticamente 90% da produção desta cultura na Bahia. O feijão mostra que muito provavelmente continuará sua expansão, assim como ocorreu na safra passada.

Os dados da soja na Bahia não foram diferentes dos informados para os demais grãos. Sua produção também subiu devido a melhoras climáticas e ao controle da praga da lagarta do milho, que também atacou essa cultura. A produção, segundo a Tabela 1, é estimada em 3,8 milhões de toneladas, 36,3% maior que a da safra passada. O rendimento é o principal motivo para o grande aumento da produção, já que está 29% maior do que em 2013. Os dados positivos da soja podem ser confirmados pelo levantamento feito pela Conab (Tabela 2), que aponta um crescimento de 22,1% da produção em relação à safra anterior.

A produção de mandioca pode subir 12,6% no estado de acordo com o LSPA. Um bom rendimento esperado é o que sustenta esta recuperação, mas é preciso acompanhar os dados na colheita para confirmar o otimismo. Essa

Os dados da soja na Bahia não foram diferentes dos informados para os demais grãos. Sua produção também subiu devido a melhoras climáticas e ao controle da praga da lagarta do milho, que também atacou essa cultura

cultura, típica da agricultura familiar, pode ter grandes oscilações devido à pouca tecnologia empregada no cultivo.

O café, que tem início de colheita em junho, está com expectativas otimistas, que apontam um crescimento de 4,2%. O produto foi muito castigado pela falta de água no ano passado, e a continuidade dessa situação pode fazer com que o produto ainda não se recupere na safra de 2014. Dados da Aiba mostram uma alta de 7% na safra de verão, que corresponde a 30% da cultura no estado. Porém, é preciso esperar as primeiras colheitas para confirmar como está o rendimento da cultura e indicar a direção da produção.

Tabela 2
Estimativa de produção física, área plantada e rendimento dos principais produtos – Bahia – 2013/2014

Produtos/safras	Área plantada (mil ha)			Rendimento (kg/ha)			Produção física (mil t)		
	2013 (1)	2014 (2)	Var. (%)	2013 (1)	2014 (2)	Var. (%)	2013 (1)	2014 (2)	Var. (%)
Grãos	2.725	3.032	6,90	2.098	2.552	24,00	5.717	7.737	32,60
Algodão	271	318	17,3	3.330	3.900	17,1	904	1.242	37,4
Feijão	456	504	10,40	415	500	20,50	189	252	33,10
Feijão 1ª safra	229	277	20,70	229	416	81,70	53	115	119,40
Feijão 3ª safra	227	227	0,00	603	603	0,00	137	137	0,00
Milho	628	813	29,30	3.022	3.377	11,70	1.899	2.745	44,50
Milho 1ª safra	387	542	40,10	3.616	3.750	3,70	1.399	2.033	45,30
Milho 2ª safra	241	271	12,10	2.071	2.630	27,00	500	712	42,40
Soja	1.282	1.274	-0,60	2.100	2.580	22,90	2.692	3.287	22,10
Sorgo	87	123	41,00	371	1.720	363,60	32	211	553,90

Fonte: Acompanhamento de Safras de grãos do Brasil (2013-2014).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Décimo-segundo levantamento da safra de grãos (set. 2013).

(2) Oitavo levantamento da safra de grãos (maio 2014).

O cacau está se recuperando aos poucos da grande queda de produção ocorrida nos anos 1990, [...] principal entrave agora, além da vassoura de bruxa, é a concorrência internacional num ambiente de estagnação do mercado desta *commodity* na Europa e Estados Unidos

O cacau está se recuperando aos poucos da grande queda de produção ocorrida nos anos 1990, porém seu principal entrave agora, além da vassoura de bruxa, é a concorrência internacional num ambiente de estagnação do mercado desta *commodity* na Europa e Estados Unidos. A quebra de safra na Indonésia pressionou demandas internacionais para o cacau brasileiro, embora não tenha tido reflexo direto na produção, que pode ter aumento de 3,4%. Essa produção não consegue suprir a demanda nacional, levando à importação de matéria-prima. Vale lembrar que os dados da safra principal de cacau são computados pelo IBGE para o ano de 2013. A safra de 2014 só começa a ser registrada pelo órgão no mês de maio.

Dados da cana-de-açúcar apontam para uma retração da produção de 12%, chegando a quase 6 milhões de toneladas. Esta expectativa de queda se justifica por uma pequena redução na área plantada e na área colhida. O crescimento das plantações de cana-de-açúcar ficou prejudicado pela irregularidade do período em que ocorreram as chuvas.

RETRAÇÃO NA DEMANDA EXTERNA AFETA ATIVIDADE INDUSTRIAL

O comércio exterior baiano continua atravessando período difícil, após a queda das exportações em 2013, com taxa negativa de 10,4%, e saldo anualizado na

balança comercial de apenas US\$ 1,2 bilhão. No primeiro trimestre de 2014, a balança comercial da Bahia apresentou déficit de US\$ 89 milhões, ante o superávit de US\$ 190 milhões no ano anterior, de acordo com as estatísticas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) (BRASIL, 2014a), divulgadas pela SEI (BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA, 2014). No país, foi observado um déficit de US\$ 6,07 bilhões no período, resultado da queda de 8,8% nas exportações e do decréscimo de 8,6% nas importações. A queda nos preços médios dos produtos exportados e a retração dos embarques de manufaturados contribuíram fortemente para o desempenho do comércio exterior.

No estado, as exportações alcançaram US\$ 2,0 bilhões no primeiro trimestre de 2014, com decréscimo de 1,3% comparado com o mesmo período de 2013, que já teve um recuo de 20,7% em relação ao mesmo período de 2012. A queda nas vendas foi evidenciada basicamente nos segmentos *Químicos e petroquímicos* (-14,4%), *Metalúrgicos* (-22,3%) e *Automotivo* (-30,4%). Em sentido contrário, com taxas positivas, destacaram-se os segmentos *Papel e celulose* (2,9%), *Petróleo e derivados* (61,7%) e *Soja* (22,8%). Esses seis segmentos representam mais de 70% da pauta de exportações do estado, um total de US\$ 1,55 bilhão.

Na comparação com 2013, a venda de produtos básicos na Bahia aumentou 8,1% no primeiro trimestre de 2014. Os manufaturados cresceram em 2,8%, e os semimanufaturados exibiram decréscimo de 10,3%. O grupo de

O comércio exterior baiano continua atravessando período difícil, após a queda das exportações em 2013, com taxa negativa de 10,4%, e saldo anualizado na balança comercial de apenas US\$ 1,2 bilhão

produtos industrializados respondeu por 85,8% do total exportado pela Bahia no período, indicando elevado grau de industrialização da pauta baiana de exportações.

Considerando-se os blocos econômicos de destino, destacaram-se as vendas para a Ásia, com variação de 5,0%, basicamente de celulose, cobre e produtos primários – soja e algodão. As demais áreas apresentaram variação negativa: Nafta (-10,2%), União Europeia (-21,6%), Mercosul (-12,7%), entre outras.

As importações registraram acréscimo de 13,8%, com US\$ 2,09 bilhões, e a corrente de comércio (exportações mais importações) cresceu 5,8% no período considerado.

Em termos de participação, as compras de *Intermediários* representaram 38,8% da pauta total, e as de *Combustíveis e lubrificantes*, 28,1%. As importações de *Bens de capital* representaram 18,0%, e as de *Bens de consumo*, 13,3%. Em termos de variação, no primeiro trimestre de 2014, houve crescimento nas categorias *Combustíveis e lubrificantes* (37,8%), *Bens de consumo duráveis* (49,2%) e *Bens de capital* (10,0%), enquanto as categorias *Bens intermediários* e *Bens de consumo não duráveis* apresentaram decréscimo de, respectivamente, 3,2% e 15,5%.

Com as vendas externas prejudicadas, a produção industrial baiana retraiu-se no primeiro trimestre do ano. A produção física da Indústria (*Transformação e Extrativa mineral*) na Bahia apresentou decréscimo de 2,5% quando comparada com a do mesmo período de 2013. O país e o Nordeste apresentaram taxas positivas de 0,4% e 3,6%, respectivamente, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (2014) do IBGE². O bom desempenho do Nordeste pode ser atribuído ao crescimento na indústria de alimentos e de derivados de petróleo, e o do país, à elevação de bens duráveis (linha marrom).

2 O IBGE reformulou a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física a partir de março de 2014, com o intuito de adotar a CNAE 2.0; atualizar a amostra intencional de setores, produtos e informantes; atualizar a estrutura de ponderação dos índices com base em estatísticas industriais mais recentes, de forma a integrar-se às necessidades do projeto de implantação da Série de Contas Nacionais – referência 2010; e atualizar a infraestrutura tecnológica dos instrumentos de coleta, apuração e análise dos indicadores. Para a Bahia, a nova pesquisa agregou um total de 101 produtos e/ou serviços, ante 79 da pesquisa baseada na CNAE, versão 1.0. Anteriormente, a indústria geral era composta por nove atividades. Na nova metodologia foram incluídas mais três atividades.

A redução na produção de Veículos foi atribuída, principalmente, à queda na demanda externa da Argentina. [...] Trata-se do quarto maior parceiro comercial do estado e o principal destino de manufaturados em 2013

Entre os fatores que contribuíram para o recuo da produção industrial no estado destacaram-se estoques elevados (veículos); maior presença de importados no mercado doméstico; dificuldade de colocação de produtos nacionais no mercado internacional; menor demanda das famílias e inadimplência elevada; encarecimento; e maior restrição ao crédito.

A análise setorial evidencia que o desempenho da produção industrial baiana no primeiro trimestre de 2014 foi influenciado, principalmente, pelos resultados negativos apresentados pelos segmentos *Veículos* (-39,8%), *Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos* (-47,0%), *Metalurgia* (-4,4%) e *Couros, artigos para viagem e calçados* (-8,5%). Em sentido contrário, contribuíram positivamente para o resultado da produção industrial *Coque, produtos do petróleo e biocombustíveis* (7,8%) e *Outros produtos químicos* (10,2%).

A redução na produção de *Veículos* foi atribuída, principalmente, à queda na demanda externa da Argentina. A Bahia vem sentindo com força a crise econômica vivida pelo país vizinho. Trata-se do quarto maior parceiro comercial do estado e o principal destino de manufaturados em 2013. As vendas de automóveis para lá caíram 32,6% em março. Por isso, o governo brasileiro discute um acordo automotivo com a Argentina, que garanta o livre comércio de veículos e peças entre os dois países. De janeiro a março deste ano, a Bahia vendeu US\$ 34,489

milhões em veículos para a Argentina, queda de 10,8% frente ao mesmo período do ano passado. Soma-se a queda anualizada de 5,9% até março nas vendas de automóveis no mercado interno, segundo dados da Fenabrave (2014), o que contribuiu para ampliação dos estoques do setor. O recuo dessa atividade também prejudicou a performance do segmento *Borracha e plástico* (-1,0%) no período e de outras indústrias de partes e peças do setor.

O segmento de *Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos* apresentou significativa queda no período em razão do fechamento de uma importante unidade de produção de empresa fabricante de *notebooks* e *desktops* no estado no quarto trimestre de 2013.

O decréscimo na produção de *Metalurgia* respondeu, principalmente, à desaceleração da economia chinesa e ao recuo na demanda de importantes setores da economia brasileira. O mercado doméstico não está aquecido, e o internacional ainda se mostra acanhado, com preços deprimidos, quadro agravado com a relativa apreciação do câmbio.

O setor de *Couros, artigos para viagem e calçados* também registrou queda no período, em decorrência do

encerramento das atividades de uma empresa do ramo no interior baiano. No entanto, novas indústrias calçadistas estão sendo instaladas no estado, o que deverá impulsionar o setor ainda em 2014.

A produção de *Bebidas*, que caiu 3,4% no período – ao contrário do que ocorreu no país, com crescimento de 2,8% –, apresentou comportamento não esperado, uma vez que foram instaladas novas indústrias no estado, e era de se esperar a ampliação da formação de estoque, diante de uma expectativa de aumento de consumo de bebidas durante a Copa do Mundo, apesar do aumento do custo dos produtos.

A principal contribuição positiva no período coube ao segmento de *Refino de petróleo*, que no primeiro trimestre, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (2014), processou 4,3 bilhões de metros cúbicos de derivados de petróleo, volume 8,6% superior ao processado no mesmo período de 2013. Outro segmento que apresentou desempenho positivo no período foi *Produtos químicos*, beneficiado pela demanda externa e doméstica por petroquímicos, sendo a última influenciada pelo bom desempenho de atividades relacionadas a bens de consumo não duráveis – como bebidas – e pelo setor de infraestrutura.

As perspectivas para o setor mostram que, além do desaquecimento da economia, a Copa do Mundo no país também deve prejudicar a produção industrial nos próximos meses. Outros possíveis obstáculos são o aumento nas tarifas de energia elétrica e a ameaça de apagão. Por outro lado, a possível recuperação da demanda externa poderá impulsionar positivamente o setor.

A principal contribuição positiva no período coube ao segmento de Refino de petróleo, que no primeiro trimestre, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (2014), processou 4,3 bilhões de metros cúbicos de derivados de petróleo, volume 8,6% superior ao processado no mesmo período de 2013

VENDAS VAREJISTAS MANTÊM RITMO DE CRESCIMENTO

O comportamento do *Comércio Varejista* no primeiro trimestre de 2014 foi satisfatório, apesar de ainda não ser possível determinar o ritmo do crescimento. A sua trajetória nos primeiros três meses do ano de 2014 se mostra desigual em relação a igual período de 2013 nas esferas nacional e estadual.

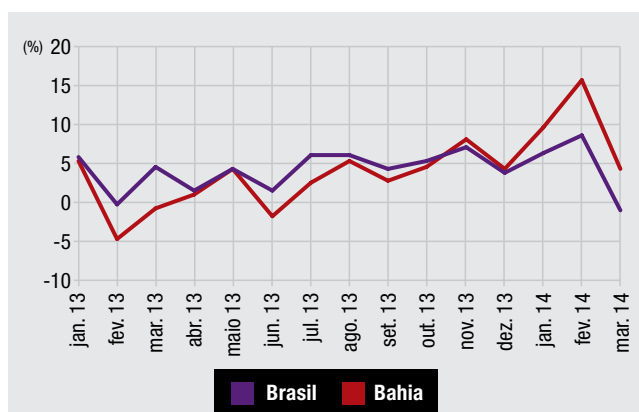


Gráfico 1
Volume de vendas do comércio varejista (1)
Bahia e Brasil – jan. 2013-mar. 2014

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio (2014).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação mensal em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Na Bahia, o volume de vendas supera o nacional desde novembro do ano passado. No primeiro trimestre de 2014, essa disparidade no crescimento das vendas foi intensificada. Nesse período, o setor registrou um desempenho surpreendente ao apresentar uma taxa de crescimento de 9,6% em comparação a igual período de 2013 (PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO, 2014). Apesar da redução no ritmo de crescimento, com a taxa caindo de 15,7% em fevereiro de 2014 para 4,2% em março do mesmo ano, em relação a iguais meses no ano anterior, ainda se deve comemorar, pois em igual período do ano passado o crescimento foi nulo.

Por atividade, observa-se que, dos oito segmentos que compõem o setor, sete registraram desempenho positivo no trimestre. Por magnitude das taxas, têm-se *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (31,0%); *Livros, jornais, revistas e papelaria* (27,4%); *Combustíveis e lubrificantes* (16,3%); *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (15,8%); *Móveis e eletrodomésticos* (6,6%); *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (3,9%) e *Tecidos, vestuário e calçados* (2,8%). O segmento de *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* foi o único a registrar comportamento negativo no período (-2,3%).

Quanto aos subgrupos, há registro de desempenho positivo para *Hipermercados e supermercados* e para

Eletrodoméstico, com variações de 5,8% e 11,6%, respectivamente. Já *Móveis* apresentou uma queda de 0,8%.

Em relação aos grupos de *Veículos, motos, partes e peças* e *Material de construção*, o comportamento foi diferenciado, com variações negativa e positiva de 2,5% e 4,0%, respectivamente. Esses segmentos, embora não componham o indicador de volume de vendas do comércio varejista, integram a análise do comércio varejista ampliado.

No comércio restrito, os segmentos que se destacaram no primeiro trimestre, considerando o seu peso para o setor, foram *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos*; *Combustíveis e lubrificantes*; e *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*.

O segmento *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos*, que comercializa produtos de uso essencial, teve o seu comportamento no primeiro trimestre influenciado pela evolução positiva da massa de salários e pelo efeito dos preços dos produtos farmacêuticos.

Já *Combustíveis e lubrificantes* foi favorecido pela base de comparação fraca. Para o acumulado do ano, essa atividade apresentou o segundo melhor desempenho. O ramo retomou o crescimento desde outubro do ano passado, com ritmo acelerado nas vendas até o mês de

**Quanto aos subgrupos,
há registro de desempenho
positivo para *Hipermercados
e supermercados* e para
Eletrodoméstico, com
variações de 5,8% e
11,6%, respectivamente.
Já *Móveis* apresentou uma
queda de 0,8%**

Tabela 3
Volume de vendas do comércio varejista – Bahia – jan.-mar. 2014

Atividade	Mensal (1)			Ano (2)	Acumulado 12 meses (3)
	Jan.	Fev.	Mar.		
Comércio Varejista	9,6	15,7	4,2	9,6	4,9
1 - Combustíveis e lubrificantes	17,4	26,4	6,8	16,3	-1,4
2 - Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	4,7	8,9	-1,3	3,9	2,0
2.1 - Hipermercados e supermercados	6,8	10,4	0,8	5,8	4,5
3 - Tecidos, vestuário e calçados	-1,4	11,0	0,0	2,8	3,5
4 - Móveis e eletrodomésticos	5,1	6,6	8,1	6,6	11,1
4.1 - Móveis	-5,2	4,1	-0,4	-0,8	6,0
4.2 - Eletrodomésticos	11,1	9,4	14,2	11,6	15,2
5 - Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	30,1	36,0	27,3	31,0	21,2
6 - Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação	-9,6	16,0	-9,2	-2,3	-14,0
7 - Livros, jornais, revistas e papelaria	36,9	26,0	17,1	27,4	21,3
8 - Outros artigos de uso pessoal e doméstico	21,3	26,4	2,5	15,8	15,2
Comércio Varejista Ampliado (4)	5,8	12,9	-0,8	5,6	2,8
9 - Veículos, motos, partes e peças	-1,6	7,1	-11,2	-2,5	-3,0
10 - Material de construção	3,3	10,8	-1,7	4,0	8,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio (2014).

(1) Compara a variação mensal do mês de referência com igual mês do ano anterior.

(2) Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.

(3) Compara a variação acumulada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

(4) O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 10.

fevereiro de 2014, apesar de no mês de março de 2014 registrar um volume de vendas menos intenso.

Nos três primeiros meses do ano, o terceiro melhor comportamento foi de *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, que comercializa produtos de menor valor agregado, bem como ótica, artigos esportivos e brinquedos. Englobando ramos como lojas de departamentos, esse segmento registrou pujança nas vendas até o mês de junho do ano passado, passando, desde então, a ter um tímido desempenho nas vendas.

Quanto a *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, segmento de maior peso para o setor do comércio varejista, observou-se no trimestre um tímido desempenho. Apesar de nos meses de janeiro e fevereiro assumir a posição de segunda maior contribuição para o desempenho do setor, no mês de março, por conta da elevação dos preços e do efeito calendário – nesse ano, a comemoração da Páscoa foi em abril –, o segmento foi o principal determinante para amenizar o crescimento das vendas do setor.

Os últimos resultados divulgados pelo IBGE sobre o desempenho do PIB indicam que a previsão quanto ao

comportamento das vendas no comércio varejista nos próximos meses é incerta. No que diz respeito ao desempenho do setor no trimestre, observa-se que, apesar de a PMC mostrar que as vendas do varejo baiano superaram as do Brasil – com taxa de 9,6%, em contrapartida a 4,4% da nacional –, a queda no consumo das famílias revela que os consumidores estão cautelosos diante dos sinais negativos da economia.

Nos três primeiros meses do ano, o terceiro melhor comportamento foi de *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, que comercializa produtos de menor valor agregado, bem como ótica, artigos esportivos e brinquedos

MERCADO DE TRABALHO APRESENTOU RECUO DA OCUPAÇÃO E ESTABILIDADE DO DESEMPREGO

Para o agregado das seis regiões metropolitanas (RMs)³, houve recuo da ocupação em março de 2014, com a eliminação de 137 mil postos de trabalho, segundo os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) (2014). A população ocupada nas RMs, em março, foi estimada em 18.582 mil pessoas, e a população economicamente ativa, em 20.876 mil. Já o total de desempregados foi calculado em 2.294 mil pessoas, 136 mil a mais do que em fevereiro deste ano. A taxa de desemprego total elevou-se de 10,3%, em fevereiro, para 11,0%, em março. Contribuíram para esse resultado a taxa de desemprego aberto, com aumento de 8,2% para 8,8%, e a de desemprego oculto, de 2,1% para 2,2%.

No conjunto das seis regiões pesquisadas, houve aumento do rendimento médio real dos ocupados (0,8%) e dos assalariados (0,7%) em fevereiro de 2014. Os valores monetários passaram a equivaler a R\$ 1.689 e R\$ 1.710, respectivamente, para os ocupados e assalariados. Especialmente, o rendimento médio real dos ocupados cresceu em São Paulo (1,4%, passando a equivaler a R\$ 1.883) e Belo Horizonte (1,2%, R\$ 1.864), manteve-se relativamente estável em Porto Alegre (0,1%, R\$ 1.811) e Fortaleza (-0,1%, R\$ 1.157) e reduziu-se em Salvador (-1,5%, R\$ 1.184) e Recife (-1,2%, R\$ 1.198). Deste modo, a Região Metropolitana de Salvador consignou o maior percentual de redução no rendimento médio real e ostentou o segundo menor rendimento médio entre as regiões metropolitanas pesquisadas.

Referente à Região Metropolitana de Salvador (RMS), a ocupação reduziu-se em 3 mil postos de trabalho, passando de 1.552 mil para 1.549 mil pessoas de fevereiro a março. Já o contingente de desempregados foi estimado em 333 mil pessoas, um mil a menos que em fevereiro. Esse resultado deveu-se à relativa estabilidade do mercado de trabalho, tanto no que se refere

Região Metropolitana de Salvador (RMS), a ocupação reduziu-se em 3 mil postos de trabalho, passando de 1.552 mil para 1.549 mil pessoas de fevereiro a março

aos ocupados (-3 mil) quanto à população economicamente ativa (PEA) (-4 mil). A taxa de desemprego total não variou, mantendo-se em 17,7% da PEA. A taxa de desemprego aberto continuou estável em 12,8%, e a de desemprego oculto decresceu de 5,0% para 4,9%.

A conjuntura de março de 2014 traz um cenário de ascensão circunstancial da informalidade no mercado de trabalho na RMS, comparada a de fevereiro. Os dados da PED mostraram redução de trabalhadores com carteira assinada (12 mil, ou 1,5%) e, inversamente, ampliação dos trabalhadores sem carteira (4 mil, ou 3,2%). Constatou-se que o emprego assalariado exibiu queda de 16 mil, ou 1,5%. No setor privado, houve diminuição de 8 mil postos, ou 0,9%, e no setor público, de 6 mil, ou 4,1%. Registrou-se aumento de trabalhadores autônomos (9 mil, ou 3,2%) e também no agregado *Outras posições ocupacionais* (2 mil, ou 3,1%) – que inclui empregadores, trabalhadores familiares, donos de negócio familiar, entre outros –, além dos empregados domésticos (2 mil, ou 1,6%).

Não obstante a queda do emprego formal em março, nos últimos 12 meses (março/2013 a março/2014), o emprego assalariado na RMS cresceu (40 mil, ou 3,9%) graças ao aumento do emprego no setor privado (43 mil, ou 4,9%), pois a ocupação no setor público ficou estável. No setor privado, registrou-se aumento de assalariados com carteira de trabalho assinada (32 mil, ou 4,2%) e sem carteira assinada (11 mil, ou 9,2%). Houve aumento de trabalhadores no agregado *Outras posições* (7 mil, ou 11,7%) e no de domésticos (6 mil, ou 4,9%), e decréscimo de trabalhadores autônomos (8 mil, ou 2,7%).

³ Refere-se às regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

No que se refere ao nível de emprego formal no país, em março de 2014, houve uma expansão de 0,03%, indicando a geração de 13.117 postos de trabalho, que foram oriundos do saldo de 1.767.969 admissões e 1.754.852 desligamentos. “Esse resultado pode estar refletindo uma antecipação nas contratações ocorridas no mês de fevereiro, quando se verificou um incremento de 260.823 mil empregos, o segundo melhor saldo para o mês na série”, segundo a análise do Ministério do Trabalho e Emprego sobre os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (BRASIL, 2014b).

Em termos setoriais, contribuíram positivamente na geração de empregos formais no país Serviços (+37.453 postos, ou 0,22%), Indústria de Transformação (+5.484 postos, ou 0,06%), Administração Pública (+3.482 postos, ou 0,38%) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (+499 postos, ou 0,12%). Ao contrário, apresentaram desempenho negativo no mercado de emprego formal os seguintes segmentos de atividades: Comércio (-26.251 postos, ou -0,29%), Agricultura (-5.314 postos, ou -0,34%), Construção Civil (-2.231 postos, ou -0,07%) e Extrativa Mineral (-5 postos, ou 0,00%).

A Região Nordeste exibiu saldo negativo de 27.044 postos, ou -0,41%, resultado influenciado por fatores sazonais, mas com menor queda que a ocorrida em março de 2013 (-35.620 postos). Dos nove estados que compõem o Nordeste, sete apresentaram declínio no emprego, tendo Alagoas encabeçado a lista (-10.132 postos), seguido de Pernambuco (-7.883 postos). Contrariamente, os dois

estados que ampliaram o contingente de trabalhadores formais, em março de 2014, foram o Piauí (+ 983 postos) e a Bahia (+ 631 postos).

Como visto anteriormente, na Bahia, foram criados 631 empregos celetistas em março de 2014, equivalentes à elevação de 0,04% do estoque de assalariados em relação a fevereiro. Isso ocorreu em decorrência da expansão da Agropecuária (+1.079 postos, ou 1,08%), da Indústria de Transformação (+566, ou 0,24%) e de Serviços (+ 466, ou 0,06%), cujos saldos mais que contrabalançaram a queda do Comércio (-1.749 postos, ou 0,41%), que, ressalte-se, possui características específicas de flexibilidade contratual ou de sazonalidade no mercado de trabalho (Tabela 4). Na série ajustada, que incorpora as informações declaradas fora do prazo, observou-se acréscimo de 13.395 postos de trabalho (+0,75%) no primeiro trimestre de 2014 e crescimento de 3,13% no nível de emprego ou geração de 54.689 postos nos últimos 12 meses na Bahia.

Sob o enfoque intraestadual, compreendendo a RMS e o interior do estado da Bahia, o saldo de trabalhadores assalariados com carteira assinada (celetista) foi muito mais expressivo no interior. No acumulado de 2014, a região interiorana apresentou saldo ajustado de 9.108 empregos, contra 4.287 empregos na RMS. Em março de 2014, a RMS exibiu saldo negativo de 1.551 empregos, enquanto o interior figurou com saldo positivo de 2.182 empregos (Tabela 5).

A Região Nordeste exibiu saldo negativo de 27.044 postos, ou -0,41%, resultado influenciado por fatores sazonais, mas com menor queda que a ocorrida em março de 2013 (-35.620 postos)

Tabela 4
Saldo de empregos por setor de atividade econômica
Bahia – 2014

Setores de atividade econômica	Saldo de março de 2014	
	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
Extrativa Mineral	65	0,42
Indústria de Transformação	566	0,24
Serviços Industriais de Utilidade Pública – SIUP	93	0,51
Construção Civil	15	0,01
Comércio	-1749	-0,41
Serviços	446	0,06
Administração Pública	116	0,26
Agropecuária	1079	1,08
Total	631	0,04

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (BRASIL, 2014b).

Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes (2014).

Tabela 5
Saldo de emprego celetista, por estado e região metropolitana e interior da Bahia – 2014

Área geográfica	Mar. 2014				Jan.-mar. 2014			
	Admitidos	Desligados	Saldo	Varição (1) (%)	Admitidos	Desligados	Saldo	Varição (1) (%)
Bahia	61.907	61.276	631	0,04	209.117	195.722	13.395	0,75
RMS	29.165	30.716	-1.551	-0,17	104.053	99.766	4.287	0,46
Interior	32.742	30.560	2.182	0,21	105.064	95.956	9.108	--

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (BRASIL, 2014b).

Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes (2014).

(1) A variação mensal do emprego toma como referência o estoque do mês anterior.

Tomando-se como referência os últimos 12 meses da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) na RMS, conjectura-se que os níveis ocupacionais serão sustentados positivamente pelos setores de Serviços, Construção, Indústria de Transformação e Comércio. As perspectivas do mercado de trabalho da RMS nos próximos meses apontam para a estabilidade, tanto na taxa de desemprego – que continua estruturalmente elevada (passou de 20,2% para 17,7%) – como na de ocupação. Quanto à posição na ocupação, as expectativas são de que continuará havendo supremacia do emprego assalariado do setor privado sobre o do setor público. Admite-se também crescimento do emprego com carteira assinada e do contingente de trabalhadores do agregado *Outras posições ocupacionais*, com base na tendência dos últimos 12 meses da PED.

As perspectivas do mercado de trabalho da RMS nos próximos meses apontam para a estabilidade, tanto na taxa de desemprego – que continua estruturalmente elevada (passou de 20,2% para 17,7%) – como na de ocupação

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2014 inicia-se para a economia baiana com perspectivas desfavoráveis para o crescimento, pautadas principalmente no desempenho negativo da indústria e no baixo ritmo do comércio exterior. O setor de Serviços apresenta desempenho modesto, ancorado no Comércio varejista, que tem mostrado bom ritmo de crescimento no estado, apesar da pouca confiança do consumidor e das incertezas do mercado quanto à atividade econômica de modo geral.

Positivamente, favorecem os resultados do setor agropecuário, que tem apresentado estimativas bastante significativas de produção de grãos para a safra de 2014, bem acima das esperadas no início das plantações. Em resposta a esse cenário, o mercado de trabalho apresenta-se com perspectivas de estabilidade tanto para o nível de emprego como para a ocupação.

O Índice do Banco Central Regional (IBCR) registrou, para a Bahia, acréscimo de 3,6% no primeiro trimestre de 2014 em relação ao ano anterior. Para o Nordeste, a elevação foi de 3,2%, enquanto para o país ficou em apenas 1,6% (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014). Esses resultados evidenciam que a Bahia e o Nordeste mostram desempenho favorável e acima do observado para a economia nacional.

Entretanto, o cenário da economia baiana depende do ambiente econômico nacional, que sofre com a inflação dos preços, as elevadas taxas de juros, a volatilidade do câmbio e, principalmente, com as incertezas do mercado, não só econômicas como também políticas.

REFERÊNCIAS

- ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA DE GRÃOS: safra 2013/14. Brasília: CONAB, v. 1, n. 8, p. 1-96, maio 2014. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14_05_08_10_11_00_boletim_gaos_mai_2014.pdf>. Acesso em: 10 maio 2014.
- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. *Dados estatísticos mensais*. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?pg=64555&m=&t1=&t2=&t3=&t4=&ar=&ps=&cachebust=1381866081745>>. Acesso em: 15 maio 2014.
- ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA. *Agronegócios*. Disponível em: <<http://aiba.org.br/agronegocio/>>. Acesso em: 13 maio 2014.
- ASSOCIAÇÃO BAIANA DOS PRODUTORES DE ALGODÃO. *Cotações médias: Oeste da Bahia*. Disponível em: <<http://www.abapaba.org.br/home/>>. Acesso em: 13 maio 2014.
- ATIVIDADE econômica baiana cresce 2,0% no primeiro trimestre de 2014. *Informativo PIB Trimestral*, Salvador, v. 5, n. 1, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2014_1.pdf>. Acesso em: 13 maio 2014.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Índice de atividade econômica do Banco Central (IBC-BR)*. [Brasília]: BACEN, mar. 2014. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/telaCvsSelecionarSeries.paint>>. Acesso em: 15 maio 2014.
- BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: SEI, mar. 2014. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_mar_2014.pdf>. Acesso em: 15 maio 2014.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Indicadores e estatísticas*. Brasília: MDIC, mar. 2014a. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1161>>. Acesso em: 15 maio 2014.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados*. Brasília: MTE, mar. 2014b. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/caged_mensal/caged-marco-2014.htm>. Acesso em: 10 maio 2014.
- CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS. *A economia brasileira no 1º trimestre de 2014: visão geral*. Rio de Janeiro: IBGE, jan./mar. 2014. 20 p. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_201401caderno.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2014.
- FENABRAVE. Índices e números. Emplacamentos, abr. 2014. Disponível em: <<http://www3.fenabreve.org.br:8082/plus/modulos/listas/index.php?tac=indices-e-numeros&idtipo=1&layout=indices-e-numeros>>. Acesso em: 12 maio 2014.
- ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO. Rio de Janeiro: IBGE, abr. 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/ipca-inpc_201405comentarios.pdf>. Acesso em: 14 maio 2014.
- PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=1&i=P&c=1618>>. Acesso em: 12 maio 2014.
- LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=1&i=P&c=1618>>. Acesso em: 10 maio 2014.
- _____. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 maio 2014.
- PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. Salvador: SEI, mar. 2014. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/rel_PED_mar14.pdf>. Acesso em: 10 maio 2014.
- PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/comerc/default.asp>>. Acesso em: 13 maio 2014.
- SONDAGEM DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro: FGV, abr. 2014. Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?luChannelId=402880811D8E34B9011D92E5C726666F>>. Acesso em: 13 maio 2014.



Vitor Lopes

Crédito para o desenvolvimento

SEI – A Desenhahia surgiu da extinção do Desenbanco, que sempre teve um papel importante no fomento do desenvolvimento, e os indicadores e fatos têm revelado que a Desenhahia também vem assumindo crescentemente esse papel. Como você vê o papel da Desenhahia nos últimos anos no fomento da economia do estado?

Vitor Lopes – Quando foi criada a Desenhahia em 2001, em substituição ao Desenbanco, promoveu-se uma mudança de foco da instituição, com o direcionamento da atuação da agência para as pequenas e médias empresas. Naquele momento, foi uma mudança muito significativa, considerando que o Desenbanco trabalhava mais com as grandes empresas do Polo Petroquímico e com o financiamento de projetos estruturantes, como a Barragem de Pedra do Cavalo. Essa mudança de foco, no entanto, não foi uma decisão tão autônoma da Desenhahia. Ela estava de acordo com o contexto de restrição financeira, de ajuste liberal e com a preocupação das autoridades monetárias de

Com um patrimônio líquido próximo a R\$ 500 milhões, a Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. (Desenhahia) posiciona-se entre as maiores instituições de fomento do país. Vendo consolidada sua atuação junto aos pequenos investidores, a entidade segue a tendência nacional de fortalecimento e expansão das agências de fomento e encara o desafio de investir cada vez mais em operações de grande vulto. “A Desenhahia precisava entrar nos projetos de maior porte, que gerassem um impacto positivo na malha produtiva baiana”, afirmou o presidente Vitor César Ribeiro Lopes, na entrevista concedida à SEI. Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia e professor licenciado da Universidade do Estado da Bahia, Lopes tem uma carreira ascendente na Desenhahia: foi gerente de Estudos e Assessoria (2003 a 2012), chefe de gabinete da presidência (2012) e diretor de Negócios (2012 a 2013). Na presidência da instituição desde setembro 2013, ele vem apostando em estratégias de ampliação do microcrédito individual, interiorização e descentralização das operações, expansão do crédito para as pequenas e médias empresas, estruturação de operações mais complexas, como as concessões e parcerias público-privadas, além da atuação mais expressiva na política de atração de investimentos para o estado.

A Desenhahia participou da engenharia financeira da Fonte Nova, do Hospital do Subúrbio, da Rodovia BA-093 [...] A visão é a de que, para ajudar o estado, a Desenhahia precisa entrar nos projetos de maior porte, que gerem um impacto positivo na malha produtiva baiana

que as instituições oficiais de crédito executassem uma política expansionista que impactasse o controle da base monetária. Assim, os primeiros marcos regulatórios das agências de fomento foram bastante restritivos, porque designavam uma área de atuação muito limitada para as agências. Aos poucos, esses marcos regulatórios foram se alterando e, hoje, já permitem um campo de atuação mais amplo e flexível. De qualquer forma, as agências só trabalham com recursos de fundos, de repasses e de recursos próprios. Mesmo com essas limitações, as agências de fomento acabaram se consolidando como um modelo de instituição financeira importante para as suas respectivas economias estaduais. A Desenhahia tem acompanhado essa evolução e podemos dizer que já se apresenta como uma relevante instituição oficial de crédito do estado da Bahia. Com o aumento paulatino do seu tamanho patrimonial, a Desenhahia iniciou um movimento de contratação de operações maiores e estruturadas, como as operações

de PPP e de concessões públicas. A Desenhahia participou da engenharia financeira da Fonte Nova, do Hospital do Subúrbio, da Rodovia BA-093, na maioria das vezes em parceria com o Banco do Nordeste – outra instituição oficial de crédito importante na Bahia. A visão é a de que, para ajudar o estado, a Desenhahia precisa entrar nos projetos de maior porte, que gerem um impacto positivo na malha produtiva baiana. Diante desse breve histórico é que posso afirmar que a contribuição da Desenhahia para o desenvolvimento econômico vem se apresentando bastante expressiva. É evidente que nossa atuação é restrita às nossas possibilidades regulatórias e, assim, apenas trabalhamos com crédito de longo prazo para projetos também de prazos maiores. Mas temos a consciência que, mesmo com restrições, nosso papel é relevante porque existe uma carência de recursos para os investimentos de longo prazo, ressaltados, é claro, os grandes bancos oficiais – BNDES, BNB e Banco do Brasil. Este último está voltando-se para o longo prazo mais recentemente. Em outras palavras, nossa contribuição é expandir o crédito e trabalhar com a inteligência financeira de projetos estruturados. Agora mesmo, estamos com uma equipe trabalhando na Seplan, para acompanhar as atividades relacionadas ao projeto da

Ponte Salvador-Itaparica. Esta equipe participa desde os grupos técnicos dos estudos específicos até o gerenciamento de todo o projeto. Vale registrar que o projeto é mais do que a construção de um equipamento – a ponte –, uma vez que tem por objetivo final o desenvolvimento de uma região esquecida nos últimos surtos de crescimento: o Recôncavo e o Baixo Sul. Enfim, a Desenhahia firma-se como uma instituição que fornece soluções financeiras e técnicas para melhorar a vida dos baianos.

SEI – Comparando com as outras agências, nos outros estados, como a Desenhahia se apresenta?

VL – Eu estou na vice-presidência da ABDE, a Associação Brasileira de Desenvolvimento, uma associação que congrega todas as agências de fomento, os bancos de desenvolvimento estaduais e regionais, o BNDES, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, o Bancoob, o Sebrae e a Finep. Ou seja, congrega instituições financeiras e não financeiras, que têm em comum o apoio ao desenvolvimento socioeconômico e, nessa condição, compõem o Sistema Nacional de Fomento. Há cerca de um mês, estive em um seminário no Banco Central, na condição de vice-presidente da ABDE, discutindo exatamente o papel das agências de fomento e o papel desse sistema. A proposta era discutir a ampliação do escopo das agências de fomento, por se acreditar que elas ocupam um papel importante no Sistema Nacional de Fomento, apesar de se tratar de instituições relativamente pequenas. Isso porque elas estão em quase todas as unidades da Federação e conhecem de perto os problemas e

Nossa contribuição é expandir o crédito e trabalhar com a inteligência financeira de projetos estruturados

as necessidades de suas áreas de atuação. Nesse seminário foi feita uma segmentação das agências por porte – pequenas, médias e grandes agências – tomando por referência o tamanho do patrimônio. Foi considerada agência de grande porte aquela que tem patrimônio acima de R\$ 500 milhões. Apenas as agências de São Paulo e do Paraná alcançaram o status de grande porte. Como a Desenhahia tem hoje um patrimônio líquido de R\$ 492 milhões, ficou classificada como média. Não obstante, é tratada como uma agência de grande porte pelas congêneres, tanto porque de fato posiciona-se no limiar do corte, quanto pela história que carrega, uma vez que é das agências mais antigas. A Desenhahia é uma referência muito importante nesse cenário e está entre as maiores do conjunto de agências de fomento no Brasil.

SEI – Uma tese bastante aceita entre os estudiosos da economia baiana é a de que a Bahia teve

A Desenhahia tem hoje um patrimônio líquido de R\$ 492 milhões, ficou classificada como média. Não obstante, é tratada como uma agência de grande porte pelas congêneres, tanto porque de fato posiciona-se no limiar do corte, quanto pela história que carrega, uma vez que é das agências mais antigas

sua industrialização em saltos. Primeiro foi a refinaria, depois o polo petroquímico, a indústria de celulose no sul do estado, mais recentemente a indústria automotiva e agora a indústria naval e os parques eólicos. Quais são os novos vetores de crescimento da economia baiana na visão da agência?

VL – O primeiro que me vem à mente é o agronegócio da região oeste. Participamos este ano da Bahia Farm Show e conseguimos captar R\$ 280 milhões, ultrapassando a captação do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste e até de bancos privados. Fomos responsáveis por um terço dos negócios financeiros celebrados na feira. Como o montante convertido é da ordem de 50% a 60%, pois nem todos os clientes conseguem apresentar a documentação necessária para um contrato de crédito, nossa expectativa é de uma conversão de cerca de R\$ 150 milhões. O dobro da captação que realizamos no ano passado. A Desenhahia sente a pujança da região oeste. Acreditamos ainda que o potencial da região não está todo explorado, porque a maior parte do cultivo é de sequeiro, e a irrigação não chega a 10% da produção total. A expansão da irrigação deve aumentar substancialmente a produtividade. Calcula-se que, com os equipamentos de irrigação, a produção seja incrementada em duas vezes e meia em relação à produção de sequeiro. Acreditamos que a região vai experimentar uma expansão muito fenomenal. Outro vetor de crescimento é a energia eólica, que vemos crescer bastante nos últimos anos. A questão da distribuição da energia produzida está sendo resolvida, e eu acredito

A Desenhahia sente a pujança da região oeste. Acreditamos ainda que o potencial da região não está todo explorado, porque a maior parte do cultivo é de sequeiro, e a irrigação não chega a 10% da produção total. A expansão da irrigação deve aumentar substancialmente a produtividade

que essa atividade vai impulsionar bastante o semiárido. A indústria naval é outro vetor de crescimento. Apesar de a produção final estar situada no Recôncavo, as produções a montante estão distribuídas no espaço e têm forte perspectivas de expansão. Além desses três vetores, podemos ainda citar a fruticultura no extremo sul, ao lado da produção de eucalipto. Café e frutas estão chegando fortes nessa região. São vetores importantes de crescimento e, o que é melhor, são vetores que estão interiorizando a geração de riqueza. É claro que o polo industrial de Camaçari e a região metropolitana continuam com uma participação muito forte no PIB baiano, mas é visível a tendência à interiorização do desenvolvimento e à diversificação setorial.

SEI – Então, a gente pode esperar para os próximos anos alguma desconcentração econômica?

VL – Sim. Uma desconcentração por conta desses investimentos citados

e também pelo fortalecimento das cidades médias, que assumem papéis cada vez mais importantes. A Bahia tem poucas cidades médias pujantes, com uma boa estrutura econômica. Mas os exemplos de Barreiras e Luiz Eduardo, na região oeste, nos permitem antever uma economia baiana menos concentrada na RMS. Outro exemplo é Vitória da Conquista, no sudoeste, que se apresenta forte em serviços, sobretudo em educação e saúde. Teixeira de Freitas, no extremo sul, por sua vez, é um polo regional. Juazeiro, ao norte, se diversifica. São exemplos dessa natureza que me permitem apostar na tendência de fortalecimento das cidades médias e, por conseguinte, na desconcentração econômica espacial.

SEI – E dentre as ações da agência, existem iniciativas de vocês criarem escritórios regionais em algumas cidades?

VL – Percebemos uma necessidade grande de aumentar nossa capilaridade, mas tínhamos a limitação do marco regulatório que determina que as agências de fomento não podem ter filiais. A estratégia que desenvolvemos foi a de aumentar nossa capilaridade por meio de gerentes de

negócios regionais designados para captar operações em pontos estratégicos do estado. Para viabilizar essas gerências, celebramos uma parceria com o Sebrae, que nos disponibiliza as suas instalações regionais para a instalação desses nossos gerentes. Hoje temos gerentes de Negócios em Vitória da Conquista, Teixeira de Freitas, Ilhéus/Itabuna, Barreiras/Luiz Eduardo, Juazeiro, Feira de Santana. Além destes, temos um gerente de negócios específico para a região metropolitana, que é mais especializada em indústria, e outro em Salvador, que é mais voltada a serviços. Gostaríamos de ampliar esse número de gerentes, mas precisamos, antes disso, fortalecer as parcerias. Agora, por exemplo, a FIEB está com a proposta de interiorizar. Começamos então a pensar nessa parceria, como também estamos pensando como viabilizar com as associações comerciais, que são fortes em alguns municípios. Estamos cientes da necessidade de ampliar nossa capilaridade, como também de divulgar o papel da Desenbahia, difundindo a sua missão. Essas parcerias e as campanhas institucionais que fizemos com o propósito de divulgar o nome da instituição são ações fundamentais para garantir o ritmo de expansão da agência e o fortalecimento do seu papel na economia baiana.

SEI – A gente vai entrar nessa questão. Crédito no Brasil sempre foi um dos grandes problemas para o desenvolvimento. A relação crédito/PIB é baixa. Nos últimos anos, ela cresceu bastante, considerando que saímos de 24%, em 2003, para mais de

Em 2009, a agência liberou R\$ 152 milhões em operações de crédito; em 2013, liberou R\$ 417 milhões; e a estimativa para 2014 é muito audaciosa: pretendemos liberar R\$ 700 milhões

55% em 2013. Não obstante esse crescimento, em relação a outros países, ainda se trata de um indicador pouco expressivo. Você poderia falar a respeito do crescimento dos recursos para financiamento nos últimos anos aqui pela Desenbahia?

VL – Como mencionado antes, a Desenbahia tem vivenciado um período de expansão das atividades. Os dados evidenciam esse fenômeno: em 2009, a agência liberou R\$ 152 milhões em operações de crédito; em 2013, liberou R\$ 417 milhões; e a estimativa para 2014 é muito audaciosa: pretendemos liberar R\$ 700 milhões. É um crescimento muito significativo. Mas essa escalada esbarra no esgotamento das fontes de recursos. Precisamos, então, ampliar nossas fontes. E como aumentar essas fontes? Solicitamos ao BNDES um aumento do nosso limite para repasses de recursos, e eles atenderam nosso pleito, mas é uma ampliação gradativa, na medida em que vamos operando eles vão analisando nossa carteira e vão liberando recursos. Estivemos também em Fortaleza, conversando com a diretoria do BNB e conseguimos

A estratégia que desenvolvemos foi a de aumentar nossa capilaridade por meio de gerentes de negócios regionais designados para captar operações em pontos estratégicos do estado

aumentar o nosso limite de operação com recursos do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), mas ainda aquém das nossas necessidades. Na Finep, conseguimos aprovar um limite de recursos no montante de R\$ 80 milhões para o Inovacred, que é um programa específico para inovação. Além desses recursos, para os quais conseguimos ampliar nossos limites, operamos ainda com os recursos do Fundese, que é o fundo do estado e é utilizado como fonte para várias linhas de crédito que visam apoiar projetos de relevância para o desenvolvimento econômico e social do estado. Temos também os recursos próprios, que damos destinação preferencial para o programa de apoio aos municípios baianos. Assim, se é possível resumir o que já disse, temos crescido e pretendemos continuar ampliando nossa contribuição para a economia baiana, estamos trabalhando para ter acesso a mais fontes de recursos. Lembre-se que não temos acesso aos recursos do público.

SEI – A Desenbahia está buscando outras fontes de recursos?

VL – Sim, sempre. No momento, estamos, através da ABDE, conversando com o Banco Central sobre as possibilidades de acesso a novas fontes de recursos para as agências

No momento, estamos, através da ABDE, conversando com o Banco Central sobre as possibilidades de acesso a novas fontes de recursos para as agências de fomento

de fomento. Já contamos com agências de fomento – a do Paraná e a de São Paulo, as duas maiores – que conseguiram captar recursos diretamente do Banco Interamericano – o BID. Mas esse acesso não é tão simples assim, porque o BID avalia a classificação de risco da instituição concedida por uma agência de *rating* internacional. O fato é que a questão do *funding* é fundamental para as agências de fomento, principalmente hoje. Elas estão crescendo de forma significativa, e a falta de recursos para realizar novas operações limitará a sua atuação. No caso da Desenbahia, graças à pujança da economia baiana, que cresce mais que a nacional, aliada à nossa forma mais proativa de atuar, temos uma demanda significativa por crédito e uma carteira potencial bem expressiva. Estamos nos esforçando para apoiar o maior número possível de projetos relevantes para o desenvolvimento econômico e social do estado.

SEI – Qual o perfil da demanda atual de crédito aqui na Bahia atendida pela Desenbahia?

VL – É diversificado. Temos demandas das pequenas e médias empresas, do empreendedor individual formalizado, do empreendedor informal e dos projetos de maior porte. Com relação ao microcrédito, dirigido para o empreendedor individual formalizado ou não, operamos hoje por meio de mais de 200 postos do programa Credibahia, que é um programa da Desenbahia com a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), as prefeituras municipais e o Sebrae. A infraestrutura do posto é fornecida pela prefeitura municipal, o Sebrae treina o agente de crédito,

Temos demandas das pequenas e médias empresas, do empreendedor individual formalizado, do empreendedor informal e dos projetos de maior porte

a Setre gerencia o programa, e a Desenbahia entra com a parte da operação financeira. Para as micro e pequenas empresas, lançamos recentemente a linha GiroRápido – uma linha que conta com uma plataforma de acesso via internet e análise automatizada. O empresário encaminha os seus dados via internet, o sistema analisa as informações, faz um diagnóstico e atribui uma nota, sinaliza o limite de crédito e, por fim, envia o contrato para ele assinar. Na Desenbahia, os analistas conferem a documentação e, se estiver tudo em conformidade, o crédito é liberado. Observe que as atribuições do analista são bastante limitadas nesse processo. A ideia é deixá-lo mais disponível para o tratamento dos projetos de maior porte, que necessitam de análise mais aprofundada, inclusive da engenharia e das garantias. Dentre esses projetos de maior porte, já mencionamos o da Fonte Nova, o do Hospital do Subúrbio, o da Rodovia BA-093. No momento, estamos analisando o projeto do novo Hospital Couto Maia. Normalmente, nesses projetos de maior porte, a Desenbahia opera em parceria com outros bancos, tanto porque a nossa capacidade de aportar não é tão grande quanto pelo fato de que precisamos mitigar riscos. Do ponto de

vista setorial, predominam pequenas empresas do setor de comércio e serviços. As empresas de maior porte são, na maioria, do setor industrial ou de infraestrutura e logística. Esses dois últimos são segmentos que percebemos a necessidade de apoiar, em função da sua relevância estratégica para o desenvolvimento do estado.

SEI – Sobre essa última questão, sabemos que a taxa de investimento no Brasil é relativamente baixa, hoje próxima de 18% do PIB. Precisamos realmente investir mais para crescer de maneira sustentável. Podemos dizer, então, que a Desenbahia está alinhada com essa necessidade, uma vez que tem financiado projetos de infraestrutura, como estradas e hospitais?

VL – Sim, o apoio a projetos de infraestrutura tem sido uma meta importante da Desenbahia nos últimos anos. Como falei, o apoio a esses projetos tem se realizado em parceria com outras instituições de crédito. No caso da Rodovia BA-093, por exemplo, fizemos uma parceria com o Banco do Nordeste. O mesmo aconteceu com o projeto da Arena Fonte Nova. Mas a nossa atuação não se restringe à concessão

do financiamento. A Desenbahia trabalha também na montagem da engenharia financeira. Para que isso fosse possível, constituímos uma superintendência de estruturação de projetos na agência, especializada nessas atividades. Trata-se de uma área de inteligência, já que não opera diretamente com as concessões de crédito, mas acaba viabilizando negócios relevantes para a agência e, o que é mais importante, para a Bahia.

SEI – Sabemos que o micro e o pequeno empreendedor têm, na maioria das vezes, dificuldades do ponto de vista de oferecer garantias. Como a agência procura conciliar a necessidade legal com o perfil da demanda, para a concessão do crédito?

VL – Não é uma tarefa, a princípio, fácil, mas temos encontrado mecanismos que viabilizam o acesso desse público ao crédito. A linha de crédito GiroRápido, por exemplo, já mencionada, tem limite de aplicação em R\$ 250 mil por operação/cliente, limitado a 20% do faturamento da empresa. Com esse limite relativamente mais baixo, conseguimos contratar operações solicitando como garantia apenas o aval dos sócios. Como se trata de uma linha ainda nova, estamos em fase de monitoramento para ver como vai ficar a inadimplência. Temos a consciência de que o trabalho com a pequena empresa é extremamente importante, por isso estamos satisfeitos de ver a linha crescendo, a demanda se ampliando. Até agora, o programa é um sucesso. Mas antes de uma comemoração mais efusiva, vamos aguardar o monitoramento do retorno das operações.

Voltando à pergunta, arrisco afirmar que a questão do crédito acaba sendo uma questão de como você lidar com as necessidades da demanda e os requisitos legais e de mitigação de riscos. É importante, por exemplo, que a empresa solicitante tenha uma estrutura de contabilidade minimamente organizada para não surgir o problema de misturar a finança pessoal com a finança empresarial. Nesse aspecto, o Sebrae tem um papel de orientação empresarial importante e já reconhecido.

SEI – Outra questão que também interessa principalmente aos pequenos e médios empresários são os prazos. Entre o pedido do crédito e a concessão, qual o tempo médio de espera?

VL – Ainda que estejamos falando de pequenos e médios empresários, a complexidade do projeto pode variar e, por conseguinte, o tempo de análise também. Um pedido de capital de giro na internet é bastante rápido. Se o empresário fez tudo certinho, ou seja, preencheu todos os campos, forneceu todas as informações e não há restrição, em poucos dias sai o resultado do pedido e, se aprovado, ele vem aqui para assinar o contrato e logo em seguida tem a liberação. Agora, um projeto que envolve construção civil, garantia real, é preciso que a equipe de engenharia também estude o projeto, que o jurídico se pronuncie em relação às garantias. Nesse caso, inevitavelmente o prazo é um pouco maior por causa das diferentes análises. Mesmo assim, temos procurado encurtar prazos. Recentemente, fizemos uma operação enorme, que envolvia engenharia, avaliação de garantias

O trabalho com a pequena empresa é extremamente importante, por isso estamos satisfeitos de ver a linha crescendo, a demanda se ampliando

e análise de risco, em dois meses. Foi um recorde. Normalmente, um projeto mais complexo dura um pouco mais. Para sintetizar, o que posso dizer é que, a depender do projeto e da participação do empresário, se ele for proativo e se ele tiver todas as informações, a gente tem condições de realizar todo o processo com maior rapidez. Sabemos das necessidades dos empresários. Hoje, as pessoas já reconhecem que nosso processo melhorou muito em termos de prazo, principalmente quando se compara com o prazo de outras instituições de crédito. Ainda assim, no nosso último plano estratégico, colocamos como prioridade o redesenho do sistema de concessão, para ele ganhar mais velocidade. Ainda estamos concluindo o redesenho, mas já colhemos alguns frutos do trabalho.

SEI – A economia baiana está passando por um processo de

reconfiguração. Quais são suas perspectivas para a economia nos próximos anos?

VL – Acredito que a economia baiana vai passar por um ciclo de crescimento virtuoso, maior que o do Brasil, por conta de dois pacotes de investimentos: um é o produtivo e o outro é o de infraestrutura. No pacote de investimento produtivo, destaco o resultado da política de atração de investimentos, que culminou com a vinda de empresas para a Bahia. Para a região metropolitana, vieram muitas empresas do setor industrial. É verdade que também houve atração de empresas industriais para outras localidades, como é o caso da indústria naval e da indústria de geração de energia eólica. Sobre o oeste, já falei do crescimento da produção de grãos e das perspectivas que vislumbro com a expansão da irrigação na região. Muitos desses projetos ainda não

maturaram, mas vão gerar frutos no médio prazo. É uma questão de tempo. O outro pacto de investimentos é o dos projetos de infraestrutura e logística. A Bahia estava muito atrasada nessa seara de infraestrutura e logística, e importantes investimentos foram realizados em portos, ferrovias, estradas, área de saúde. Apesar de serem projetos de maturação longa, alguns resultados já começaram a aparecer. A FIOCRUZ já está em construção, os portos estão sendo modernizados etc. Esses investimentos vão dar base para um crescimento sustentável do estado ao longo dos próximos anos. É com essa visão que entendo que a Bahia vai crescer mais que o Brasil, nos próximos anos. Será um crescimento puxado pelos investimentos produtivos e pela melhoria significativa na infraestrutura e logística, que impulsionará a competitividade sistêmica do estado.

Entrevista concedida em 12 de Junho de 2014

COMO OBTER FINANCIAMENTO

Quem pode?

Empresas privadas, produtores rurais, pequenos empresários, pessoas físicas residentes no estado com atividade de microempreendedorismo de transporte escolar ou táxi, instituições operadoras de microcrédito, cooperativas singulares e centrais, associações no âmbito do programa de economia solidária e administração pública municipal.

Para quê?

Implantação, expansão e modernização de atividades produtivas e de infraestrutura. Comercialização de produtos e serviços no Brasil e no exterior. Capacitação tecnológica. Treinamento de pessoal, formação e qualificação profissional. Reestruturação industrial e empresarial. Financiamento de máquinas e equipamentos, inclusive importados. Capital de giro, incluindo microcrédito. Custeio agrícola, pecuário e de

beneficiamento ou industrialização. Atividades de pesquisa e desenvolvimento.

Como?

Acessando www.desenbahia.ba.gov.br é possível simular o financiamento em cinco passos e solicitar o financiamento online. Outra opção é entrar em contato com a Central de Relacionamento pelo telefone 0800 285 1626. A ligação é gratuita para toda a Bahia.





A economia invisível dos pequenos: o trabalho informal na Central de Abastecimento do Malhado em Ilhéus, Bahia

Greiziane Araújo Queiroz*
Idajara Araújo Queiroz**

Na periferia da globalização, as cidades crescem num ritmo em que dificilmente, a permanecer as condições atuais, seus habitantes terão melhores e dignas condições de transporte, educação, habitação, saneamento básico, trabalho e renda. Até porque “o processo que cria o global, enquanto posição dominante nas trocas desiguais, é o mesmo que produz o local, enquanto posição dominada e, portanto, hierarquicamente inferior” (SOUZA, 2002, p. 63). Isso é perceptível na produção do espaço urbano, que tem se tornado cada vez mais heterogêneo, por concentrar riqueza e pobreza. Para Santos (2009, p. 28), “[...] é antes a modernização, pela forma que assume em pleno período tecnológico, que é responsável pelo desenvolvimento do subemprego e da marginalidade”.

* Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Professora-associada do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). greiziane@gmail.com

** Pós-graduada em Especialização em Gestão para Inovação e Sustentabilidade e mestranda em Economia Regional e Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). idajara@domrh.com.br

Os países subdesenvolvidos têm incorporado atividades e equipamentos modernos. Todavia, há um uso seletivo do espaço que produz o empobrecimento de uma grande parcela da sociedade, que, desfavorecida ao mesmo tempo econômica, social e politicamente, insere-se no circuito inferior da economia. Pode-se rotular que este se constitui no circuito econômico dos pobres, que oferece um número máximo de “emprego” com um volume mínimo de capital (SANTOS, 2009, p. 67). Nesse circuito, a tecnologia é reduzida ou nula, o capital investido é diminuto, e a mão de obra é volumosa, porém não é qualificada.

Pensando nisso, tomou-se como objeto de investigação o circuito inferior na Central de Abastecimento Antônio Olímpio – conhecida como Central de Abastecimento do Malhado, por localizar-se no bairro do Malhado –, que tem nesse local um ponto de efervescência. Caracteriza-se pela diversidade de produtos e serviços e por sua localização estratégica para o comércio, devido à circulação intensa de pessoas e veículos, incluindo transporte intermunicipal. A intenção é apontar para a importância socioeconômica do “trabalho informal” como fonte de trabalho e renda para uma parcela da população ilheense, embora, muitas vezes, a temática da economia informal não tenha o espaço necessário nos debates acadêmicos e nas políticas públicas.

Os ditos “trabalhadores informais” da Central do Malhado desenvolvem, na medida de suas forças, estratégias de resistência para sobreviver no lugar. Geralmente, são trabalhadores de outras áreas (construção civil, pesca, agricultura) que encontram abrigo no comércio de mercadorias. Esses trabalhadores, que costumam possuir baixa escolaridade e pouca qualificação, recebem salários reduzidos e estão mais expostos a condições precárias de trabalho – principalmente à falta de proteção e de cidadania plena.

Segundo Mônica Arroyo, esses trabalhadores formam a “economia invisível dos pequenos”, que se encontram à margem dos circuitos oficiais do grande capital e ocupam “[...] bairros, ruas, becos, terminais rodoviários e metroviários, praças e porões, fundos de quintal, vans, motocicletas, permeando o tecido urbano e se interligando com diferentes circuitos produtivos” (ARROYO,

Os ditos “trabalhadores informais” da Central do Malhado desenvolvem [...] estratégias de resistência para sobreviver no lugar. Geralmente, são trabalhadores de outras áreas (construção civil, pesca, agricultura) que encontram abrigo no comércio de mercadorias

2008, p. 31). A insuficiência de renda, a insegurança no mercado de trabalho e a falta de recursos diversos contribuem potencialmente para a situação de pobreza no município de Ilhéus.

Para alcançar a compreensão da totalidade da cidade, é necessário concebê-la como lugar de produção e reprodução da vida. Portanto, buscou-se compreender como o território se constitui em abrigo para os atores não hegemônicos, sendo que território é entendido não de forma cartesiana, mas como “território usado” como um híbrido de materialidade e de vida social, composto por um sistema de objetos e ações (SANTOS, 1994, 2006; SILVEIRA, 2009).

METODOLOGIA

O presente estudo consistiu numa pesquisa de campo exploratória realizada no município de Ilhéus, Bahia. Foram feitas entrevistas semiestruturadas com comerciantes da central de abastecimento nas seguintes modalidades: produtos de limpeza, pescado, derivados do leite, frutas e verduras, equipamentos e acessórios, roupas usadas, confecções e tabacaria. O contato com os comerciantes ocorreu com o apoio da organização não governamental Prodacentral.

A pesquisa de observação teve papel fundamental para o conhecimento da realidade dos comerciantes, suas condições de vida e trabalho. Procurou-se observar informalmente as atividades de trabalho de outras modalidades que orbitam em torno da central. Tentou-se colecionar a maior quantidade de elementos possível – a partir do registro fotográfico e da caracterização por pavilhão – para obter uma visão ampla do trabalho informal e compreender as características em comum entre as diversas atividades observadas.

A ECONOMIA INFORMAL

Uma das grandes dificuldades dos estudos no campo da economia informal é sua definição. Segundo Amaral (2005, p. 57), a vasta bibliografia que trata dessa temática emprega termos adjetivos como “espontâneo”, “tradicional”, “não estruturado”, “transitório”, “paralelo”, “inferior”, “marginal”, e também a utilização de “subterrâneo” e “clandestino”. Apesar de a terminologia “economia informal” não parecer adequada, ainda é a mais utilizada nas pesquisas acadêmicas e governamentais. O geógrafo Milton Santos a denomina de circuito inferior da economia alimentado por formas não convencionais do capitalismo moderno.

ECONOMIA URBANA		
Início	Formal	Informal
	Depende de autoridades oficiais	Conta apenas com a iniciativa pessoal
Organização	Sociedades legalmente constituídas	Individual ou familiar, livre e flexível
Capital de investimento	Elevado	Fraco
Tecnologia	Importada de alto nível ou reproduzida localmente	Inexistente ou primitiva adaptada
Trabalho	Reduzido	Abundante sem especialização
Publicidade	Importante e intensiva	De pessoa a pessoa, quando existe
Dependência do exterior	Grande, por contratos	Pequena ou nenhuma
Salário e vínculo	Contrato de trabalho sob normas legais	Acordado em pessoas sem vínculo
Quadro 1 Caracterização da economia urbana		

Fonte: AMARAL, 2005. Elaboração própria.

Com o objetivo de caracterizar a economia informal, principalmente nos países subdesenvolvidos, diversos autores (AMARAL, 2005 apud PAIX, 1972; SANTOS, 1975 & 1978; ROBERTS, 1978; ANDRADE, 1992) buscaram descrever as principais particularidades desse subsistema (Quadro 1).

Apesar das diferenças encontradas entre economia formal e informal, ambas dividem o mesmo espaço urbano, embora o uso do território seja realizado em escalas desiguais com base no poder de fluidez de cada segmento. A atuação restrita, local ou regional da economia informal não suprime sua presença expressiva para geração de trabalho e renda.

No município de Ilhéus, as atividades ligadas à economia informal têm um peso considerável na economia urbana. Muitas das atividades comerciais e pequenos ofícios surgiram como resposta à crise do cacau, que gerou um intenso êxodo rural. Essa massa de trabalhadores expelida do espaço agrário, sem a qualificação exigida nos centros urbanos, encontrou na informalidade abrigo e sobrevivência. O crescimento populacional e urbano em convergência com a crise econômica acarretou elevado desemprego e proliferação da pobreza na cidade.

Esse deslocamento para a economia informal pode ser proveniente também da fraca absorção da população pela economia oficial, dos baixos salários e da falta de oportunidade para qualificação profissional. Ribeiro (2000, p. 5) afirma:

Os principais fatores do crescimento da economia informal são: o crescimento da carga tributária, ou seja, impostos, taxas, contribuições sociais; o aumento da regulação da economia oficial, especialmente no mercado de trabalho; inflação; declínio da percepção de justiça e lealdade para com as instituições públicas.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012), em sua síntese de indicadores sociais, constatou que o Brasil ainda possui 44,2 milhões de trabalhadores informais, sendo que a Região Nordeste apresenta a menor taxa de formalidade. O pequeno dinamismo da economia formal no Nordeste abre espaço para a informalidade, que tem como consequência a ausência de benefícios sociais e constitucionais, como as leis trabalhistas.

Esta economia encontra-se diretamente ligada à precarização do trabalho. Geralmente, a jornada de trabalho é maior, as condições de trabalho são precárias, a remuneração é incerta, falta crédito para investimento, e muitas atividades e pequenos ofícios não são vistos pela população como trabalhos dignos. No entanto, é necessário considerar que a economia informal possibilita o mínimo de dignidade para sujeitos que ainda não alcançaram a plenitude de ser cidadãos.

A economia informal é tão antiga quanto o comércio. No entanto, é a partir da década de 1990 que se observa um crescimento desse setor. Isso porque as reestruturações associadas à globalização requerem atividades econômicas com elevada concentração de capital, alta tecnologia, trabalho reduzido em relação ao volume da produção, fluidez de informações e mercadorias, que acarretam na formação de uma grande massa de excluídos.

DESENVOLVIMENTO

Segundo a organização não governamental Prodacentral, existem 2.040 boxes na central de abastecimento, mas eles não se configuram como boxes, mas como áreas de três metros quadrados concedidas pela prefeitura. De fato, o número de estabelecimentos construídos se aproxima de 1.800 unidades. Destes, a pesquisa catalogou 316. No trabalho de campo, constatou-se que nem

mesmo o poder público tem controle sobre o número exato de boxes e comerciantes instalados no local. Boa parte dos comerciantes está fora dos boxes, em construções improvisadas, inclusive comercializando em lonas colocadas no chão. É o que acontece com o comércio de frutas (Figura 1) e roupas usadas (Figura 2).

Observando-se os comerciantes que trabalham sem a estrutura do box, fica evidente que na economia informal dentro da central de abastecimento há uma estratificação da pobreza. Isso porque alguns comerciantes não possuem a mínima estrutura para realizar seu trabalho. Contudo, a atividade sobrevive graças a uma escala ampliada de consumidores que circulam diariamente no local e são participantes de uma mesma realidade social cuja extensão abrange o bairro e o município de Ilhéus. As entrevistas comprovaram que parte dos comerciantes e consumidores é proveniente de distritos de Ilhéus como Japu e Lagoa Encantada.

A partir do trabalho de campo foi possível agrupar os estabelecimentos catalogados por categoria (Quadro 2). Assim, o trabalho informal dentro da central de abastecimento se divide em comércio dos mais variados gêneros e pequenos ofícios.

O Pavilhão A é conhecido como “pavilhão das confecções” por concentrar a maior parte desse segmento. As confecções variam de enxovais de bebê, crianças, adultos,



Figuras 1 e 2
Comércio no entorno (à esquerda) e dentro da central de abastecimento (à direita)

Fonte: trabalho de campo.

Pavilhão	Segmento	Nº de estabelecimentos	Informações complementares
A	Agro veterinário	5	Ração, pequenos animais, gaiolas e outros.
A	Bazar	15	Diversos.
A	Calçados	12	Calçados, bolsas e acessórios
A	Central de Moto Taxi	1	
A	Cooperativa de crédito Rural Ilhéus	1	Pagamento e abertura de contas. Não trabalha com empréstimos
A	Derivados do mel	1	Produtos naturais
A	Eletrônicos	7	Celulares, câmeras, MP3 e outros
A	Equipamentos de pesca	1	
A	Farmácia	2	Popular e tradicional
B	Açougue	33	Carnes bovinas e suínas
B	Artesanato	6	Diversos
B	Coco ralado	2	Coco, gengibre e azeite de dendê
B	Derivados do leite	3	Manteiga e Requeijão
B	Derivados da mandioca	7	Farinha, goma e tapioca
B	Frango assado	1	Frango espetinho
C	Banca de peixe	36	Banca de madeira sem estrutura de adequada
C	Distribuidora de bebidas	2	
C	Peixarias	11	Boxes construídos
A / B	Flores	4	Naturais e artificiais
A / B	Restaurante	2	Restaurante e Churrascaria
A / C	Barbearia	5	
A / C	Relojoaria	5	Concertos e comércio
A / B / C	Bar e Lanchonete	56	Parte desses bares serem refeições
A / B / C	Confecção	69	Moda adulto, infanto-juvenil e praia
A / B / C	Embalagens	3	Produtos plásticos descartáveis
A / B / C	Jogos	12	Caça niqueis, jogo do bicho e fliperama
A / B / C	Mercearia	13	Cesta básica e embutidos

Quadro 2**Caracterização da Central de Abastecimento do Malhado**

Fonte: Trabalho de campo.

cama, mesa e banho. Esse pavilhão é o mais organizado da central e concentra ainda bazares e lojas de calçados. É importante salientar que alguns desses estabelecimentos já possuem maquineta para cartão de crédito. Isso mostra a infiltração do grande capital, representado pelas operadoras de cartão, no comércio de pequena amplitude.

Geralmente, a economia informal dentro da central de abastecimento está ligada à pobreza. No entanto, verificou-se que existem, no Pavilhão A, lojas que são filiais de empresas sediadas no centro da cidade. Uma parcela desses comerciantes está em busca de liquidez, visto que a maior parte das vendas é realizada a dinheiro. Além disso, a informalidade permite menores custos com o estabelecimento e os funcionários.

O Pavilhão B é o responsável pelo setor de carnes (Figura 3), verduras, derivados da mandioca e locais que servem



Figura 3
Setor de carnes na central de abastecimento

Fonte: trabalho de campo.

refeições, sendo catalogados 130 estabelecimentos. No setor frigorífico, foram encontradas aves, carnes suínas e bovinas. Os boxes que trabalham com essa



Figura 4
Supermercados Meira no entorno da central de abastecimento

Fonte: trabalho de campo.

modalidade estão no interior e na fachada da central. Alguns deles possuem balcão frigorífico – para proteção da mercadoria – e freezer, mas outros não têm esses equipamentos, o que compromete a qualidade do produto, podendo trazer danos à saúde.

O setor de frutas, verduras e cereais está minguando com o passar dos anos, devido à instalação de cinco supermercados no entorno da central. Aproveitando-se do fluxo existente, esses supermercados oferecem promoções, cartão de crédito do próprio estabelecimento e até 40 dias para pagar. Assim, “[...] a dominação do circuito superior sobre o circuito inferior prevalece a longo prazo” (SANTOS, 2004, p. 262).

No Pavilhão C encontram-se mercearias, distribuidoras de bebidas, bares, lanchonetes e o setor de pescado. Foram catalogados 93 estabelecimentos, sendo que parte desse pavilhão tem circulação restrita devido à presença constante de usuários de drogas, prostituição e jogos de azar. Por não possuir uma fiscalização efetiva do poder público, os trabalhadores informais são obrigados a conviver com uma situação de risco. Esse pavilhão concentra o setor de pescado, representado por peixarias e bancas de peixes. O pescado geralmente é proveniente do litoral ilheense e também da Lagoa Encantada. Parte dos comerciantes é formada por pescadores que buscam eliminar a ação de atravessadores e obter maior renda com a pescaria. O mesmo acontece no setor de frutas e verduras, no qual o agricultor também é responsável por comercializar sua produção.

Essa breve análise da Central de Abastecimento do Malhado permite compreender que a “base fundamental é sua força de trabalho” (SANTOS, 2004, p. 262). Por não ser absorvida por atividades formalizadas da economia urbana, essa mão de obra encontra na informalidade um modo de vida para garantir a sobrevivência no território.

CONCLUSÃO

A pesquisa de campo revelou que a maioria dos estabelecimentos conta com duas ou mais pessoas trabalhando, nos mais diversos serviços e atividades. No circuito inferior, o emprego familiar é frequente, e muitos dos envolvidos não são funcionários, mas proprietários que assumem, ao mesmo tempo, a direção, o capital e o trabalho. Existe ainda uma estratificação da pobreza, visto que há um comércio realizado dentro dos boxes e o comércio orbital ou adjacente. Esse comércio orbital é representado por pessoas que geralmente expõem os produtos em papelão, bicicleta, lonas, sacos plásticos e mudam com frequência de lugar.

Quanto à diversidade de mercadorias, observaram-se produtos ligados ao setor primário – frutas, verduras, cereais e carnes de porco, boi e frango –, secundário – produtos industrializados como confecções, calçados, mp3 e relógios – e terciário – pequenos ofícios como barbearias e chaveiros. O setor de frutas e verduras é o que apresenta maior concorrência externa. Na realidade, os comerciantes têm sofrido com o crescimento do comércio da cidade, principalmente no ramo de supermercados, que tem aumentado no entorno da central de abastecimento.

A intensidade do comércio informal na Central de Abastecimento do Malhado, em Ilhéus, cria uma verdadeira teia de atividades de pequenas dimensões, essenciais para a economia local na geração de trabalho e renda. São pequenos comércios de alimentos, confecções, utilidades domésticas, acessórios, entre outros. A criatividade é intensa na economia informal, devido à falta de recursos. Comerciantes que não possuem um box organizam sua mercadoria em lonas e improvisam acomodações. A importância que a economia informal assume na sociedade ilheense implica a formação de

uma cadeia produtiva que perpassa desde a produção até o consumo desses produtos. Além de beneficiar a população local, moradores dos distritos da zona rural de Ilhéus também participam dessa atividade.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Mónica. A economia invisível dos pequenos. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, n. 2, p. 30-31, out. 2008.
- AMARAL, I. Importância do setor informal da economia urbana em países da África Subsaariana. *Finisterra*, [S.l.], v. 40, n. 79, p. 53-72, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de indicadores sociais*. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadores-minimos/sinteseindicais2012/>>. Acesso em: 3 jan. 2012.
- PAIX, C. Approche théorique de l'urbanisation dans les pays du Tiers Monde. *Revue Tiers Monde*, [S.l.], n. 50, 269-308, 1972.
- RIBEIRO, R. N. *Causas, efeitos e comportamento da economia informal no Brasil*. 2000. 59 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público)-Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Brasília, 2000.
- SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. São Paulo: Hucitec, 2009.
- SANTOS, M. *Por uma economia política da cidade*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006.
- _____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp, 2004.
- _____. *Por uma economia política da cidade*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009.
- SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. *Brasil: território e sociedade no século XXI*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SILVEIRA, M. L. O território usado a palavra: pensado princípios de solidariedade socioespacial. In: VIANA, Ana Luiza d'Ávila; ELIAS, Paulo Eduardo M.; IBAÑEZ, Nelson (Org.). *Saúde, desenvolvimento e território*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009.
- SOUSA, Boaventura de. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento, (2002).





Impacto do investimento público direto em educação sobre o desempenho escolar no período de 2007 a 2011

Andressa Lemes Proque*
Daiana Dalla Vecchia**

A educação é fundamental em diversos segmentos econômicos e sociais no Brasil. Um maior grau de escolaridade está vinculado a maiores níveis de rendimento e de bem-estar, proporcionando um salário melhor aos indivíduos e diminuindo a probabilidade do desemprego. Dentre outros elementos, reduz a propensão ao crime, aumenta a produtividade das empresas e diminui o trabalho informal. A análise deste condicionante é importante para o crescimento econômico e o desenvolvimento social e cultural da população.

* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e mestranda em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). andressa.proque@ufv.br

** Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). daianadavecchia@hotmail.com

O financiamento da educação brasileira é um tema presente nas discussões. A ausência de recursos impossibilita atender ao princípio constitucional que assegura escola de qualidade

Atualmente, uma parcela significativa da população brasileira não possui um grau mínimo de escolaridade, contribuindo para a retração do crescimento econômico do país. De acordo com Menezes Filho, (2007) a educação social é fundamental no aspecto de lidar com os fatos reais, como o aumento do índice de pobreza, a violência e a questão das drogas. O problema está em melhorar a qualidade da educação fornecida para os alunos da rede pública.

Segundo o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 2007 no Brasil, a educação formal pública é cota de responsabilidade do Estado. O Ministério da Educação reforça a visão sistêmica, com ações integradas e sem disputas de espaços e financiamentos. “Não há como construir uma sociedade livre, justa e solidária sem uma educação republicana, pautada pela construção da autonomia, pela inclusão e pelo respeito à diversidade” (BRASIL, 2013). A prioridade deste plano é investir na educação básica nacional. É importante destacar que as metas de qualidade do PDE para a educação básica podem ser acompanhadas por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Com relação ao ensino básico, o financiamento da educação brasileira é um tema presente nas discussões. A ausência de recursos impossibilita atender ao princípio constitucional que assegura escola de qualidade. Para a formulação e implementação de políticas educacionais, é necessário avaliar o impacto de maiores investimentos públicos aplicados na educação brasileira. A cobertura dos investimentos públicos compreende a

expansão e melhoria das escolas, dos programas de assistência estudantil e o desenvolvimento do ensino (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2013).

O cenário interno é de crise no âmbito da educação, visto que grande parte da população não tem acesso ao ensino público de qualidade e os que têm, não adquirem conhecimentos essenciais. O sistema apresenta insuficiência com relação a investimentos no setor educacional, má remuneração dos professores e inexistência de comprometimento por parte dos governantes. Daí a importância de se analisar o investimento feito no ensino fundamental e médio e o desempenho dos alunos através do IDEB no período de 2007 a 2011. Com base nesse breve quadro da educação, o estudo analisa se o maior investimento público em educação está associado a melhores indicadores de avaliação dos alunos em âmbito nacional.

CAPITAL HUMANO E EDUCAÇÃO

Nas últimas décadas, as preocupações e debates relacionados ao investimento em capital humano têm aumentado. A partir dos anos 70, houve diversas mudanças tecnológicas e econômicas, gerando a necessidade de novos e maiores níveis de capital humano. Questões como conhecimento, aprendizagem, investigação, inovação e educação entraram na pauta como fundamentais para o crescimento e desenvolvimento de um país. Desse modo, o capital humano passou a ser considerado como prioridade nas dimensões política, econômica e social.

A teoria do capital humano surgiu em fins dos anos 50, expandindo-se pelos EUA e por outros países. Sendo estendida nos programas educacionais nos anos 60, essa teoria passou a ser conceituada por diversos autores de formas distintas. Mincer (1958) foi um dos primeiros estudiosos a realizar uma pesquisa empírica com relação às taxas de retorno da educação. Na visão desse autor, o investimento em capital humano deve iniciar-se ainda na fase inicial de vida de um indivíduo, seguindo com incentivos à educação formal e treinamentos dentro e fora do trabalho, bem como investimentos em saúde e

O investimento em capital humano deve iniciar-se ainda na fase inicial de vida de um indivíduo, seguindo com incentivos à educação formal e treinamentos dentro e fora do trabalho, bem como investimentos em saúde e bem-estar

bem-estar, os quais devem permanecer ao longo da vida do indivíduo.

Para Schultz (1961), o capital humano não pode ser igualado a consumo, nem através de suas dimensões relacionadas à quantidade, nem à qualidade. O trabalho é uma forma de capital, um meio de produção e também um produto do investimento, e o homem é um bem semelhante a outras formas de capital. O autor critica a visão de que os trabalhadores são uma entidade homogênea, possuindo capacidade de realizar trabalho manual sem a necessidade do conhecimento e da especialização.

De acordo com Becker 1964, investir em educação, treinamento dentro e fora do trabalho e na saúde é um exemplo de aplicação em capital humano. Para o autor, quando se investe em capital humano, os indivíduos melhoram suas habilidades físicas e mentais e, dessa forma, elevam suas perspectivas de rendimentos.

Para muitos autores, o conceito de capital humano compreende três eixos: capacidade, experiência e conhecimento. No entanto, para Davenport (1999), tal conceito é dividido em quatro elementos: capacidade, comportamento, esforço e força. Dois princípios são bases para conceituar capital humano. Primeiro é o produto de decisões determinadas de investimento em educação ou formação. Segundo, cada indivíduo possui características distintas umas das outras e também educação

formal e informal. Esses fatores contribuem, ao longo do tempo, para uma maior produtividade e para o acréscimo dos salários.

A teoria do capital humano considera a educação como formadora de força de trabalho, de modo que o investimento educacional traga desenvolvimento financeiro para o país. O capital humano pode ser conceituado como um investimento na trajetória do conhecimento, formação e informação dos indivíduos. A educação é uma das melhores formas do capital humano se materializar, ou um aglomerado de habilidades e outros atributos individuais que fazem aumentar a produção e o bem-estar pessoal, social e econômico (BECKER, 2002).

As várias definições de capital humano podem se complementar, de forma que, neste trabalho, considera-se o investimento em educação como causa de significativas alterações sociais. A educação é fundamental para gerar e elevar os níveis de capital humano, devido à possibilidade de capacitação e qualificação profissional dos indivíduos para eles se inserirem no mercado de trabalho. A educação é “[...] uma das fontes principais do crescimento econômico depois de ajustar-se as diferenças nas capacidades inatas e características associadas que afetam os rendimentos, independentemente da educação” (SCHULTZ, 1973, p. 58).

A teoria do capital humano é capaz de relacionar o crescimento econômico e a ampliação da renda com o nível de escolaridade, considerando fundamental o

A teoria do capital humano considera a educação como formadora de força de trabalho, de modo que o investimento educacional traga desenvolvimento financeiro para o país

investimento em educação para o retorno financeiro do país. Segundo a UNESCO (2005), os países devem aperfeiçoar seus sistemas educacionais, a fim de formar alunos qualificados e promover crescimento e desenvolvimento econômico.

Financiamento da Educação Brasileira

O financiamento da educação brasileira pode ser considerado uma ferramenta importante para a redução das desigualdades econômicas e sociais. Existe uma relação forte entre o financiamento e a situação socioeconômica do país. Isso porque a maioria dos recursos destinados à educação é proveniente de impostos, e essa arrecadação depende do desempenho da economia.

Até 2006, a educação era financiada através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).¹ A proposta desse fundo era definir uma parcela que fosse destinada exclusivamente ao ensino fundamental. O Distrito Federal e os municípios² deveriam repassar pelo menos 25% de suas receitas obtidas com impostos para a educação. O ensino fundamental ficaria com 60% desses recursos (BRASIL, 2004).

Os objetivos eram generalizar o ensino fundamental, manter a igualdade na distribuição entre os indivíduos federados, reduzir as desigualdades regionais, melhorar a qualidade da educação, valorizar o magistério e a participação da sociedade no processo de acompanhamento e aplicação dos recursos na educação. Apesar do bom desempenho, o Fundef recebeu críticas devido à falta de recursos, à ênfase dada à educação fundamental, deixando de lado os demais níveis, e à diferença na proporção de recursos entre os estados da Federação (OLIVEIRA; TEIXEIRA, 2009).

Em 2004, o MEC discutiu uma minuta de proposta de emenda constitucional (PEC) tratando da concepção do chamado Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da

Em 2004, o MEC discutiu uma minuta de proposta de emenda constitucional (PEC) tratando da concepção do chamado Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)

Educação (Fundeb). Os princípios que guiaram o surgimento desse fundo foram o acesso gratuito à educação pública básica para todos, na faixa etária de 0 a 17 anos, a diminuição das desigualdades e a valorização dos profissionais. Em 2005, o MEC conduziu ao Congresso Nacional a proposta de emenda constitucional para a criação do fundo. Segundo esta, no período 2006 a 2019, a educação básica (ensino infantil, fundamental e médio) passaria a ter um fundo de financiamento próprio. A creche se enquadra em uma modalidade da educação infantil e compreende crianças de 0 a 3 anos, não estando inclusa na proposta (O FUNDEB..., 2005).

O Fundeb³ foi instituído em 2006 e implantado em 2007. Sendo de natureza contábil, é formado por recursos advindos da esfera federal, estadual e municipal. É composto por 20% das seguintes fontes de impostos e transferências constitucionais: Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados Proporcional às Exportações (IPI-EXP), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Imposto sobre a Propriedade

¹ Emenda Constitucional nº 14/1996 (BRASIL, 1996).

² Constituição de 1988/Artigo 212 (BRASIL, 1988).

³ Emenda Constitucional nº 53/2006 (BRASIL, 2006).

UF	Origem dos recursos	Contribuição à formação do fundo			
		2007	2008	2009	2010 a 2020
Estados, Distrito Federal e municípios	FPE, FPM, ICMS, LC 87/96 e IPI-EXP (1)	16,66%	18,33%	20%	20%
	ITCMD, IPVA, ITRm e outros eventualmente instituídos (1)	6,66%	13,33%	20%	20%
União	Complementação federal (2)	R\$ 2 bilhões	R\$ 3 bilhões	R\$ 4,5 bilhões	10% da contribuição total de estados, DF e municípios.
Quadro 1 Escala de implantação financeira do Fundeb					

Fonte: FNDE-Brasil (2008).

(1) Inclusive receitas correspondentes à dívida ativa, juros e multas relacionadas aos respectivos impostos.

(2) Valores originais, a serem atualizados com base no INPC/IBGE.

Territorial Rural (cota-parte dos municípios) (ITRm), recursos referentes à desoneração de exportações, arrecadação de imposto que a União talvez estabeleça no exercício de sua competência (cotas-partes dos estados, Distrito Federal e municípios), receita da dívida ativa tributária, juros e multas referentes aos impostos citados anteriormente.

Ainda existem recursos federais fazendo parte da composição do Fundeb, servindo para complementar e garantir o valor mínimo nacional por aluno/ano a cada estado em que esse limite mínimo não tenha sido obtido apenas com os recursos próprios do governo. O Quadro 1 apresenta uma escala de implantação do Fundeb, demonstrando as quantidades destinadas de cada receita para o fundo ao longo dos anos. Este fundo busca financiar ações para manter e desenvolver a educação básica pública sem restrições quanto à modalidade de ensino oferecido, sem importar com a duração, com a idade dos alunos, com o turno ou a localização da escola (BRASIL, 2008).

Para calcular o valor mínimo nacional por aluno/ano, consideram-se algumas variáveis do fundo: total da receita prevista para o fundo no exercício (contribuição de estados, Distrito Federal e municípios), número de alunos matriculados por segmentos da educação básica considerados, fatores de diferenciação do valor por aluno/ano, valor da complementação da União para o exercício (depois de deduzida parcela de até 10% direcionada à melhoria da qualidade da educação básica, caso seja estabelecida para o exercício), 90% do complemento distribuído com base número de alunos.

Avaliação do Desempenho Escolar Brasileiro

A partir dos anos 90, a preocupação brasileira voltou-se para a mensuração do desempenho escolar dos alunos. Para compreender melhor esse sistema educacional, foi criado o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Essa avaliação é realizada a cada dois anos e engloba alunos de escolas privadas e públicas, do 5º ao 9º ano do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio, sendo os dados sobre a qualidade do ensino obtidos no âmbito nível municipal, estadual e federal. Esse sistema é um instrumento de grande importância na avaliação da qualidade educacional do país. Por isso, a necessidade de sua apreciação de maneira mais minuciosa, de forma a captar dados para cada município e para cada escola

A partir dos anos 90, a preocupação brasileira voltou-se para a mensuração do desempenho escolar dos alunos. Para compreender melhor esse sistema educacional, foi criado o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)

participante. Assim, surgiu a Prova Brasil, que, por utilizar a mesma metodologia do SAEB, passou a ser realizada em conjunto com ele (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2013).

A Prova Brasil é censitária e aplicada em alunos do 5º ao 9º ano do ensino fundamental público, em redes municipais, estaduais e federais, em escolas que tenham no mínimo 20 alunos matriculados na série avaliada (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2013). Em 2007, com base na taxa de avaliação de rendimento escolar, no desempenho dos alunos no SAEB e na Prova Brasil, criou-se o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).⁴ Desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o índice faz uma descrição objetiva de quais instituições precisam de maior atenção e quais apresentam bom desempenho. Quanto menos repetências e desistências a instituição apresentar e quanto maior a nota no teste, em escala de zero a dez, melhor será a classificação. Logo, mais alto é o nível da qualidade da educação (FERNANDES, 2010).

Para o cálculo desse índice são padronizadas as notas das provas de português e matemática em escala de zero a dez. Após isso, a nota é multiplicada pela taxa de aprovação, indo de 0% a 100%. O Ministério da Educação estipulou metas de qualidade na educação. O Brasil deve atingir 6,0 até 2021, média dos países desenvolvidos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Isso não significa que cada instituição deve ter média 6,0, pois cada estado e cada município possui uma trajetória diferenciada (FERNANDES, 2009).

Nota-se a importância atribuída ao IDEB por representar um indicador da qualidade da educação e ser capaz de destacar os gargalos encontrados no ensino do país. Isso possibilita aos órgãos competentes a oportunidade de criar mecanismos para corrigir as falhas e qualificar ainda mais a educação brasileira.

O Ministério da Educação estipulou metas de qualidade na educação. O Brasil deve atingir 6,0 até 2021, média dos países desenvolvidos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

METODOLOGIA

A metodologia, caracterizada como exploratória e bibliográfica, examinou os dados de cada região brasileira referentes aos alunos do ensino fundamental e médio. Utilizaram-se informações do Tesouro Nacional e do INEP. A pesquisa explorou os dados do indicador de qualidade educacional. Este indicador, importante por ser condutor de política pública, é obtido em anos ímpares. Para este estudo, foi calculada a média aritmética do índice do ano anterior com o ano seguinte, a fim de se obter o valor estimado dos anos pares. Como o estudo se propôs a tabular os dados referentes ao investimento público na educação e as notas obtidas pelo IDEB, no período de 2007 a 2011, é interessante destacar o cálculo deste, segundo as notas técnicas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2013):

$$IDEB_{ji} = N_{ji}P_{ji}; 0 \leq N_{ji} \leq 10; 0 \leq P_{ji} \leq 1 \text{ e } 0 \leq IDEB_{ji} \leq 10 \quad (1)$$

em que: i é o ano do exame; N_{ji} é a média da proficiência em língua portuguesa e matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos alunos da unidade j , obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino; P_{ji} é o indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade j .

O estudo desenvolveu-se por meio da análise de correlações entre o desempenho dos estudantes e os

⁴ Decreto 6.094/2007 (BRASIL, 2007).

O estudo desenvolveu-se por meio da análise de correlações entre o desempenho dos estudantes e os investimentos públicos por aluno, a fim de verificar se um maior investimento público em educação está associado a melhores indicadores de avaliação dos alunos

investimentos públicos por aluno, a fim de verificar se um maior investimento público em educação está associado a melhores indicadores de avaliação dos alunos. Foi feita também uma análise de dispersão dos dados para o período estudado, sendo calculados o desvio padrão e o coeficiente de variação do investimento e do IDEB. O desvio padrão mostra o quanto da variação existe em relação à média, enquanto o coeficiente de variação fornece o percentual dos dados obtidos em relação a ela. Calcularam-se as taxas médias de crescimento para o investimento por aluno e para o IDEB para cada região, para analisar o quanto as variáveis cresceram.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção tem por objetivo analisar a relação entre o desempenho dos alunos, obtido pelo índice de qualidade educacional, e o investimento realizado por aluno. Os resultados mostram que a Região Sul apresenta as maiores notas do IDEB, dentre as outras regiões, no período analisado (Gráfico 1). Isso indica a região com o maior nível de qualidade da educação brasileira. Em 2011, a Região Nordeste exibiu a menor nota no índice, implicando um desempenho escolar ruim em comparação com outras regiões. A explicação para tal fato reside na

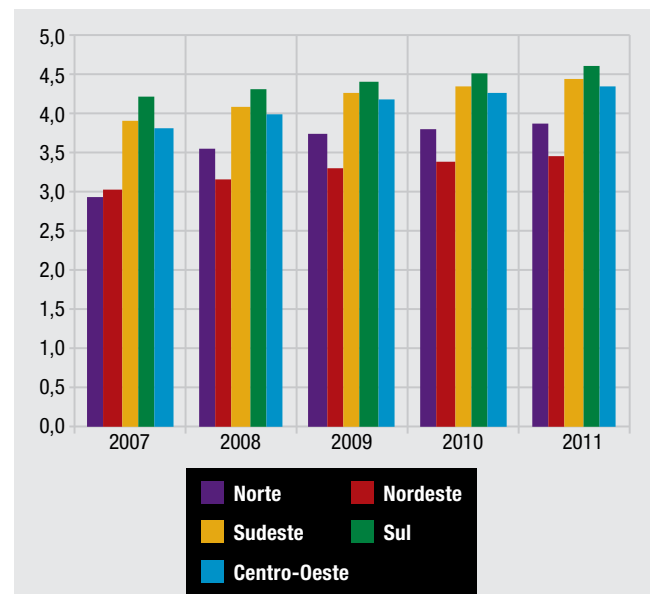


Gráfico 1
Indicador de qualidade do ensino (IDEB) – 2007-2011

Fonte: INEP (2013).

questão do trabalho de jovens, que muitas vezes entram atrasados na escola ou estudam no período noturno e dividem a atenção entre escola e trabalho. Isso interfere na qualidade do ensino e na evolução dos indicadores de desempenho, como o IDEB. O aluno precisa estar motivado, e a escola tem que ser atrativa para o jovem ter bom desempenho.

Nos últimos anos (2009 a 2011), a Região Sudeste apresentou o maior investimento por aluno no país, seguida pela Região Sul (Gráfico 2). Entretanto, mais recursos não corresponderam a uma melhor aprendizagem. A Região Nordeste, além de exibir o pior desempenho na qualidade do ensino, também investiu a menor quantia em reais por aluno no período analisado. Os números se explicam pela capacidade ruim de arrecadação dos recursos destinados a uma educação de qualidade e pelo número elevado de matrículas na região. Os gastos são importantes, todavia a realidade econômica e social dos estudantes também é. Por isso, as políticas públicas educacionais devem ser pensadas em conjunto com outras variáveis, tais como saúde, emprego e renda, segurança, entre outras.

A análise geral das correlações nas diferentes regiões brasileiras denota uma relação homogênea entre as

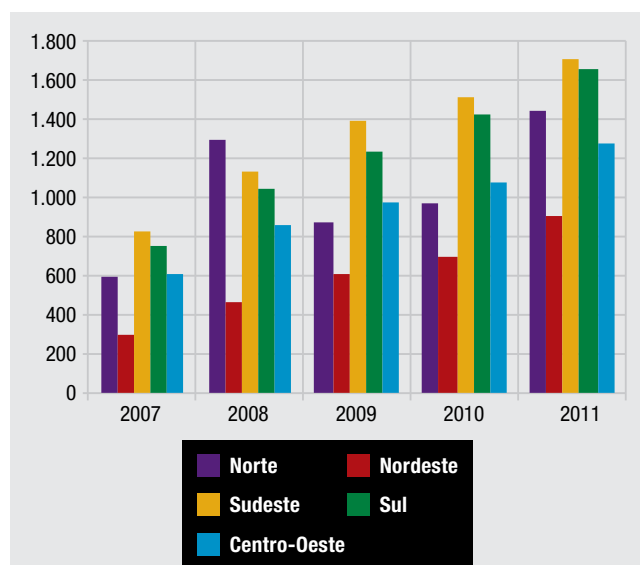


Gráfico 2
Investimento em R\$/aluno – 2007-2011

Fonte: Tesouro Nacional (2013).

variáveis tabuladas, uma vez que estas apresentaram uma correlação muito próxima, com exceção da Região Norte, que exibiu uma correlação menor, obtendo o valor de 0,69, conforme o Gráfico 3.

Tendo visto que todas as regiões apresentaram alta correlação, ou seja, acima de 60%, pode-se inferir uma ligação direta entre as variáveis estudadas. A correlação entre desempenho e investimento se confirmou em todas as regiões, sendo o índice calculado próximo a um para a maioria das regiões citadas anteriormente.

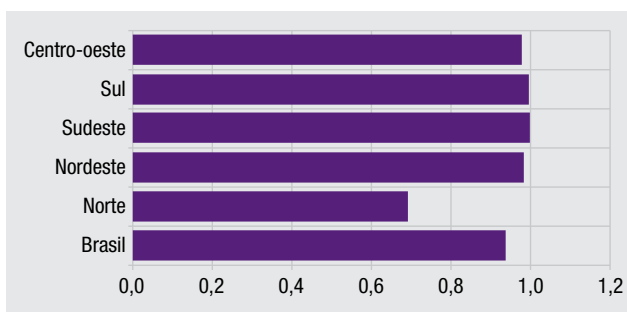


Gráfico 3
Correlação entre o desempenho nacional dos alunos e o investimento

Fonte: Elaboração própria, com base no INEP (2013) e Tesouro Nacional (2013).

O Brasil, de modo geral, apresentou uma correlação de 0,94, sendo este um valor representativo. Assim, pode-se concluir que o desempenho tem uma relação direta com o investimento. Na análise regional, a alta correlação foi obtida em todas as regiões, de modo que quatro das cinco regiões brasileiras apresentaram correlação acima de 90%, e apenas uma região exibiu correlação inferior a este valor. No entanto, a correlação de 0,69, obtida pela Região Norte, pode ser considerada alta. Para analisar o efeito dos investimentos públicos em relação ao desempenho educacional, foi feita também uma análise da média aritmética, assim como da dispersão dos resultados no período estudado, conforme a Tabela 1.

O índice educacional médio apresentou pouca variação entre as regiões brasileiras para o período abordado.

Tabela 1
Análise do desvio-padrão, da média e do coeficiente de variação – 2007-2011

UF	Dados	2007	2008	2009	2010	2011	Desvio-padrão	Média	Coeficiente de variação
Brasil	Ideb	3,58	3,82	3,98	4,06	4,14	0,22	3,916	6%
	R\$/aluno	3447,36	3969,2	5084,28	5680,03	6985,08	1403,37	5033,19	28%
Norte	Ideb	2,94	3,55	3,74	3,8	3,87	0,38	3,58	11%
	R\$/aluno	593,71	1292,42	870,92	970,78	1440,72	337,88	1033,71	33%
Nordeste	Ideb	3,03	3,16	3,3	3,38	3,46	0,17	3,266	5%
	R\$/aluno	300	466,16	610,09	694,87	905,14	229,14	595,252	38%
Sudeste	Ideb	3,91	4,09	4,26	4,35	4,44	0,21	4,21	5%
	R\$/aluno	826,56	1133,39	1390,69	1514,26	1706,8	342,96	1314,34	26%
Sul	Ideb	4,21	4,31	4,41	4,51	4,61	0,16	4,41	4%
	R\$/aluno	753,78	1044,86	1236,26	1422,43	1656,45	346,31	1222,756	28%
Centro-Oeste	Ideb	3,81	3,99	4,18	4,26	4,34	0,21	4,116	5%
	R\$/aluno	609,96	858,63	976,32	1077,69	1275,97	248,37	959,714	26%

Fonte: Elaboração própria, com base no INEP (2013) e Tesouro Nacional (2013).

Pode-se atribuir esse comportamento do IDEB a fatores relacionados ao aluno, como falta de empenho, estrutura familiar e ambiente de convívio, condições de moradia, alimentação, lazer e saúde, enfim, as variáveis socioeconômicas que podem afetar diretamente o desempenho escolar. Outros fatores associados à qualidade do ensino podem estar contribuindo para a pequena variação do índice, como professores pouco capacitados ou desmotivados devido à má remuneração, falta de comprometimento dos governantes e infraestrutura precária. Logo, existem muitos gargalos a serem solucionados dentro do sistema educacional.

O investimento médio por aluno nas diferentes regiões mostrou-se heterogêneo. A região que possuía a melhor média de investimento no período (Sudeste) não foi a que obteve a maior variação positiva no indicador de desempenho (Sul). Cabe enfatizar que a Região Nordeste exibiu a menor média de investimento por aluno no período analisado. Isso pode ser agregado, por exemplo, à questão da disparidade entre o número de alunos matriculados e o investimento realizado. Entretanto, a taxa média de crescimento dessa mesma região mostrou-se a mais elevada (Gráfico 4).

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2013), ocorreu uma elevação no investimento realizado por aluno entre os anos de 2007 e 2011, na Região Nordeste, e também um decréscimo do número de alunos matriculados no decorrer dos anos. Com relação à taxa média de crescimento do IDEB, a Região Norte destacou-se apresentando a maior variação para o período analisado, de acordo com o Gráfico 5. As demais regiões não tiveram mudanças significativas.

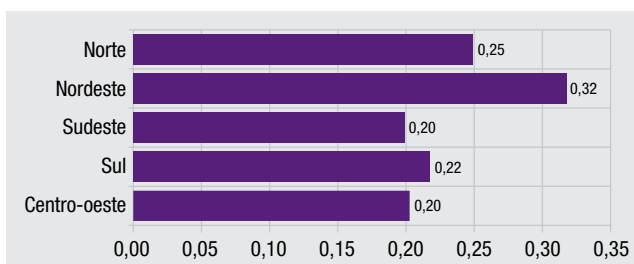


Gráfico 4
Taxa Média de Crescimento R\$/aluno – 2007-2011

Fonte: Elaboração própria, com base no INEP (2013) e Tesouro Nacional (2013).

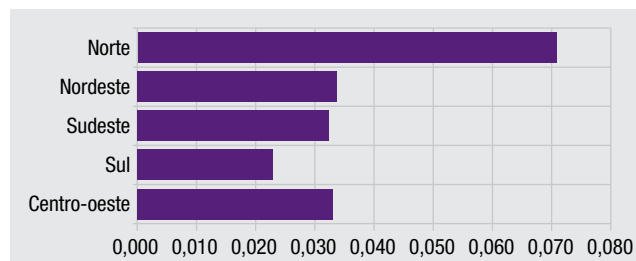


Gráfico 5
Taxa Média de Crescimento IDEB – 2007-2011

Fonte: Elaboração própria, com base no INEP (2013) e Tesouro Nacional (2013).

Diante do cenário apresentado, verifica-se a importância dos investimentos públicos realizados por aluno na educação básica. Além de preparar o indivíduo para o mercado de trabalho, o investimento atua como um dos pilares que proporcionam a inserção deste no ensino superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho estudou-se a relação entre o desempenho escolar, tendo como base o IDEB, e o investimento efetuado por aluno para as séries do ensino fundamental e médio. Foi realizada uma análise regional dos investimentos oriundos do Fundeb e do indicador educacional utilizado. Por meio do detalhamento das variáveis citadas, pôde-se mostrar o cenário das diferentes regiões brasileiras no período de 2007 a 2011. Constatou-se uma relação homogênea entre as variáveis tabuladas, permitindo inferir que a correlação entre desempenho e investimento se confirma em todas as regiões. O investimento e o desempenho escolar estão relacionados em uma elevada magnitude.

O nível de investimento por si só pode não representar todo o desempenho do aluno. Porém, associado a outras variáveis, é muito representativo. Apesar de os recursos muitas vezes serem mal alocados, de forma que algumas regiões recebem mais investimentos em detrimento de outras, as correlações encontradas representam boa parte da variação desse desempenho escolar. O investimento aumentou ao longo dos anos. Em relação ao desempenho, o IDEB tem melhorado. No entanto, em comparação com outros países, ainda é considerado um indicador educacional

baixo. Ademais, o desempenho dos alunos é afetado por outros fatores que não os relacionados com os investimentos públicos. Sendo assim, seria interessante que as políticas de caráter educacional fossem mais enfatizadas, no sentido de proporcionar uma melhora na qualidade do ensino público.

Algumas medidas poderiam ser tomadas a fim de elevar a qualidade do ensino nas escolas públicas, tais como universalização da educação, pagamento de melhores salários para que os bons profissionais sejam motivados e mantidos na rede pública de ensino, utilização da tecnologia em sala de aula, a fim de proporcionar o interesse dos alunos, troca de informações de uma escola com outra, visando reduzir as disparidades entre os ensinos, e redução dos desvios de recursos destinados à educação, coibindo a corrupção.

REFERÊNCIAS

- BECKER, G. S. *A theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. New York: Columbia University Press, 1964.
- BECKER, G. S. La inversión en talento como valor de futuro. *Revista para la Integración y Desarrollo de los Recursos Humanos*, [S.l.], n. 153, p. 26-29, 2002.
- BRASIL. Constituição 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Artigo 212. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- _____. Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 abr. 2007.
- _____. Emenda Constitucional nº 14 de 12 de setembro de 1996. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições constitucionais Transitórias. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 13 set. 1996.
- BRASIL. Emenda Constitucional nº 53 de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, 19 dez. Brasília, DF, 2006.
- _____. Ministério da Educação. IDEB apresentação. 2013a. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=180&Itemid=337 >. Acesso em: 13 fev. 2013.
- _____. *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB*: perguntas frequentes. Brasília, DF: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2009. Disponível em: <<http://www.educacao.ma.gov.br/Documentos/Perguntas%20frequentes%20-%20FUNDEB%20-%20FNDE.PDF>>. Acesso em: 14 fev. 2013.
- _____. *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB*: manual de orientação. Brasília, DF: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2008. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/siope/leis/manual_orientacao_fundeb.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2013.
- _____. *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério*: manual de orientação. 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Fundebef/manual2%5B1%5D.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2013.
- _____. *O Plano de Desenvolvimento da Educação*: razões, princípios e programas. Disponível em: <[file:///C:/Users/eliana.marta/Downloads/e1%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/eliana.marta/Downloads/e1%20(1).pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2013.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Tesouro Nacional. *Finanças do Brasil - FINBRA*: receitas e despesas dos municípios. Brasília, DF: Ministério da Fazenda; Tesouro Nacional, 2013. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 15 fev. 2013.
- DAVENPORT, T. O. *Human capital: what it is and why people invest in it*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1999.
- O FUNDEB e o financiamento público da educação. *Nota Técnica*, [S.l.], out. 2005. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2005/notatecFundeb.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2013.
- FERNANDES, C. F. R. O IDEB e a Prova Brasil na gestão das escolas municipais de Vitória – ES. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33., 2010, Caxambu, MG. *Anais*, Rio de Janeiro: ANPED, 2010.

FERNANDES, Reynaldo. *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb): metas intermediárias para a sua trajetória no Brasil, estados, municípios e escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Educação básica*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

MENEZES FILHO, N. A. *Os determinantes do desempenho escolar no Brasil*. São Paulo: Instituto Futuro Brasil, 2007. 30 p. (Texto para discussão, 2).

MINCER, J. Investment in human capital and personal income distribution. *Journal of Political Economy*, [S.l.], v. 66, n. 4, p. 281-302, 1958.

OLIVEIRA, R. F.; TEIXEIRA, B. B. *Do FUNDEF ao FUNDEB: a qualidade ainda fora de pauta*. 2009. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/Vertentes/Rosimar%20e%20Beatriz.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2013.

SCHULTZ, T. W. Investment in human capital. *The American Economic Review*, [S.l.], v. 51, n. 1, p. 1-17, 1961.

SCHULTZ, T. W. *O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

UNESCO. *Educação para todos: o imperativo da qualidade: relatório conciso*. Paris: ONU, 2004. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001373/137334POR.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2013.





Microempreendedores individuais na cidade de Itabuna, Bahia: caracterização das dez atividades mais frequentes

Rui Batista dos Santos*
Priscila de Queiroz Leal**

No Brasil, a partir da década de 1990, iniciou-se um intenso processo de abertura de micro e pequenas empresas (MPE), que buscavam na formalidade a possibilidade de acesso a novas perspectivas de mercado e obtenção de crédito bancário. Este fenômeno é explicado pela estabilidade econômica alcançada com o sucesso do Plano Real¹, que favoreceu os novos investimentos ao reduzir os riscos e as incertezas, gerando condições propícias para novos empreendimentos (AMARAL FILHO, 2011). Além disso, visando ao barateamento de seus custos, as grandes empresas incentivaram o processo de terceirização², fato que gerou um estímulo para a criação de novas microempresas.

* Graduado em Economia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). ruyebatista@hotmail.com

** Mestre em Economia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e graduada em Economia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). pridequeiroz@gmail.com

1 Plano Real foi o programa brasileiro de estabilização econômica que promoveu o fim da inflação elevada no Brasil, situação que já durava aproximadamente 30 anos. Até então, os pacotes econômicos eram marcados por medidas como congelamento de preços.

2 Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, terceirização é a contratação de serviços por meio de empresa intermediária entre o tomador de serviços e a mão de obra, mediante contrato de prestação de serviços, e não diretamente com o contratante destes.

Segundo dados disponibilizados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS; DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2011) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012), no ano de 2005, as MPes contavam com 11,03 milhões de empregados formais, contra 8,6 milhões que atuavam em grandes empresas. Esse número vem apresentando variações positivas, alcançando, no final de 2010, 14,7 milhões de empregados, frente a 13,7 milhões que exerciam suas atividades em médias e grandes empresas. Isso equivale a 51,6% dos empregos formais privados e não agrícolas e a um total de quase 40% da massa salarial do país.

Um dos fatores mais desafiadores para as políticas governamentais de apoio às MPes no Brasil é sem dúvida a redução dos processos burocráticos, não somente no momento da abertura, mas ao longo de todo processo de existência destes pequenos empreendimentos. O excesso de burocracia contribui para a elevação do número de negócios informais, apesar das reformas que permitiram a introdução do Sistema Simples, o qual passou a incentivar a legalização dos micro e pequenos negócios (AMARAL FILHO, 2011).

Esta conjuntura fez surgir na Associação Comercial de São Paulo (ACSP), no ano de 2004, a proposta de criação da figura do empreendedor pessoa física. Neste período já transitava no Congresso Nacional o projeto da

Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas nº. 123, de 14 de dezembro de 2006. Através do Art. 68, criou-se o conceito de empreendedor individual. Após a publicação da Lei Complementar nº. 128, de 19 de dezembro de 2008, foi institucionalizada a figura jurídica do microempreendedor individual (MEI) no Brasil (BRASIL, 2008).

Os artigos 18-A a 18-C da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 (na redação dada pela LC nº 128/08), relativos ao microempreendedor individual, produziram efeitos a partir de 1/7/2009, com a proposta de trazer para a formalidade os trabalhadores que atuam por conta própria, que tenham receita bruta de R\$ 60.000 por ano ou R\$ 5.000 por mês³ e que possuam até um empregado contratado com salário mínimo ou piso da categoria. A lei abrange aproximadamente 400 categorias profissionais e inclui automaticamente o microempreendedor individual no Simples Nacional⁴ (BRASIL, 2008).

De acordo com o previsto na LC 123/2006, ao realizar a opção pela formalização, os empreendedores individuais podem obter diversos benefícios, dentre os quais se destacam: cobertura previdenciária; possibilidade de registro de funcionário; gratuidade no processo de formalização e isenção de taxa de licença de funcionamento (TLF); crédito bancário em bancos públicos; condições especiais para participação de licitações com órgãos públicos; e possibilidade de compra e venda de produtos em conjunto com outros empreendedores individuais, em forma de consórcio.

O projeto de criação do MEI teve um grande sucesso em todo o país, alcançando, no final de 2012, a marca de 2.665.605 cadastrados. A Bahia, quarto estado em números absolutos de adesão, fechou este mesmo ano com 192.924 formalizações (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2013a).

Os dados estatísticos oficiais disponibilizados pelo Portal do Empreendedor (2013a) a respeito do processo de adesão ao programa do MEI no município de Itabuna

Os artigos 18-A a 18-C da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 [...] produziram efeitos a partir de 1/7/2009, com a proposta de trazer para a formalidade os trabalhadores que atuam por conta própria

³ Valor atualizado a partir de 1/1/2012.

⁴ O Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às microempresas e empresas de pequeno porte, previsto na Lei Complementar 123/06.

O projeto de criação do MEI teve um grande sucesso em todo o país, alcançando, no final de 2012, a marca de 2.665.605 cadastrados. A Bahia, quarto estado em números absolutos de adesão, fechou este mesmo ano com 192.924 formalizações

revelaram que o número de MEIs vem crescendo de maneira intensa. No final de 2011, a cidade registrou 2.729 formalizações, e em 2012, contabilizou 3.912 empreendedores formalizados.

O objetivo geral desta pesquisa foi caracterizar as dez atividades mais frequentes dos MEIs na cidade de Itabuna, Bahia. Especificamente, procurou-se verificar a evolução do programa MEI no estado da Bahia e em Itabuna, comparando os números das atividades formalizadas no âmbito estadual e os encontrados no município.

No segundo capítulo, o artigo discute o referencial teórico sobre o empreendedorismo no Brasil. No terceiro, são apresentados os resultados referentes aos procedimentos de coleta e análise de dados, convergindo para o objetivo do estudo. Nas considerações finais, são discutidas algumas implicações e limitações, e uma pauta para futuros estudos é sugerida.

O EMPREENDEDORISMO NO BRASIL

No Brasil, o empreendedorismo começou a ganhar força e importância a partir da década de 1990, com as medidas econômicas adotadas pelo então presidente Fernando Collor de Melo. Nesse período foram implantados programas que visavam à abertura econômica do país, aliados à criação e ao aperfeiçoamento

de agências de fomento e incentivos a determinados setores, como a Sociedade Brasileira para Exportação de Software (Softex)⁵ e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Este último desponta como um dos principais responsáveis pela formação e capacitação desta nova classe empreendedora (DORNELAS, 2001).

Outro fator importante foi o programa de demissões voluntárias, que propiciou o surgimento de uma nova classe empreendedora, pós-estabilização monetária, devido ao sucesso do Plano Real.

Apesar do avanço contínuo que vem sendo verificado no processo de legalização dos empreendedores, o mercado informal brasileiro movimentou, durante o ano de 2009, aproximadamente R\$ 578 bilhões, o que corresponde, em termos percentuais, a 18,4% do Produto Interno Bruto (PIB). Isso representa o montante aproximado do PIB da Argentina (LEOPOLDO, 2012).

O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Criada pela Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008 (BRASIL, 2008), a figura do microempreendedor individual (MEI) é definida como sendo a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. O processo de formalização do MEI teve início em julho de 2009, e desde então esta nova modalidade empresarial vem tendo grande sucesso. Houve um movimento intenso de registro de novos empreendedores, alcançando 3,26 milhões de inscritos no Portal do Empreendedor.

No Brasil, podem optar pela formalização os microempreendedores que prestam serviços diversos (manicures, costureiras, carpinteiros, pipoqueiros, vendedores ambulantes) e trabalhadores que atuam, em geral, no comércio

5 A partir dos anos 1990, o governo federal iniciou um conjunto de políticas governamentais para a área de informática que incluíam incentivos para as empresas multinacionais produzirem no Brasil e programas de fomento para as empresas locais se desenvolverem nessa área. O Programa Nacional de Software para Exportação (Softex 2000) tinha como objetivo estimular o surgimento de uma indústria brasileira de software voltada para a exportação (PORTAL SOFTEX, 2012).

e na indústria, os que prestam serviços de natureza não intelectual/sem regulamentação legal e ainda os que trabalham em escritórios contábeis.

O público-alvo pode realizar a formalização como MEI através de um aplicativo *on line* no Portal do Empreendedor. De julho de 2009 a agosto de 2013, foram registrados no país 3.341.510 microempreendedores individuais (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2013a). Estes números apontam um crescimento da ordem de 40% em comparação com o mesmo período de 2012. Parte desta expansão é explicada pela entrada em vigor das novas regras que ampliaram em 50% os limites de enquadramento do Simples Nacional, conhecido como Supersimples, e aumentaram o limite máximo permitido para a receita bruta anual do microempreendedor individual (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2013a).

Os microempreendedores individuais podem quitar os tributos através do Simei, que pode ser definido como um sistema que tem como principal característica a possibilidade de recolhimento em valores fixos mensais dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional devidos pelo microempreendedor individual. Em síntese, o Simei é um sistema de pagamento de tributos unificados em valores fixos mensais (BRASIL, 2011).

De acordo com o Portal do Simples Nacional (2013), pode enquadrar-se na condição de MEI o empresário que preencha os requisitos previstos no Art. 966 da Lei 10.406/2002 (Código Civil), que tenha auferido receita bruta acumulada no ano-calendário anterior e em curso de até R\$ 60.000, ou seu limite proporcional, se estiver no ano de início de atividade. Também deve atender às seguintes condições:

- Exercer tão-somente as atividades constantes do Anexo XIII da Resolução CGSN 94/2011 (BRASIL, 2011).
- Possuir um único estabelecimento.
- Não participar de outra empresa como titular, sócio ou administrador.
- Não contratar mais de um empregado, observado o disposto no Art. 96 da Resolução CGSN 94/2011.
- Os estados com maior número de inscrições acumuladas até o período foram São Paulo (800.632), Rio

Os estados com maior número de inscrições acumuladas até o período foram São Paulo (800.632), Rio de Janeiro (390.163), Minas Gerais (341.795), Bahia (224.097) e Rio Grande do Sul (189.697)

de Janeiro (390.163), Minas Gerais (341.795), Bahia (224.097) e Rio Grande do Sul (189.697) (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2013b).

MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Para alcançar os objetivos propostos por este estudo, optou-se pela pesquisa descritiva, utilizada para descrever as atividades com maior índice de adesão ao MEI, as que podem ser registradas e para caracterizar os microempreendedores individuais da cidade de Itabuna.

A base de dados utilizada para atingir os objetivos propostos foi obtida de fontes secundárias de pesquisas, dentre elas o IBGE, o Sebrae, a Prefeitura Municipal de Itabuna e principalmente os dados divulgados pelo Portal do Empreendedor, referentes ao período de julho de 2009 a agosto de 2013.

RESULTADOS-

Neste capítulo, estão apresentados os resultados encontrados a partir das informações estatísticas extraídas do Portal do Empreendedor. Ali são disponibilizados de forma global dados como número de adesões ao sistema Simei por período, por município, unidade da Federação, acumulado Brasil, acumulado por gênero, código CNAE⁶,

⁶ Código Nacional de Atividade Econômica (CNAE).

forma de atuação e faixa etária. Esta importante base de dados oficial tornou possível delinear algumas das principais características apresentadas pelos MEIs no município de Itabuna – Bahia.

Evolução do Programa MEI na Bahia e em Itabuna

No estado da Bahia, o processo de formalização dos MEIs teve seu início na cidade de Teixeira de Freitas, em julho de 2009, com três adesões. Em 2012, o estado já contava com 192.924 cadastrados, sofrendo, no início de 2013, um leve declínio, por conta do processo de desenquadramento do sistema Simeí, que causou uma redução de 1,07% no número de inscritos em relação a dezembro de 2012. Em agosto de 2013, a Bahia contava com 228.336 inscritos. Os valores apresentados são demonstrados na Figura 1.

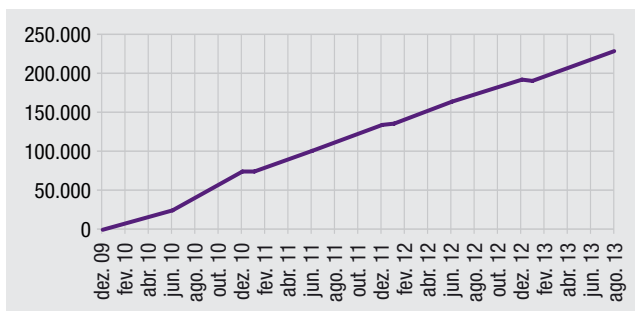


Figura 1
Evolução das formalizações MEI – Bahia – jul. 2009-ago. 2013

Fonte: Dados do Portal do Empreendedor (2013b).
Elaborado pelo autor.

Em Itabuna, o processo de adesão ao programa do MEI efetivou-se a partir de fevereiro de 2010, de maneira tímida, com apenas 38 formalizações no mês. Entretanto, e com uma tendência de crescimento, fechou o ano de 2011 com 2.729 formalizados. No final de 2012, a cidade alcançou seu pico, com 3.912 microempreendedores individuais devidamente legalizados. No primeiro dia útil de 2013, o departamento de tributos da prefeitura municipal promoveu um processo de desenquadramento por ofício⁷,

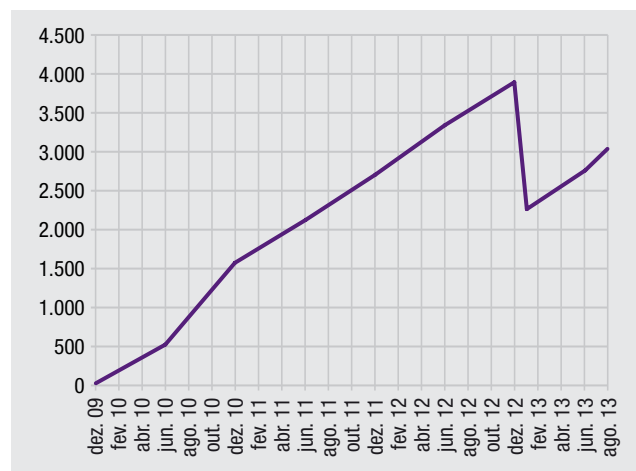


Figura 2
Evolução das formalizações MEI na cidade de Itabuna
Bahia – jul. 2009-ago. 2013

Fonte: Dados do Portal do Empreendedor (2013b).
Elaborado pelo autor.

em virtude da existência de pendências relacionadas com o alvará de funcionamento, IPTU e ausência dos recolhimentos mensais do Dasmei. Este procedimento atingiu cerca de 40% dos MEIs do município, uma porcentagem bastante elevada se comparada com o conjunto de todas as outras cidades do estado, que registraram uma taxa de desenquadramento de 0,002%.

Em 30 de agosto de 2013, a cidade contava com 3.058 microempreendedores, denotando uma tendência contínua de crescimento. A Figura 2 apresenta a evolução das formalizações MEI na cidade de Itabuna, no período de dezembro de 2009 a agosto de 2013.

Desenquadramento Simeí no estado da Bahia e no município de Itabuna

Ao se efetuar o cruzamento dos dados referentes à quantidade total de MEIs no estado da Bahia e no município de Itabuna no dia 31/12/2012 com os números do dia 2/1/2013 (Tabela 1), verifica-se que, em ambos, houve diminuição da quantidade total. Porém, chama a atenção a situação do município de Itabuna, que desenquadrara 41,84% dos microempreendedores. Este fato é explicado pelo processo de desenquadramento de ofício realizado pelo departamento de tributos do município, que adotou uma posição extremamente

⁷ Procedimento de exclusão do Simples Nacional e do Simeí praticado pela Receita Federal do Brasil ou seus entes federados (estados e municípios) quando a empresa perde o direito de optar pelo regime tributário por alguma irregularidade ou por não atualizar sua situação nos órgãos competentes (BRASIL, 2011).

Tabela 1
Desenquadramento Simei – Itabuna e em todas as outras cidades da Bahia

Localidades	Optantes 31/12/2012	Optantes 02/01/2013	Desenquadramentos	%
Itabuna	3.912	2.275	1.637	41,85
Outas cidades da Bahia	189.012	188.568	444	0,002
Todo o estado da Bahia	192.924	190.843	2.081	1,079

Fonte: Dados do Portal do Empreendedor (2013a).

Elaborado pelo autor.

Tabela 2
Ranking das dez cidades baianas com maiores índices de adesão ao Simei

Posição no ranking	Município	Total de optantes em 31/12/2012	Município	Total de optantes em 2/01/2013
1	Salvador	67.084	Salvador	66.696
2	Feira de Santana	11.495	Feira de Santana	11.453
3	Vitória da Conquista	6.797	Vitória da Conquista	6.798
4	Lauro de Freitas	4.665	Lauro de Freitas	4.642
5	Camaçari	4.327	Camaçari	4.315
6	Itabuna	3.912	Teixeira de Freitas	3.657
7	Teixeira de Freitas	3.665	Ilhéus	3.527
8	Ilhéus	3.532	Juazeiro	2.900
9	Juazeiro	2.904	Jequié	2.398
10	Jequié	2.400	Itabuna	2.275

Fonte: Dados do Portal do Empreendedor (2013b).

Elaborado pelo autor.

rigorosa na exigência de alvará de funcionamento, quitação do IPTU do imóvel-sede da empresa e recolhimentos mensais do Dasmei.

Na Tabela 1, fica evidenciado que a administração municipal da cidade adotou um procedimento diferenciado do seguido pelos demais municípios baianos, já que respondeu por 79% dos desenquadramentos do sistema Simei ocorridos em todo o estado da Bahia.

Ranking das dez cidades baianas com maiores índices de adesão ao Simei antes e após o procedimento de desenquadramento ocorrido na cidade de Itabuna

A Tabela 2 traz o *ranking* das dez cidades, incluindo a capital, Salvador, que apresentaram os maiores números absolutos de formalizações de MEIs. Em 31 de dezembro de 2012, Itabuna aparecia como a sexta cidade no *ranking* de adesão ao programa MEI. Em 2 de janeiro de 2013, a cidade caiu para a décima posição.

PERFIS DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS NA CIDADE DE ITABUNA (BAHIA)

É possível observar na Tabela 3 que 51,8% dos microempreendedores atuam em estabelecimentos fixos (lojas, escritórios etc.). Outro destaque, que aparece com 33,07% de adesão, são os que atuam de porta em porta ou mesmo como ambulantes⁸. Os que, mesmo tendo um local fixo, atendem seus clientes fora deste ambiente (encanadores, pedreiros, eletricitistas etc.) representam 7,6%, e as outras formas de atuação juntas formam 7,54% do total de formalizados.

As atividades permissíveis ao programa MEI são classificadas por grau de risco, conforme o Anexo II da Resolução CGSIM nº 22, de 22 de junho de 2010, no qual são destacadas algumas atividades que representam alto risco⁹ (BRASIL, 2010).

⁸ Vendedores que não possuem local fixo.

⁹ Segundo Brasil (2010), são consideradas atividades de alto risco aquelas que representam “nível de perigo potencial de ocorrência de danos à integridade física e à saúde humana, ao meio ambiente ou ao patrimônio em decorrência de exercício de atividade econômica” (BRASIL, 2010).

Tabela 3
Total de Empreendedores Individuais por forma de atuação no Brasil, na Bahia e na cidade de Itabuna

Forma de atuação	% em relação ao Brasil	% Bahia	% Itabuna
Estabelecimento fixo	3,41	51,46	51,79
Porta a porta ou ambulante	2,17	32,64	33,07
Em local fixo fora da loja	0,46	6,92	7,60
Internet	0,32	4,83	3,78
Correios	0,09	1,32	1,14
Televendas	0,13	2,08	1,93
Máquinas automáticas	0,05	0,75	0,69
Total	6,62	100,00	100,00

Fonte: Dados do Portal do Empreendedor (2013a).
Elaborado pelo autor.

Tabela 4
Atividades de alto risco exercidas pelos MEIs – cidade de Itabuna

CNAE 2.0	Descrição	MEI
2052-5/00	Fabricação de desinfetantes domissanitários	1
2062-2/00	Fabricação de produtos de limpeza e polimento	3
4784-9/00	Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	4
4789-0/05	Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários	11
8122-2/00	Imunização e controle de pragas urbanas	5

Fonte: Dados do Portal do Empreendedor (2013a).
Elaborado pelo autor.

Como mostrado na Tabela 4, existem na cidade de Itabuna 24 MEIs que atuam em atividades classificadas como de alto risco, com destaque para o comércio varejista de produtos saneantes domissanitários (46%); imunização e controle de pragas urbanas (21%); comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP) (16,6%); fabricação de produtos de limpeza e polimento (12,5%); e fabricação de desinfetantes domissanitários (4%).

DEZ ATIVIDADES MAIS FREQUENTES ENTRE OS MEI NA CIDADE DE ITABUNA

As dez atividades com maior frequência de microempreendedores apresentam, em geral, baixo valor agregado e não exigem muito capital no momento da entrada no mercado. Essas atividades correspondem a 45,12% do total. Os dados são apresentados na Tabela 5.

Dentre as dez atividades com maior frequência de MEIs, seis apresentam um maior predomínio do gênero feminino, sendo que em algumas este predomínio ultrapassa os 70%. Os dados podem ser visualizados na Tabela 6.

Tabela 5
Dez atividades mais frequentes entre os MEIs – cidade de Itabuna

Cod. CNAE	Atividades	Qtde MEI	%
4781400	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	342	1,16
9602501	Cabeleireiros	259	8,45
4712100	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – minimercados, mercearias e armazéns	133	4,33
5612100	Serviço ambulante de alimentação	103	3,36
5611202	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	96	3,13
9602502	Outras atividades de tratamento de beleza	94	3,07
4772500	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	92	3,00
5611203	Lanchonetes, casa de chá de sucos e similares	91	2,97
4755503	Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho	87	2,83
4723700	Comércio varejista de bebidas	86	2,81
Totais		1.383	45,12

Fonte: Dados do Portal do Empreendedor (2013a).
Elaborado pelo autor.

Tabela 6
Dez atividades mais frequentes entre os MEIs por atividade e gênero – cidade de Itabuna

Atividades	Masculino	%	Feminino	%
Comércio varejista de artigos do vestuário e Acessórios	82	24,40	254	75,60
Cabeleireiros	56	21,88	200	78,12
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – minimercados mercearias e armazéns	69	51,49	65	48,51
Serviço ambulante de alimentação	50	48,54	53	51,46
Bares e outros estabelecimentos especializados em servi bebidas	39	40,63	57	59,38
Outras atividades de tratamento de beleza	1	1,06	93	98,94
Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	21	22,83	71	77,17
Lanchonetes, casa de chá de sucos e similares	40	43,96	51	56,04
Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho	55	63,22	32	36,78
Comércio varejista de bebidas	49	56,98	37	43,02

Fonte: Dados do Portal do Empreendedor (2013a).
Elaborado pelo autor.

Quando se compara a totalidade de atividades com as dez mais frequentes, percebe-se um predomínio do sexo feminino, com 66% de participação, frente a 34% do gênero masculino, destoando dos percentuais encontrados quando se trabalha com a totalidade de adeptos ao programa MEI, conforme demonstrado na Figura 3.

Não há registros de microempreendedores atuando em atividades industriais. A maior parte, 53,5%, exerce atividades comerciais, com destaque para o comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios. O setor de serviços, que apresenta 46,50% de participação, tem como destaque os cabeleireiros, como pode ser visto na Figura 4.

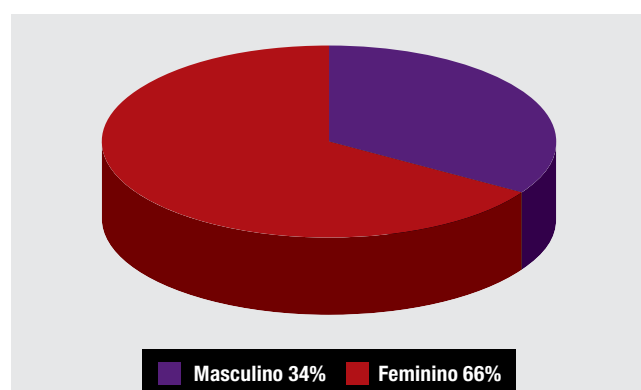


Figura 3
MEI por gênero em relação as dez atividades mais frequentes
Cidade de Itabuna

Fonte: Dados do Portal do Empreendedor (2013a).
Elaborado pelo autor.

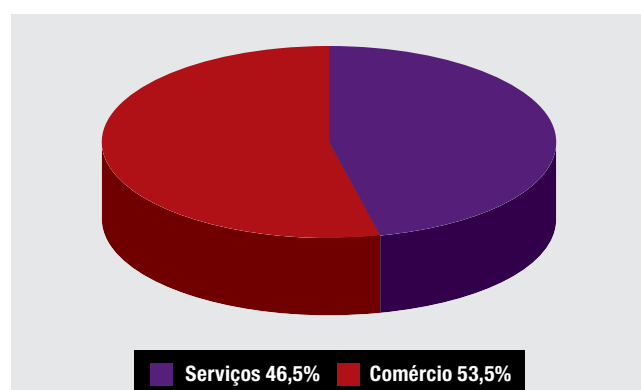


Figura 4
MEI por ramo de atividade em relação as dez principais
atividades – cidade de Itabuna

Fonte: Dados do Portal do Empreendedor (2013a).
Elaborado pelo autor.

Na base de dados utilizados por este estudo, não foram detectadas atividades com perfil inovador, que geram novos produtos, mercados, processos de produção ou tecnologias. Isso sugere que as atividades empreendedoras na cidade de Itabuna ocorrem por necessidade e não por oportunidade, como alternativa de emprego e renda. Esta ausência de atividades inovadoras leva o microempreendedor itabunense a se encaixar no perfil do empreendedor brasileiro, que, segundo Bulgacov e outros (2010), possui pouca estrutura para o enfrentamento de riscos, desenvolvendo atividades de baixa produtividade e que aumentam a probabilidade de fracasso do negócio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo caracterizou as dez atividades mais frequentes entre os MEIs da cidade de Itabuna. Para a sua concretização, foram utilizados os dados oficiais disponibilizados pelo Portal do Empreendedor, do período de julho de 2009 a agosto de 2013, que permitiram traçar um perfil com as principais características dos trabalhadores que formalizaram seus negócios através do programa MEI instituído pela LC 123/2008.

A ausência de atividades com perfil inovador mostra que o microempreendedor individual da cidade de Itabuna atua por necessidade, para a obtenção de renda. Desta forma, programas de formalização que visem à motivação e que facilitem o acesso ao treinamento, assistência técnica e microcréditos contribuem de maneira significativa para o desafio de trazer os microempreendedores para a formalidade, como é o caso do MEI.

Entretanto, o processo de desenquadramento ocorrido no município fez surgir o desafio de manter os empreendedores no mercado formal, propiciando condições para que se profissionalizem e progridam nas suas atividades. Dessa forma, se geraria o aquecimento da economia local, do emprego e da renda, resgatando o sentimento de cidadania destes empreendedores.

Neste sentido, novos estudos podem vir a ser realizados, a fim de explorar os reais motivos que têm levado ao desenquadramento dos MEIs em Itabuna, colaborando com o poder público para combater as suas causas.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, Jair do. *Micro e pequenas empresas (MPEs) e construção social*. Brasília, DF: CEPAL; IPEA, 2011. (Textos para Discussão, 36).

BRASIL. Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 22 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leiscomplementares/2008/leicp128.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

BRASIL. Resolução CGSIM nº 22, de junho de 2010. Dispõe sobre regras a serem seguidas quanto às pesquisas prévias e à regulamentação da classificação de risco da atividade para a concessão do Alvará de Funcionamento Provisório ou Definitivo de empresários e de sociedades empresárias de qualquer porte, atividade econômica ou composição societária, no âmbito da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 10 set. 2010. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Resolucao/2010/CGSIM/Resol22.htm>. Acesso em: 5 set. 2013.

BRASIL. Resolução Comitê Gestor do Simples nacional nº 94, de 29 novembro de 2011. Dispõe sobre o Simples Nacional e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, DF, 1 dez. 2011. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Resolucao/2011/CGSN/Resol94.htm>>. Acesso em: 12 out. 2013.

BULGACOV, Yára Lúcia M. et al. Jovem empreendedor no Brasil: a busca do espaço da realização ou a fuga da exclusão? *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 695-720. jun. 2011.

DORNELAS, José Carlos Assis. *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *As micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/microempresa/microempresa2001.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas do cadastro central de empresas*: 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Economia_Cadastro_de_Empresas/2010/cempre2010.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2013.

_____. *Cidades@*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmu=n=291480>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

LEOPOLDO, Ricardo. Economia subterrânea. Economia informal representou 18,4% do PIB em 2009. *G1.com*, São Paulo, 22 de jul. 2012. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,EMI156733-16357,00-economia%20%20informal%20representou%20do%20pib%20em.html>>. Acesso em: 30 ago. 2012.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. *Microempreendedor individual*. 2013a. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatistica/lista-dos-relatorios-estatisticos-do-mei>>. Acesso em: 8 jan. 2013.

_____. *Relatórios estatísticos do MEI*. 2013b. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatistica/relatorios-estatisticos-do-mei>> Acesso em: 8 ago. 2013.

PORTAL SOFITEX. Disponível em: <http://www.softex.br/_asoftex/historico.asp>. Acesso em: 1 out. 2012.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. *GEM 2011*: Brasil é o terceiro país com maior número de empresas, Disponível em: <http://gestaoportal.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/temas-estrategicos/empreendedorismo/205-27-gem-2011-brasil-e-o-terceiro-pais-com-maior-nb0-de/BIA_20527>. Acesso em: 8 out. 2012.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS; DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Anuário do trabalho na micro e pequena empresa*. Brasília, DF: SEBRAE; DIEESE, 2011. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/atender/customizado/estudos-e-pesquisas>>. Acesso em: 18 nov. 2012.

SIMPLES NACIONAL. *O que é o Simples Nacional?*. 2013. Disponível em: <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/simples-nacional/SobreSimples.aspx>>. Acesso em: 7 ago. 2013.





Produção de soja na Bahia: uma análise das suas externalidades

Daiana Dalla Vecchia*
Salatiel Turra**

A Bahia foi o estado pioneiro na produção da soja na Região Nordeste, iniciando o cultivo para comercialização em 1974. Entretanto, foi entre os anos 1980 e 1990, com a introdução no cerrado, que a cultura teve maior destaque. O crescimento expressivo do cultivo da soja no estado e no país como um todo está baseado em critérios da revolução verde, que, a partir dos anos 60, se intensificou no Brasil, trazendo consigo possibilidades de incremento na produtividade e, conseqüentemente, nos lucros obtidos. Entretanto, juntamente com o desenvolvimento econômico, a revolução verde trouxe impactos perversos à saúde humana e ao meio ambiente.

* Graduação em andamento em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e mestranda em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). daianadvecchia@hotmail.com

** Graduado em Ciências Econômicas e mestrando em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). salatielturra@hotmail.com

Tendo visto que a soja é uma *commodity* de grande relevância para a economia brasileira e que a Bahia, aos poucos, vem se tornando grande produtora dessa cultura, o presente trabalho visa identificar, através de levantamento de dados sobre a cultura e sobre o consumo de agrotóxicos no estado, as principais externalidades ambientais ocasionadas pelo uso intensivo de agrotóxicos no cultivo da soja. A partir daí, são expostas algumas medidas plausíveis para a redução dessas externalidades, capazes de proporcionar desenvolvimento sustentável para a região, sem que a produtividade e os lucros sejam afetados. O delineamento adotado foi a pesquisa bibliográfica explanatória, e as fontes de dados utilizadas foram o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag).

Nas seções subsequentes são expostos alguns aspectos da revolução verde, bem como o conceito de externalidades na visão de distintos autores. Mais adiante, apresenta-se a evolução do cultivo de soja e o uso de defensivos agrícolas no Brasil e no estado da Bahia. Posteriormente, os resultados são analisados destacando-se as principais externalidades ambientais causadas pelo uso intensivo dos agrotóxicos e algumas medidas que devem ser tomadas a fim de internalizar essas externalidades. Por fim, são feitas as considerações finais.

ASPECTOS DA REVOLUÇÃO VERDE

A partir de meados do século XX, o crescimento populacional se apresentava proporcionalmente maior que a oferta e distribuição de alimentos.

O problema da fome tornava-se cada vez mais sério em várias partes do mundo, o governo americano e os grandes capitalistas temiam que se tornasse elemento decisivo nas tensões sociais existentes em muitos países [...] (ROSA, 1998, p. 19).

Alguns países desenvolvidos começaram a investir em novas tecnologias e intensificaram o campo da pesquisa, buscando soluções para enfrentar a batalha contra a escassez de alimentos, o que caracterizou a chamada revolução verde.

Alguns países desenvolvidos começaram a investir em novas tecnologias e intensificaram o campo da pesquisa, buscando soluções para enfrentar a batalha contra a escassez de alimentos, o que caracterizou a chamada revolução verde

Novas tecnologias capazes de gerar ganhos de escala foram desenvolvidas. Essas tecnologias se revelaram propícias para a produção em larga escala e em monoculturas. No Brasil, foi durante o regime militar, entre os anos 1960 e 1970, que a revolução verde se instaurou. De acordo com Navarro (2001), o desenvolvimento rural no país, nesse período, possuía um ímpeto modernizante. Isso foi identificado através da absorção das novas técnicas do padrão tecnológico, resultando em aumentos significativos na produção, produtividade e, conseqüentemente, na renda. O êxito obtido pela introdução dos pacotes tecnológicos procedentes da revolução verde fez com que a redução da fome deixasse de ser o único objetivo, e a agricultura passou a ser um meio de reprodução do capital.

Os subsídios oferecidos pelo governo foram fundamentais para elevar a competitividade do país. Contudo, a princípio, não contemplaram os pequenos agricultores, causando aumento da desigualdade e êxodo rural. Além das questões de cunho social destacadas, os problemas ambientais foram e ainda são muito expressivos, decorrentes do uso intensivo de maquinários pesados, de agrotóxicos e de sementes geneticamente modificadas.

O QUE SÃO EXTERNALIDADES?

A discussão sobre externalidades iniciou-se quando a economia tradicional adotou as preocupações e os

estudos dos ambientalistas, no começo do século XXI, sobre as consequências geradas no processo industrial, as quais afetam o meio ambiente e o bem-estar da população. O bem-estar foi um fator fundamental para que alguns autores neoclássicos passassem a considerar a intervenção estatal como forma de regulamentar alguns aspectos que, para a economia, não eram considerados tão relevantes, como, por exemplo, os custos sociais. Percebendo os inúmeros problemas sociais enfrentados pela população, alguns estudiosos reconheceram a necessidade da construção de bases teóricas que incorporassem variáveis como capital humano, no sentido de educação e saúde, nível de bem-estar ideal e questões relacionadas às externalidades ambientais negativas.

Os autores definiram o conceito de externalidade sob distintas maneiras. Na visão de Pindick e Rubinfeld (1994), externalidade é o fato que ocorre quando o governo intervém na intenção de estabelecer e elevar o bem-estar tanto dos consumidores quanto dos produtores. Varian (1994) adverte que, quando o uso de certo recurso de um agente tem impacto sobre o consumo de outro agente, ocorreram as externalidades, as quais podem ser positivas, negativas, de consumo e de produção. Ainda de acordo com Varian (1994), o problema das externalidades é gerado quando não se tem bem definido o direito de propriedade. Para Mas-Collel (1995), quando um agente da economia afeta o bem-estar ou as possibilidades de produção de outro agente ocorre uma externalidade.

Varian (1997) sugere que uma externalidade passa a existir quando os bens pelos quais as pessoas têm interesse não podem ser precificados. Dessa forma, não podem ser vendidos. Contador (2000) acrescenta que o problema das externalidades vai além da má definição do direito de propriedade. Ele tem origem no avanço tecnológico, o qual gera retornos de escala crescentes, ao passo que os custos médios, a longo prazo, se tornam decrescentes. Verifica-se que, apesar de os autores definirem externalidades de distintas maneiras, geralmente há uma convergência quanto ao sentido do conceito, ou seja, de maneira geral, as externalidades podem ser vistas como o impacto das ações de um agente sobre o bem-estar dos demais agentes.

EVOLUÇÃO DO CULTIVO DA SOJA

No Brasil

A soja passou a ser economicamente relevante no Brasil a partir dos anos 1960. Entretanto, foi só a partir dos anos 1980 que a cultura se expandiu para as regiões tropicais do país, mais precisamente para o cerrado brasileiro. Conforme apresentado na Figura 1, a partir da safra 2004/2005, as regiões Norte e Nordeste juntas passaram a ter níveis de produção superiores aos da Região Sudeste, e na safra atual, ainda não concretizada, a estimativa é que a Região Nordeste, isoladamente,

A discussão sobre externalidades iniciou-se quando a economia tradicional adotou as preocupações e os estudos dos ambientalistas, no começo do século XXI, sobre as consequências geradas no processo industrial

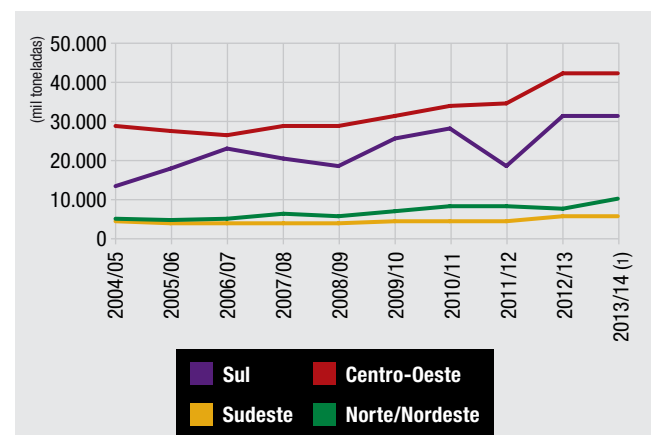


Figura 1
Produção de soja por região – Safras 2004/2005 a 2013/2014 (i)

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (2014). Elaborada pela autora.
(i) Previsão safra 2013/2014.

ultrapasse a produção da Região Sudeste, caracterizando, dessa forma, a introdução das áreas de cerrado no cultivo da soja. A expectativa para a safra 2013/2014 é que a Região Centro-Oeste produza cerca de 42.055,4 mil toneladas de soja; a Região Sul, 31.546,7 mil toneladas; o Nordeste, 7.335,8 mil toneladas; o Sudeste, 5.853,4 mil toneladas; e o Norte; 3.222,5 mil toneladas de soja.

O cerrado brasileiro ocupa cerca de 24% do território nacional e inclui oito estados – Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Piauí – e o Distrito Federal. A região do cerrado é caracterizada por possuir amplas áreas agricultáveis, com preços relativamente baixos, favorecendo, assim, o cultivo da soja. Portanto, tem recebido subsídios privados e governamentais destinados ao custeio e investimento das lavouras, proporcionando incremento na produtividade dessas áreas (WWF-BRASIL, 2013).

Nos últimos anos, a soja se tornou o principal produto do agronegócio brasileiro. A partir dos anos 1990, um novo processo de modernização da agricultura fomentou ainda mais a produção dos cultivares, através de pesquisas, estruturação da cadeia produtiva e utilização de tecnologias avançadas. A cultura passou a ser fundamental para o aumento da renda, empregos e geração de divisas para o Brasil.

De acordo com levantamento feito pela Companhia Nacional de Abastecimento (2014), desde o início da década de 1990 até os dias atuais, a área plantada

de soja mais que triplicou. Com relação à produção, no mesmo período, o incremento foi de mais de cinco vezes. E a produtividade avaliada passou de 1.580 kg/hectare em 1990/1991 para 2.938 kg/hectares na safra 2012/2013, ou seja, um aumento de aproximadamente 86%. A partir dessas estatísticas, é possível entender os motivos pelos quais, em 2003, de acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (2004), o Brasil já se configurava como o segundo maior produtor mundial de soja, respondendo por aproximadamente um quarto da produção mundial.

Atualmente, a produção de soja se encontra em plena expansão e demanda, fato aliado ao crescimento populacional e ao aperfeiçoamento das técnicas utilizadas no seu cultivo. Sem dúvida, essa cultura foi e ainda é fundamental para impulsionar o crescimento econômico do país, porém sob diretrizes que afetam de forma negativa o meio ambiente. “[...] Infelizmente, os governos têm priorizado estratégias errôneas de desenvolvimento que privilegiam o crescimento econômico em curto prazo, ignorando não apenas a função social do processo de desenvolvimento, mas causando uma verdadeira crise ambiental” (GIANLUPPI; WAQUIL, 2008, p. 4). A cultura se dinamizou de forma insustentável, deixando de lado questões fundamentais relacionadas com o meio ambiente, bem-estar, saúde humana, vegetal e animal.

Na Bahia

A Região Nordeste tem apresentado bom desempenho na sojicultura, particularmente através de três estados – Bahia, Maranhão e Piauí –, os quais fazem parte da nova fronteira agrícola que começou a se desenvolver no cerrado, denominada Mapitoba, que, além dos estados citados, inclui o Tocantins, pertencente à Região Norte do país (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008). A exploração das áreas de cerrado está entre os elementos principais na explicação da expansão do cultivo da soja na Região Nordeste, mais especificamente no estado da Bahia.

A Região Nordeste, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008), tem uma área de cerrado de 456.864 km², sendo que só o estado da Bahia representa

Nos últimos anos, a soja se tornou o principal produto do agronegócio brasileiro [...] A cultura passou a ser fundamental para o aumento da renda, empregos e geração de divisas para o Brasil

A Região Nordeste tem apresentado bom desempenho na sojicultura, particularmente através de três estados – Bahia, Maranhão e Piauí –, os quais fazem parte da nova fronteira agrícola

pouco mais de um terço desse total, possuindo 151.348 km² de área de cerrado. Em consonância a esses dados, diversos estudos sobre a cultura têm sido realizados, a fim de determinar qual espécie tem melhor adaptação à região e quais possíveis melhoramentos e/ou técnicas devem ser utilizados para possibilitar a elevação da produtividade. Outro fator que merece destaque são os financiamentos para custeio e investimento na produção.

A Bahia foi pioneira no cultivo de soja na Região Nordeste, iniciando a produção para comercialização em 1974. A expansão seguiu anos 1980 afora, e foi nesse período que novas pesquisas nas áreas de melhoramento das sementes, manejo da cultura, fertilidade do solo, entre outras, foram realizadas. Nos anos 1990, a produção nos cerrados predominou e no início dos anos 2000, de acordo com dados da Companhia Nacional de Abastecimento (2014), a produção de soja do estado baiano atingiu 800.000 toneladas, com produtividade média de 1.830 kg/hectares. A partir da década de 1990, a cultura se expandiu de forma acelerada, demandando cada vez mais pesquisas e uso de novas técnicas e defensivos para o combate de doenças, pragas e ervas daninhas que pudessem vir a atacar as lavouras.

Conforme pode ser visto na Figura 2, a estimativa realizada em fevereiro de 2014 para a safra 2013/2014, com relação à área plantada de soja na Bahia, é de cerca de 1.274,2 mil hectares, correspondendo a pouco mais de 50% da área total plantada na Região Nordeste, a qual foi de aproximadamente 2.510,9 mil hectares.

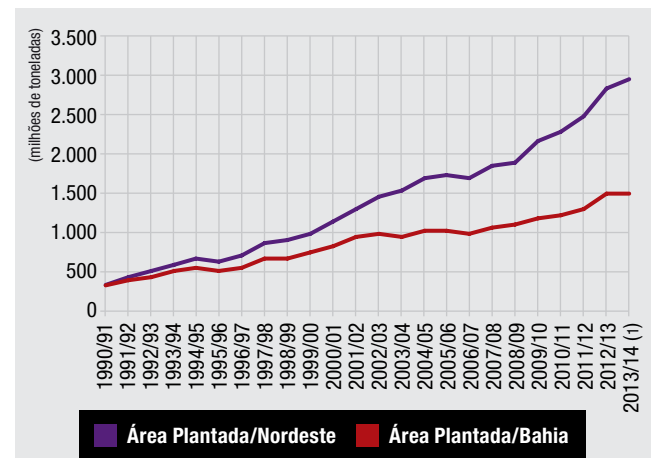


Figura 2
Área plantada Nordeste e Bahia – Safra 1990/1991 a 2013/2014 (1)

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (2013). Elaborado pela autora.
(1) Previsão safra 2013/2014.

Outro fator relevante a ser considerado é a questão da produtividade. A partir da safra 2003/2004, com exceção de alguns anos, a Bahia teve sua produtividade média superior à produtividade média brasileira, conforme pode ser visto na Figura 3, destacando-se a safra de 2004/2005, que teve uma diferença relativa de aproximadamente 500 gr a mais para o estado baiano.

Esse aumento expressivo da produtividade pode ser justificado, principalmente, pelas condições climáticas favoráveis no período, pela utilização de tecnologias avançadas e pelos defensivos agrícolas aplicados durante o processo produtivo. A última safra concluída no estado, 2012/2013, atingiu 2.692 mil toneladas, e até o mês de fevereiro de 2014, quando foi

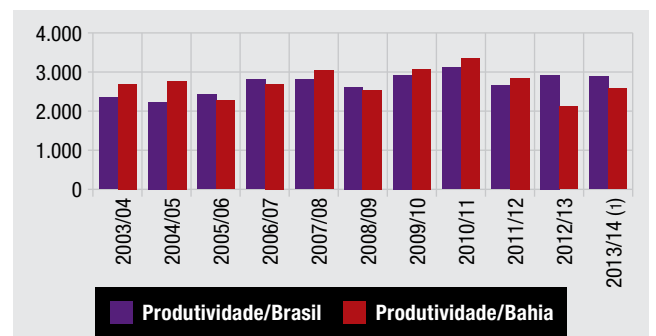


Figura 3
Produtividade média Brasil x Bahia – Safra 2003/2004 a 2013/2014 (1)

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (2013). Elaborado pela autora.
(1) Previsão safra 2013/2014.

realizado o último levantamento pela Conab, estimou-se, para a safra 2013/2014, a produção de cerca de 3.644,2 mil toneladas de soja. Desde os anos 2000 até os dias atuais, a produção mais que dobrou. Assim como o Brasil, a Bahia vem apresentando significativa expansão, e a demanda pelo produto tende a aumentar ao longo dos anos, fator importante a ser considerado para a realização de um planejamento sustentável da produção.

CONSUMO DE AGROTÓXICOS

No Brasil

O modelo químico-dependente praticado no Brasil a partir dos anos 1960 foi impulsionado pelo Plano Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA). Entre os anos de 1964 e 1991, o consumo de defensivos agrícolas no país aumentou cerca de 276,2%, enquanto a área agrícola plantada, nesse mesmo período, foi ampliada em aproximadamente 76%. Já entre os anos de 1991 e 2000, o consumo de agrotóxicos teve uma elevação de 400%, enquanto a área plantada aumentou aproximadamente 7,5% (PERES; MOREIRA, 2007). Atualmente, o Brasil é considerado o maior consumidor mundial de agrotóxicos, principalmente por ser um dos maiores produtores agrícolas do mundo, sendo o cultivo da soja o principal destaque.

Atualmente, o Brasil é considerado o maior consumidor mundial de agrotóxicos, principalmente por ser um dos maiores produtores agrícolas do mundo, sendo o cultivo da soja o principal destaque

Os agrotóxicos contêm substâncias químicas que são consideradas nocivas, tanto para os seres humanos como para o meio ambiente. Essas substâncias, chamadas de ingredientes ativos, são responsáveis pela eficácia dos agrotóxicos. Esses ingredientes ativos podem ser classificados quanto à sua atuação sobre o organismo alvo, em relação à sua composição e quanto aos efeitos que podem causar à saúde humana e ao meio ambiente. Os malefícios à saúde humana e as externalidades ambientais podem ser de curto, médio ou longo prazo, de acordo com a sua classificação toxicológica.

De acordo com Spadotto e outros (2004), o milho e a soja são as culturas que necessitam de maiores quantidades de agrotóxicos. A Tabela 1 apresenta a participação percentual no uso total de venenos no cultivo da soja no Brasil.

Tabela 1
Participação percentual no uso total de agrotóxicos na sojicultura brasileira – 2003-2010

Cultura	2003	2004	2005	2006	2007	2010
Soja	41,60%	45,00%	44,00%	40,90%	43,00%	44,10%

Fonte: SINDAG, vários anos. Elaborado pela autora.

Com a autorização para comercialização dos agrotóxicos e a liberação para o plantio de sementes transgênicas a partir dos anos 2000, o cultivo da soja aumentou de forma expressiva, e, conseqüentemente, a quantidade de agrotóxicos consumida também. As sementes geneticamente modificadas carregam consigo riscos à saúde humana e ao meio ambiente, pois ameaçam a biodiversidade, diminuem o número de variedades de alimentos cultivados e fazem com que os agricultores dependam cada vez mais da biotecnologia e de produtos químicos (WWF-BRASIL, 2002).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006), aproximadamente 94% dos estabelecimentos fizeram uso de algum tipo de agrotóxico nas suas lavouras em todo país. E a quantidade de defensivos utilizada tem aumentado de maneira substancial. Entre os anos 2001 e 2009, o volume de ativo por hectare mais que dobrou, passando de 3,10 para 7,11 kg por hectare de soja cultivado (SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA DEFESA AGRÍCOLA, 2012).

A contaminação humana e ambiental tem se agravado e está vinculada a diversos fatores, como o uso incorreto e intensivo dos agrotóxicos, a liberação da sua comercialização, a pressão por parte das empresas que produzem e distribuem esses defensivos, a falta de assistência técnica aos agricultores, a ausência de fiscalização rigorosa e, sem dúvida, a falta de conscientização da população em geral. Para resolver esses problemas sociais e ambientais, é necessário que o cultivo seja realizado de maneira sustentável. Portanto, é preciso pensar também nas gerações futuras e buscar um desenvolvimento diferenciado, deixando de se basear em modelos que causam injustiças sociais e que são inviáveis ecologicamente.

Na Bahia

Apesar de a Região Nordeste não estar entre as maiores consumidoras de agrotóxicos do Brasil, representando, em 2012, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), aproximadamente 8% do consumo total brasileiro, a quantidade tem aumentado ao longo dos anos, devido a fatores como o aumento significativo da área plantada, principalmente com a inclusão do cerrado, o uso de sementes geneticamente modificadas, a elevação da resistência de doenças, pragas e ervas daninhas, entre outros. No ano de 2009, a Bahia representava aproximadamente 62% do consumo de agrotóxicos do Nordeste e 5% do consumo nacional (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012).

O cultivo da soja e o uso de agrotóxicos são intensos no estado. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006), a maioria

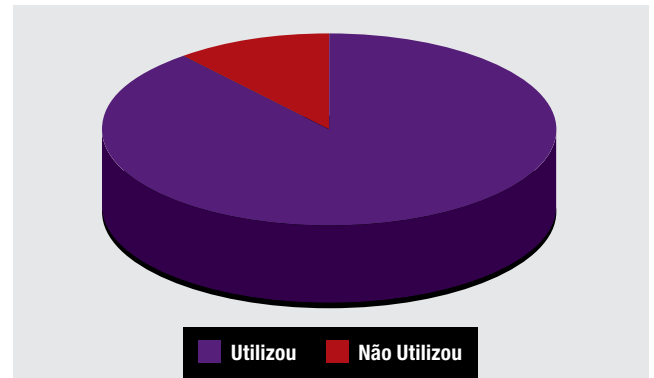


Figura 4
Percentual de estabelecimentos que usaram agrotóxicos no cultivo de soja na Bahia – 2006

Fonte: Censo Agropecuário (2006). Elaborada pela autora.

dos estabelecimentos produtores de soja utilizaram algum tipo de defensivo em suas lavouras, conforme pode ser visto na Figura 4, demonstrando, assim, que o uso de agrotóxicos está vinculado ao cultivo de soja do estado.

Verifica-se que os motivos para o aumento do consumo de agrotóxicos, tanto no Brasil como na Bahia, se alteram constantemente. A área destinada para o cultivo da soja vai se alastrando, mutações ocorrem nas doenças, pragas e ervas daninhas, fazendo com que elas ressurgam mais resistentes com o passar do tempo. Dessa forma, aumenta a necessidade de se utilizar maiores quantidades de agrotóxicos, e esses defensivos acabam atuando não apenas sobre as doenças, pragas e ervas daninhas que atingem as plantações, mas também sobre a saúde humana e o meio ambiente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os efeitos maléficos causados pela intensificação no consumo de agrotóxicos tendem a aumentar com o passar do tempo. Com a introdução das sementes transgênicas, houve uma grande expectativa quanto à redução do consumo dos agrotóxicos, mas isso não aconteceu. Pelo contrário, ao longo dos anos, verificou-se um aumento no uso. Um exemplo disso é a utilização do ingrediente ativo glifosato no cultivo da semente de soja transgênica, que, entre os anos 2003 e 2009, teve uma elevação de mais de cinco vezes, ou seja, de aproximadamente 57,6 mil toneladas consumidas, atingiu

No ano de 2009, a Bahia representava aproximadamente 62% do consumo de agrotóxicos do Nordeste e 5% do consumo nacional

cerca de 300 mil toneladas (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, 2009).

Na tentativa de eliminar doenças, pragas e ervas daninhas que atacam as plantações, os defensivos são pulverizados sobre as culturas. Porém, boa parte desses produtos acaba não afetando o organismo alvo, mas sim outras plantas, o solo, o ar e a água. Essa parcela do veneno que não atinge a moléstia e contamina o meio ambiente é chamada de “deriva técnica”. A contaminação ambiental provocada na tentativa de extinguir os males que atacam as plantações é muito expressiva, pois não existe nenhuma técnica ou instrumento que ofereça a garantia de que apenas o alvo será atingido. A atuação dos agrotóxicos no ambiente passa por vários processos, conforme destaca Spadotto e outros (2004, p. 11):

Depois da aplicação de um agrotóxico, vários processos físicos, químicos, físico-químicos e biológicos determinam seu comportamento. O destino de agrotóxicos no ambiente é governado por processos de retenção (sorção, absorção), de transformação (degradação química e biológica) e de transporte (deriva, volatilização, lixiviação e carreamento superficial), e por interações desses processos.

Dessa forma, percebe-se que todo e qualquer agrotóxico irá impactar de alguma maneira o meio ambiente e os seres humanos. Além dos malefícios que os agrotóxicos causam para os seres humanos, os seus resíduos provocam efeitos ecológicos agressivos. A presença de externalidades ambientais negativas é detectada através do impacto sobre as plantas, o solo, a água, a atmosfera e os alimentos.

De acordo com Chaboussou, (1980), os defensivos agrícolas, quando aplicados sobre as plantas, têm o intuito de defendê-las de doenças, pragas ou outras plantas invasoras. Contudo, mesmo com o uso intensivo de venenos, com o tempo essas pragas agrícolas criam resistência e as de genótipo mais forte permanecem atacando a cultura e se proliferando. Assim, os agrotóxicos vão reduzindo sua eficácia. Esse processo acaba gerando um círculo vicioso, ou seja, os agricultores aumentam a dosagem utilizada nas lavouras ou então recorrem a novos produtos, mais fortes, e dessa

forma, os desequilíbrios ambientais vão se tornando mais acentuados.

Os agrotóxicos têm capacidade de atingir os organismos presentes no solo responsáveis pela degradação da matéria orgânica e que proporcionam aumento na fertilidade, favorecendo o surgimento de novas moléstias. O agrotóxico em contato com o solo pode atingir a nutrição da planta, afetando sua fisiologia. Devido à sua fragilidade, o solo pode se tornar estéril. Chaboussou (1980, p. 129) destaca:

[...] todos os agrotóxicos incorporados ao solo, seja intencionalmente para desinfecção, não intencionalmente, após tratamentos de controle de insetos ou fungos ou tratamentos herbicidas, são capazes de afetar a fisiologia da planta através de sua nutrição. Os herbicidas parecem os mais perigosos, devido a sua dupla ação: efeito direto no momento do tratamento, ainda que sub letal, em relação à planta e ação indireta, pela inibição da nitrificação ou da amonificação, consequente à destruição dos microrganismos do solo.

Além disso, quando o solo é contaminado pelos defensivos agrícolas, a chuva pode levar os resíduos para lagos, rios e açudes, afetando também as águas subterrâneas e comprometendo, dessa forma, as espécies que vivem nesses sistemas e as que precisam dessa água para sobreviver, como os animais e os próprios seres humanos. Ainda de acordo com o autor, a contaminação da água

Os agrotóxicos têm capacidade de atingir os organismos presentes no solo responsáveis pela degradação da matéria orgânica e que proporcionam aumento na fertilidade, favorecendo o surgimento de novas moléstias

O elevado volume de defensivos geralmente aplicados nas lavouras, principalmente no cultivo de soja, afeta o meio ambiente e a saúde humana de forma perversa

pode ser considerada o efeito adverso mais grave, pois ela é imprescindível para os seres vivos.

Grande quantidade de agrotóxicos acaba entrando na atmosfera através da volatilização¹². Os insetos que controlam vetores de doenças podem ser afetados, favorecendo o aumento desses vetores em áreas habitadas e causando inúmeras doenças.

Nos alimentos, os resíduos dos agrotóxicos podem ficar alojados, e quando ingeridos, trazem riscos à saúde. A intoxicação devido ao contato direto com o produto durante a aplicação, por exemplo, é mais um fator que afeta a saúde, muitas vezes de forma imediata ou desenvolvendo doenças ao longo dos anos.

Enfim, numerosos são os problemas fitossanitários que podem ocorrer resultantes do desequilíbrio ecológico causado pelo uso de agrotóxicos. O elevado volume de defensivos geralmente aplicados nas lavouras, principalmente no cultivo de soja, afeta o meio ambiente e a saúde humana de forma perversa. A dificuldade mais expressiva quando se discute sobre as medidas cabíveis para redução das externalidades ambientais causadas pelo uso de agrotóxicos na monocultura da soja é o fato de os sistemas agroecológicos que têm práticas sustentáveis serem moldados para agricultura familiar e não para os latifúndios.

Existe grande resistência quanto à adoção de práticas mais “limpas” no cultivo de soja, devido ao receio de perdas na produtividade e, consequentemente, nos lucros obtidos. Entretanto, existem condições para a adoção de algumas práticas que possibilitem a redução dos resíduos dos agrotóxicos no ambiente sem que a produtividade e a lucratividade da cultura sejam comprometidas. O ponto de partida deve ser a conscientização da população, tanto dos agricultores que fazem uso de defensivos como dos consumidores em geral. Para isso, são necessárias mudanças estruturais, as quais podem incluir campanhas educativas que demonstrem o grande risco de contaminação e o quão os agrotóxicos são nocivos para a vida.

O desenvolvimento de pesquisas também deve ser considerado como elemento fundamental para se explorarem novas tecnologias capazes de encontrar substâncias menos tóxicas, porém com eficácia para eliminar as moléstias que atacam as culturas sem afetar os níveis de produtividade. É preciso desestimular a produção baseada no uso intensivo de agrotóxicos, definir limites à monocultura e incentivos à agroecologia.

Além das medidas mencionadas anteriormente, Soares e Porto (2007) destacam outras ações que podem internalizar as externalidades, como a aplicação de multas pelo descumprimento da legislação e pelo não uso ou o uso inadequado dos equipamentos de proteção individual (EPI); fiscalização mais rigorosa; criação de novos postos de recolhimento das embalagens; respeito ao

Existe grande resistência quanto à adoção de práticas mais “limpas” no cultivo de soja, devido ao receio de perdas na produtividade e, consequentemente, nos lucros obtidos

1 Reduzir ou reduzir-se (o que é sólido ou líquido) a gás ou vapor.

intervalo de tempo entre aplicação do agrotóxico e a colheita do produto; utilização de receituário agrônomo; monitoramento da contaminação da água e do solo e da biota²; restrição ou banimento de diversos agrotóxicos considerados demasiadamente tóxicos; geração de incentivos, com políticas de crédito e outros subsídios para adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis; e implementação de medidas que compensem as possíveis perdas que possam ocorrer no processo de transição do modelo convencional para o modelo com alternativas ecologicamente sustentáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho objetivou explanar a complexidade da relação entre agricultura, mais especificamente o cultivo da soja, e o consumo de agrotóxicos. O modelo de desenvolvimento atual, caracterizado pela monocultura e pelo uso intensivo de defensivos agrícolas, pode ser considerado um problema de difícil resolução. Deve-se levar em conta que a agricultura desempenha papel fundamental no fornecimento de alimentos. Sendo assim, deve produzir de tal forma que a demanda mundial seja atendida.

A cultura da soja no estado da Bahia foi destacada nesse trabalho devido à crescente produção dos últimos anos e também pela elevada quantidade de agrotóxicos aplicados no cultivo. Verifica-se a necessidade de substituição do modelo de desenvolvimento atual, baseado em práticas nocivas à saúde humana e ao meio ambiente, por um modelo com embasamentos ecológicos, visando proteger a saúde humana e ambiental e preservando a biodiversidade, os distintos ciclos, o solo e as águas.

A questão das externalidades ambientais causadas pelos agrotóxicos deve ser enfatizada, a fim de demonstrar a toda população os seus efeitos negativos. O estado precisa estar ativo na promoção do desenvolvimento sustentável, com políticas capazes de romper o modelo hegemônico praticado na agricultura e fomentando a inserção de métodos ecologicamente corretos. Os instrumentos econômicos adotados devem incentivar a

utilização de tecnologias mais limpas e apoiar modelos que não degradem o meio ambiente e a saúde, ao mesmo tempo que desestimulem as práticas convencionais nocivas.

O modo baseado nos “pacotes tecnológicos” da revolução verde proporcionou e continua proporcionando crescimento econômico, gerando aumento da renda das famílias e da oferta de alimentos. Sendo assim, a produtividade e a rentabilidade devem ser mantidas com a introdução de práticas sustentáveis. Portanto, o processo de reversão do modelo atual deve ocorrer gradativamente, sem qualquer tipo de extremismo, enfatizando as vantagens e estimulando a população a adotar mecanismos mais limpos. Ações conjuntas entre a sociedade e o governo podem reduzir as externalidades negativas causadas pelo uso de agrotóxicos.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. *Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA)*: relatório de atividades de 2009. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/d214350042f576d489399f536d6308db/RELAT%C3%93RIO+DO+PARA+2009.pdf?MOD=AJPERES>>. Acesso em: 1 mar. 2014.
- CENSO AGROPECUÁRIO 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014.
- CHABOUSSOU, F. Les plants malades des pesticides: bases nouvelles d'une prevention contre maladies et parasites. Paris: Debard, 1980. 270 p.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Séries históricas*. 2014. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&t=2&Pagina_objcmsconteudos=2#A_objcmsconteudos> Acesso em: 2 jan. 2014.
- CONTADOR, C. R. Projetos sociais: avaliação e prática. São Paulo: Atlas, 2000.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Tecnologias de produção de soja Região Central do Brasil 2003. 2004. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Soja/SojaCentralBrasil2003/control.htm>>. Acesso em: 21 dez. 2013.

2 Conjunto dos seres vivos de uma dada região.

GIANLUPPI, L. D; WAQUIL, P. D. *Desenvolvimento sustentável e sojicultura em Roraima: trajetórias antagônicas ou conciliáveis?*. 2008. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/9/59.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Banco de dados agregados*. 2008. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. *Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2012*. Disponível em: < ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/recursos_naturais/indicadores_desenvolvimento_sustentavel/2012/ids2012.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2013.

MAS-COLLEL, A; WHINSTON, M.D; GREEN, J, R. *Microeconomic theory*. New York: Oxford University Press, 1995.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.15, n. 43, p. 83-100, 2001.

PERES, F.; MOREIRA, J. C. Saúde e ambiente em sua relação com o consumo de agrotóxicos em um pólo agrícola do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 612-S621, 2007.

PINDYCK, R.; RUBINFELD, D.L. *Microeconomia*. São Paulo: Makron Books, 1994.

ROSA, A. V. *Agricultura e meio ambiente*. São Paulo: Atual, 1998.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA DEFESA AGRÍCOLA. *Situação do mercado de agrotóxicos no mundo e no Brasil*. Disponível em: <<http://www.sindag.com.br/contato.php>>. Acesso em: 18 fev. 2014.

SOARES, W. L; PORTO, M. F. Atividade agrícola e externalidade ambiental: uma análise a partir do uso de agrotóxicos no cerrado brasileiro. *Ciências Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 131-143, 2007.

SPADOTTO, C. A. et al. *Monitoramento do risco ambiental de agrotóxicos: princípios e recomendações*. Jaguariúna, SP: Embrapa Meio Ambiente, 2004. 29 p. (Embrapa Meio Ambiente, 42). Disponível em: <<http://www.cnpma.embrapa.br/download/documentos/42.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2014.

VARIAN, H. R. *Microeconomia: princípios básicos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

_____. *Microeconomia: princípios básicos*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

WWF-BRASIL. *Cerrado, o "Patinho Feio" dos biomas*. 2013. Disponível em: < http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/dia_do_meio_ambiente/artigo_cerrado/>. Acesso em: 6 jan. 2014.

_____. *Programa Agricultura e Meio Ambiente*. 2002. Disponível em: < http://www.wwf.org.br/projetos/default.asp?module=tema/programa_agricultura.htm>. Acesso em: 10 fev. 2014.





Estrutura de mercado da indústria de utensílios domésticos de alumínio no município de Vitória da Conquista, Bahia

Helton Pires de Souza*
José Antonio Gonçalves dos Santos**

O alumínio é um metal utilizado como insumo em diversas indústrias para a fabricação de produtos intermediários e finais. Propriedades físicas e químicas, como leveza, baixo ponto de fusão e resistência à corrosão, permitem que o alumínio seja usado principalmente nas indústrias automobilística, da construção civil e de bens de capital.

* Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). heltonpires@uol.com.br; hpdesousa@pop.com.br

** Mestre em Agronomia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e graduado em Ciências Econômicas pela Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia (Facceba). Professor de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). joseph.toni@gmail.com

A indústria de alumínio contribui para o crescimento da economia brasileira desde 1950, quando foi instalada no país. Apesar da perda de competitividade (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO ALUMÍNIO, 2012), sua relevância está associada à geração de emprego, renda e divisas. O setor participa anualmente, em média, com 1,0% do PIB nacional, 3,9% do PIB industrial e cerca de 117 mil empregos diretos.

O Brasil ocupa posição de destaque no contexto mundial no que tange à produção de alumínio, pois 11% das reservas de bauxita estão em território nacional. Assim, a indústria de alumínio tem papel importante no comércio exterior brasileiro, respondendo por cerca de 2,7% da pauta de exportação, entre os anos de 2002 e 2009. No mesmo período, as importações do metal representaram 8% da pauta nacional (XAVIER, 2012).

As fábricas de utensílios domésticos de alumínio estão instaladas em todas as regiões do Brasil, sendo que, no estado da Bahia, 25 empresas atuam nesse segmento, distribuídas em seis municípios. Em virtude de a procura por utensílios de alumínio advir, sobretudo, de consumidores de baixa renda, existem empresas marginais que atuam nos mercados do setor, apropriando-se de quase-renda da demanda nesse segmento.

Teixeira e Sousa (2007) constataram que as atividades que constituem a aglomeração produtiva do setor metal-mecânico de Vitória da Conquista têm pouca importância para o estado da Bahia como um todo. A despeito de pesquisas que versam sobre os desafios e perspectivas para a economia baiana, observa-se a inexistência de estudos nos bancos de teses, dissertações, periódicos e documentos estatais sobre o referido setor. A partir das razões expostas, o objetivo do presente artigo é investigar a estrutura de mercado do setor industrial de utensílios de alumínio para fins domésticos nesse município. Para tanto, busca-se responder à questão: quais são as características do setor e seus efeitos sobre a conduta e o desempenho das cinco empresas que o constituem?

As referências teóricas mais adequadas para este estudo são as abordagens da microeconomia e da organização

industrial heterodoxa, que explicam o desempenho das empresas a partir das suas condutas estratégicas. Esses referenciais facilitam o tratamento e a análise de dados primários coletados em entrevistas com os gestores das cinco empresas que integram a indústria, associados à análise de publicações especializadas em periódicos e eventos, e de relatórios técnicos de entidades representativas.

Além desta introdução, o trabalho inclui mais quatro seções. A primeira discorre sobre os aspectos microeconômicos relacionados à estrutura de mercado denominada oligopólio. A segunda seção apresenta breve revisão bibliográfica sobre a indústria de alumínio no mundo, no Brasil e em Vitória da Conquista. A terceira descreve os resultados da pesquisa. Por fim, a quarta seção apresenta as principais conclusões do estudo.

PANORAMA DO ALUMÍNIO NO MUNDO E NO BRASIL

A indústria de alumínio constitui um dos setores que formam o complexo metal-mecânico, com significativas contribuições na formação e crescimento econômico da maioria dos países. O alumínio primário é o produto resultante da última etapa de um processo que tem na extração do mineral bauxita o seu princípio. A relação da produção de alumínio primário com clientes produtores de transformados (como extrudados e laminados) ocorre por meio de contratos, uma vez que o alumínio primário é um produto homogêneo, com elevado teor de pureza (99,7%) e cujo preço é cotado na London Metal Exchange (CARDOSO et al., 2011).

O alumínio primário é o produto resultante da última etapa de um processo que tem na extração do mineral bauxita o seu princípio

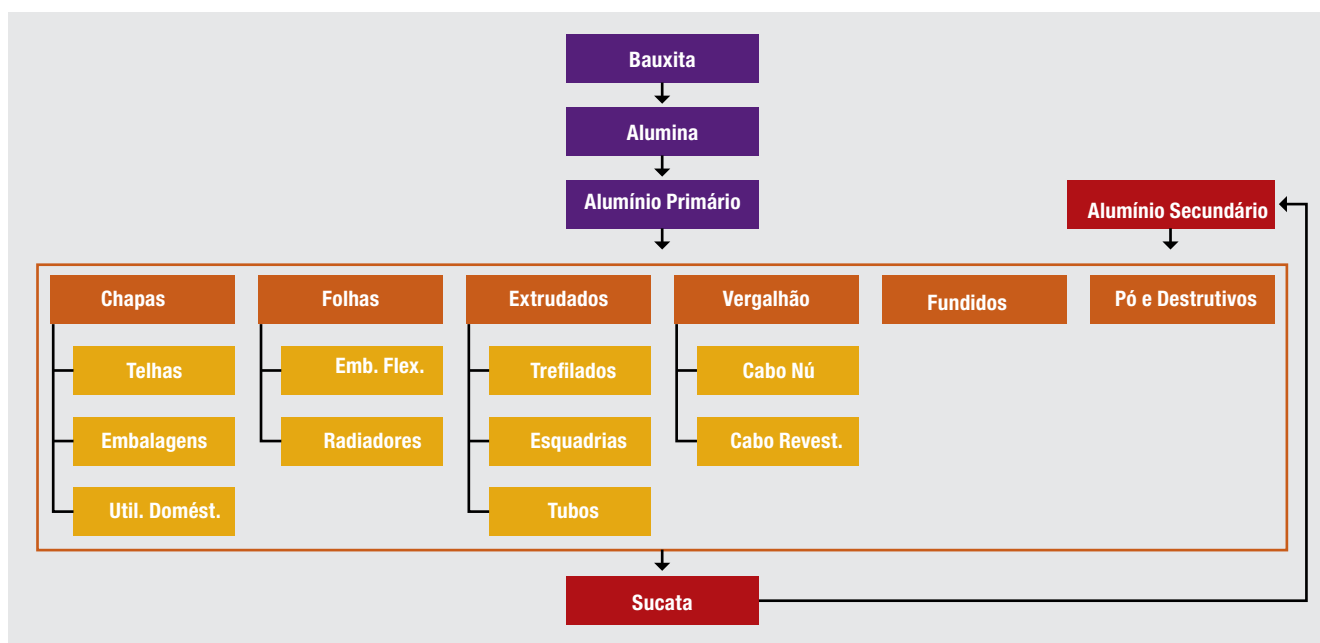


Figura 1
Escopo básico da cadeia produtiva do alumínio no Brasil

Fonte: Associação Brasileira do Alumínio (2008).

O alumínio começou a ser utilizado na produção de utensílios de cozinha e em alguns dos primeiros automóveis a partir do final do século XIX. No Brasil, seu uso foi intensificado com a implantação do complexo industrial metal-mecânico (SUZIGAN, 2000), na segunda metade do século XIX, para a produção de utensílios, de ferramentas e de implementos leves, atendendo às demandas da agricultura, do setor de transportes e de algumas indústrias de transformação do país.

A cadeia produtiva do alumínio é formada por seis etapas, identificadas na Figura 1. Entre os produtos

finais destacam-se reservatórios, tonéis, cubas e recipientes; recipientes para gases; esquadrias para janelas e portas; e utensílios de uso doméstico.

As empresas atuam em países que oferecem condições mais favoráveis tanto para a extração do minério como para o refino da alumina ou para a produção e a comercialização do metal em sua forma primária ou semitransformada. Elas buscam maior disponibilidade de recursos naturais e melhores incentivos dos governos (WEISS, 1992).

O alumínio assumiu papel de destaque na fabricação de aviões após a Segunda Guerra Mundial, fato que incentivou a criação de novas empresas, com apoio governamental. As empresas Alcoa, Alcan, Pechiney, Alusuisse, Reynolds e Kaiser dominaram o mercado internacional por mais de meio século (XAVIER, 2012). Segundo Xavier, a disseminação de *joint-ventures*¹, advindas da onda do nacionalismo de recursos naturais, propiciou a criação de empresas estatais para gerir recursos, iniciando uma

O alumínio assumiu papel de destaque na fabricação de aviões após a Segunda Guerra Mundial, fato que incentivou a criação de novas empresas, com apoio governamental

¹ *joint-venture* é uma associação de empresas, que pode ser definitiva ou não, com fins lucrativos, para explorar determinado(s) negócio(s), sem que nenhuma delas perca sua personalidade jurídica.

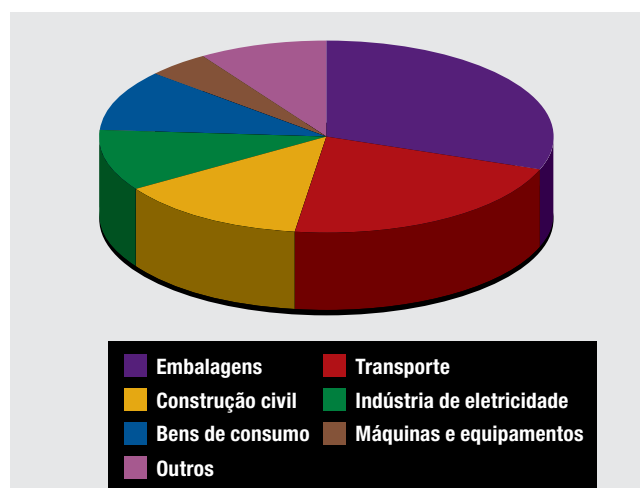


Gráfico 1
Consumo de alumínio por segmento de aplicação – 2009

Fonte: Associação Brasileira do Alumínio (2008 apud CARDOSO et al., 2011, p. 73).

fragmentação do setor que foi interrompida com a onda de aquisições e de fusões da década de 1990.

Em relação ao consumo industrial brasileiro de alumínio, os setores de embalagens e de construção civil utilizam, juntos, o maior percentual dessa matéria-prima, enquanto que a indústria de máquinas e equipamentos absorve o menor percentual. O Gráfico 1 mostra a distribuição do consumo nacional, por segmento industrial, no ano de 2009.

Segundo Xavier (2012), em comparação com o padrão de consumo europeu, enquanto no Brasil a fatia maior do consumo se concentra no setor de embalagens e de transportes, estando a construção civil na terceira posição, na Europa, o peso da construção é mais expressivo

O panorama do consumo de alumínio no Brasil difere do mundial no que concerne à representatividade dos segmentos. Segundo Xavier (2012), em comparação com o padrão de consumo europeu, enquanto no Brasil a fatia maior do consumo se concentra no setor de embalagens e de transportes, estando a construção civil na terceira posição, na Europa, o peso da construção é mais expressivo. O setor de transporte mostra a maior diferença no comparativo mundial. No Brasil, esse setor responde por cerca de 21% do consumo. Em níveis mundiais, o segmento representa 35% do consumo.

Aproximadamente 10,21% do consumo de alumínio no Brasil destina-se ao segmento de bens finais. Segundo a Associação Brasileira do Alumínio (2002), destaca-se nesse mercado a produção de utensílios domésticos, de móveis e decoração, de eletroeletrônicos e de linha branca, além da fabricação de artigos esportivos.

Coutinho e Ferraz (1995) ressaltam que, comparado a outros países, o Brasil ocupa posição de destaque no mercado internacional, exportando cerca de 70% do alumínio primário produzido. Isso porque possui a terceira maior reserva mundial de bauxita. Entretanto, a volatilidade dos preços afeta muito o mercado internacional de alumínio primário. Segundo os autores, para tornar-se mais competitivo, o setor precisaria de empresas que operassem com plantas industriais mais eficientes no que diz respeito a “[...] escalas técnicas adequadas, à elevada atualização tecnológica e à capacitação em gestão dos processos produtivos” (COUTINHO; FERRAZ, 1995, p. 275).

O SETOR INDUSTRIAL DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS DE ALUMÍNIO EM VITÓRIA DA CONQUISTA

O município de Vitória da Conquista

Vitória da Conquista, terceiro maior município da Bahia, situa-se na microrregião conhecida como Planalto da Conquista, no sudoeste do estado, às margens da BR-116, ocupando uma área de 3.743 km² e distante da capital, Salvador, aproximadamente 500 km.

A população ultrapassa 305 mil habitantes, sendo composta por 51,8% de mulheres e 48,2% de homens (CENSO DEMOGRÁFICO, 2011). Observa-se que, a partir do início da década de 1990, a população do município vem aumentando a taxas significativas, quando comparadas com o crescimento dessa variável para o estado como um todo. Entre 2000 e 2010, a taxa média, de acordo com Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013) foi de 1,66%. Essa evolução pode estar associada ao dinamismo da economia do município e seu entorno, tendo como desdobramento o aumento do índice de urbanização, em torno de 5,60% nas duas últimas décadas.

No mesmo período, a renda per capita no município cresceu 94,82%, passando de R\$ 285,21 em 1991 para R\$ 410,96 em 2000 e R\$ 555,66 em 2010. Percebe-se uma diminuição da desigualdade de renda, conforme o comportamento do índice de Gini, que passou de 0,60 em 1991 para 0,62 em 2000, e para 0,55 em 2010.

Em que pesem as modificações ocorridas com o processo de industrialização da Bahia, o perfil econômico de Vitória da Conquista está associado à agricultura, ao comércio e ao setor de serviço, além do chamado terceiro setor. A cafeicultura destaca-se como a mais importante atividade agrícola. Os principais segmentos industriais instalados no Distrito Industrial dos Imborés são processamento de alimentos, minerais não metálicos, produtos químicos, metalurgia, mecânica, perfumes, sabão e velas, e bebidas alcoólicas.

A partir de 2006, a Bahia passou a ser dividida em 27 territórios de identidade, critério utilizado para localização das atividades econômicas do estado. O município de Vitória da Conquista está incluído no grupo dos sete territórios responsáveis por quase 80% do emprego formal no estado, que concentram 57 aglomerações, isto é, 52,77% do total. Esses territórios, com os respectivos números de aglomerações, são Metropolitana de Salvador (10), Extremo Sul (10), Portal do Sertão (9), Sertão Produtivo (8), Oeste Baiano (7), Agreste de Alagoinhas e Litoral Norte (6), Vitória da Conquista (6). No território de Vitória da Conquista, duas aglomerações estão vinculadas ao setor primário e quatro à indústria de transformação.

No território de Vitória da Conquista, duas aglomerações estão vinculadas ao setor primário e quatro à indústria de transformação

A indústria de transformação abrange aglomerações produtivas consideradas como embriões de sistemas locais de produção, incluindo os setores de materiais de construção, móveis, plásticos e metal-mecânico (TEIXEIRA, 2007)².

O perfil produtivo do setor de utensílios domésticos de alumínio

O setor de utensílios domésticos, assim como a indústria de alumínio em geral, caracteriza-se pela alta concentração geográfica e da produção. Conforme a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (2013) existem 25 empresas cadastradas como fabricantes de utensílios de alumínio na Bahia. Juntas, essas empresas geram 549 empregos diretos, cabendo ao município de Vitória da Conquista uma participação com 149 postos de trabalho. O Gráfico 2 apresenta a participação proporcional de cada município, tanto no número de empresas quanto na geração de empregos.

² A partir do quociente locacional e da tipologia proposta por Suzigan et al (2004), Teixeira (2007) classificou as aglomerações em quatro grupos, conforme sua importância local, elevada ou reduzida, a saber:

- Núcleos de desenvolvimento setorial-regional, que são aglomerações de elevada importância econômica para os territórios onde se localizam e para as atividades que desenvolvem no âmbito da Bahia como um todo.
- Vetores avançados, que são aglomerações importantes para o estado em termos de participação da atividade no emprego, mas irrelevantes para os territórios onde se localizam por estarem diluídas em tecidos econômicos mais diversificados.
- Vetores de desenvolvimento local, que são aglomerações importantes para os territórios onde se localizam, mas não o são para o estado da Bahia como um todo.
- Embriões de sistemas locais de produção, que são aglomerações constituídas por atividades com importância reduzida no âmbito do estado e que também estão diluídas no tecido econômico dos territórios.

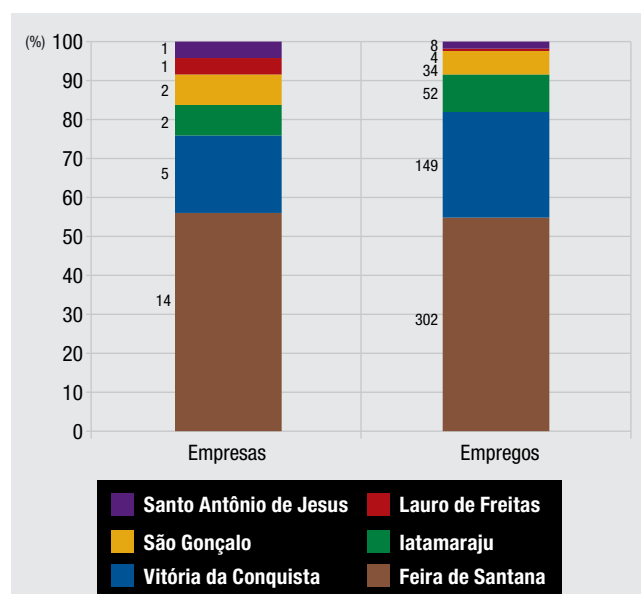


Gráfico 2
Número de empresas e geração de empregos, por município, na Bahia

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (2013).

Em Vitória da Conquista, atualmente existem cinco empresas produtoras de utensílios domésticos de alumínio, sendo três microempresas, uma pequena e uma média, conforme classificação fiscal. Juntas, geram 149 empregos diretos, dos quais 78% provêm de apenas duas. As empresas produzem principalmente painéis, assadeiras e bules, com atributos de leveza e durabilidade, visando à segurança, ao conforto e à praticidade para cozinhas industriais, de restaurantes e de residências.

O faturamento médio anual, com base nos últimos três anos, foi de aproximadamente R\$ 7.293.000, o que corresponde a uma fatia de 1,33% do PIB industrial de Vitória da Conquista em 2010, que foi de R\$ 549.183.000 (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA, 2013). Em relação ao PIB do município, a participação do setor é de 0,21%.

Estrutura de mercado e competitividade do setor

Em Vitória da Conquista, o setor industrial de utensílios domésticos de alumínio funciona sob condições de oligopólio, aproximando-se muito do perfil

da indústria de alumínio em geral. Martinelli Júnior (1999, p. 3) define estrutura de mercado como “[...] locus mediador do processo concorrencial em que as decisões estratégicas das empresas captam suas especificidades, potencialidades e limitações [...]”, que são definidas com base nas características dos setores da atividade produtiva.

Oligopólio, para Pindyck e Rubinfeld (1999), é uma estrutura de mercado imperfeita, com muitos compradores e poucos produtores, sendo alguns os responsáveis pela maior parte ou por toda a produção da indústria, independentemente de os produtos serem diferenciados ou homogêneos. Também conforme os autores, a maioria das empresas obtém lucros substanciais em longo prazo, visto que é um setor de difícil entrada de novos concorrentes.

Sylos-Labini (1979) classificou os mercados oligopólicos em três tipos, a saber: oligopólio concentrado, oligopólio diferenciado e oligopólio misto. Possas (1990) ampliou essa tipologia propondo o que denominou de oligopólio competitivo. Observa-se que o setor de utensílios de alumínio para uso doméstico de Vitória da Conquista representa uma situação de oligopólio competitivo, caracterizado por elevada concentração da produção e de uma fatia considerável do mercado, sendo duas empresas responsáveis por 90% do faturamento médio anual (Gráfico 3).

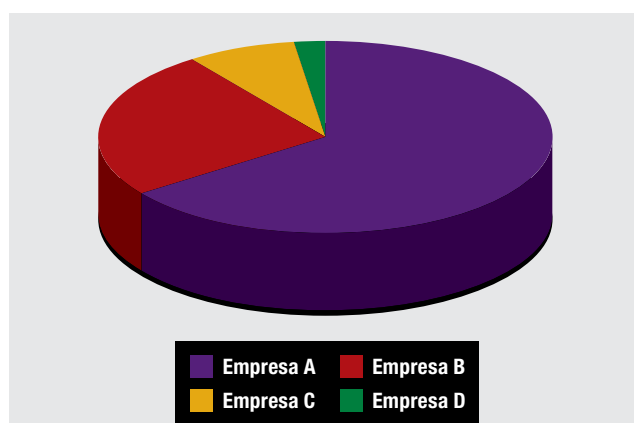


Gráfico 3
Concentração do mercado de utensílios em Vitória da Conquista, considerando a média trianual do faturamento

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2013).

Outro aspecto referente ao oligopólio competitivo é a limitação da margem de lucro, explicada pela existência de economias de escala não significativas, pouca capacidade de diferenciação de produtos e baixa diversidade de tecnologias

Outro aspecto referente ao oligopólio competitivo é a limitação da margem de lucro, explicada pela existência de economias de escala não significativas, pouca capacidade de diferenciação de produtos e baixa diversidade de tecnologias. A existência de empresas marginais do mercado remete à competição através dos preços, cuja formação obedece às normas de *mark-up*. As empresas líderes competem por preço e ajustes de demanda. O principal objetivo da concorrência por preço é permitir que as empresas progressistas possam ampliar sua participação no mercado, buscando o espaço das concorrentes marginais. O nível de crescimento pode levar à concentração relativa ou absoluta do mercado.

As empresas locais do setor concorrem também com produtores “clandestinos” de utensílios à base de alumínio, produtores de utensílios de ferro e de utensílios à base de aço inoxidável, locais, regionais e nacionais. Mais de 50% do mercado local é dominado por empresas do município, enquanto pouco mais de 30% correspondem às empresas regionais, ficando para as empresas nacionais cerca de 10%.

No setor, há o reconhecimento pelas empresas da importância da inovação de produto e de processo como fator do crescimento, da expansão da parcela de mercado e da acumulação de capital. Contudo, os esforços se restringem à aquisição de máquinas, esperando minimizar a dificuldade na contratação de mão

de obra especializada. A inovação também é vista na gestão das empresas, sobretudo com o uso de *softwares* para acompanhamento financeiro e para controlar o processo produtivo.

Na perspectiva da organização industrial, a concorrência é apresentada como consequência de fatores sistêmicos que garantem o equilíbrio do mercado. A competição é encarada como o mecanismo utilizado pelos agentes para obter ganhos monopolistas (KUPFER; HASENCLEVER, 2002). O nível de competitividade das empresas depende de fatores sistêmicos relacionados às condições macroeconômicas; estruturais, ligados a condições institucionais; e empresariais. A competitividade depende também das características do mercado, da concorrência e da configuração da indústria de que a empresa faz parte.

Porter (1985, p. 4) identificou cinco forças determinantes da dinâmica da competitividade em uma indústria: entrada de novos concorrentes, ameaça de substitutos, poder de barganha dos clientes, poder de barganha dos fornecedores e rivalidade entre os concorrentes. Para esse autor, as cinco forças estimulam as firmas a buscarem, em média, taxas de retorno sobre o investimento acima do custo de capital. A pressão das cinco forças varia de indústria para indústria e pode se modificar quando a empresa evolui.

A competitividade das empresas de utensílios domésticos em Vitória da Conquista é resultado da combinação de cinco fatores: vantagens locacionais do município, por estar próximo aos estados da Região Sudeste do Brasil;

Na perspectiva da organização industrial, a concorrência é apresentada como consequência de fatores sistêmicos que garantem o equilíbrio do mercado

A empresa de menor representatividade vende diretamente aos consumidores de baixa renda de uma região específica e utiliza a estratégia de venda sem identificação de marca, de forma a propiciar aos compradores revendedores imprimir marca própria aos produtos

disponibilidade de fontes de matérias-primas e insumos energéticos; proximidade de mercados consumidores que apresentam demanda elevada; necessidade de poucos trabalhadores; e setores correlatos, como o plástico.

Essas empresas não elaboram estratégias para aumentar sua participação no mercado. Consideram que ficar atentas às exigências dos consumidores é suficiente para a garantia de seu nicho de mercado. A redução dos custos de produção constitui o principal fator de concorrência. Neste sentido, a empresa líder considera a cotação do alumínio como outro dado a ser levado em conta. Entretanto, para estabelecer seus preços, a empresa líder, além de primar pelo controle dos custos, preocupa-se com as estratégias das concorrentes no que tange à qualidade, à diversificação e à diferenciação de produtos. A concorrência inclui, principalmente, empresas regionais e nacionais.

No setor estudado, o padrão de concorrência é definido conforme o que Kupfer (1991, p. 19) denomina de “[...] um vetor particular resultante da interação das forças concorrenciais presentes no espaço de competição”. Neste sentido, as empresas realizam pequenos investimentos, inovações incrementais, compras e financiamento capazes de prepará-las para concorrer por preço, esforço de venda e diferenciação de produtos, além de

procurarem, constantemente, reduzir custos e manter ou melhorar a qualidade dos produtos que fabricam. Observa-se que as empresas preferem investir em características importantes do produto, tais como resistência, funcionalidade e *design*.

As empresas conhecem e acompanham o processo de concorrência local, regional, estadual e nacional. No estado, os principais concorrentes estão na cidade de Feira de Santana. No âmbito de Vitória da Conquista, as empresas líderes não consideram as demais como concorrentes, o que pode prejudicá-las no futuro, mesmo que haja uma segmentação de mercado estabelecida. A empresa de menor representatividade vende diretamente aos consumidores de baixa renda de uma região específica e utiliza a estratégia de venda sem identificação de marca, de forma a propiciar aos compradores revendedores imprimir marca própria aos produtos. Nas empresas maiores, o processo de venda se dá via representantes comerciais, os quais visitam os clientes em regiões pré-definidas. A finalidade das visitas é apresentar a linha de produtos e cadastrar possíveis pedidos, que são enviados pela internet para a empresa representada. A partir daí, a empresa providencia o processo de fabricação do produto. A distribuição das mercadorias ocorre sob responsabilidade das próprias indústrias de utensílios domésticos. Para esse fim, elas dispõem de veículos da própria empresa, evitando a terceirização do processo de produção e de distribuição.

Os principais canais de distribuição e de vendas utilizados pelas empresas são lojas de utilidades domésticas em geral, lojas especializadas em produtos de alumínio e supermercados. Apenas 60% das empresas atuam em outros estados, principalmente no norte de Minas Gerais, em Sergipe e Pernambuco. As outras se restringem à microrregião de Vitória da Conquista, usando também a venda direta em feiras livres.

Produzir bem para o mercado exige que se adotem estratégias para se manter competitivo. Baseando-se nessas considerações, segundo Porter (1985), a ameaça de novos entrantes se apresenta como um dos fatores que norteiam a definição das estratégias inibidoras dessas ameaças. As principais barreiras que poderiam ser relacionadas ao mercado de alumínio são economia de

escala, política governamental, necessidade de capital, custo de mudança de fornecedor e acesso a canais de distribuição. No âmbito da organização industrial, barreiras à entrada de empresas e diferenciação de produtos são fatores que influenciam diretamente a concorrência e indiretamente a competitividade.

Diferenciação do produto

O conceito de diferenciação do produto, desenvolvido na teoria econômica por Chamberlin (1933), refere-se a uma vantagem competitiva que favorece o crescimento da empresa. Aproximadamente 75% das empresas do setor de utensílios de alumínio de Vitória da Conquista diferenciam os seus produtos, especialmente nas propriedades físicas e embalagens. Verifica-se maior esforço das empresas tanto em diversificação da produção quanto na introdução de novas tecnologias para modernizar os processos produtivos.

As estratégias competitivas, segundo Porter (1985), podem se dar através da liderança em custo, enfoque e diferenciação. Esse último ponto pode ser definido como o que a empresa vai oferecer ao mercado e que a difere das demais. É algo novo, inovador. A diferenciação envolve o desenvolvimento de produtos ou de serviços novos e exclusivos da empresa e pode ser expressa em alta qualidade ou em características únicas, que favoreçam a oferta de um preço mais alto e, consequentemente, melhor lucratividade para a empresa.

Aproximadamente 75% das empresas do setor de utensílios de alumínio de Vitória da Conquista diferenciam os seus produtos, especialmente nas propriedades físicas e embalagens

Um produto considerado único pelos consumidores gera o reconhecimento superior da marca e a lealdade do cliente. Por isso, promove o isolamento dos demais concorrentes e também dificulta a entrada de novos participantes, que vão precisar de investimento em capital e de tempo para conseguir o reconhecimento das próprias marcas.

Quanto aos produtos substitutos no setor, constata-se um relativo conhecimento de utensílios à base de aço inox e de ferro, principalmente os preços e as implicações destes para a saúde dos usuários. Mesmo reconhecendo a superioridade dos produtos substitutos, entende-se que esse mercado é muito limitado, porque são poucos os consumidores que possuem renda disponível para adquiri-los.

Em relação ao processo de maximização dos lucros oligopolistas, as empresas do setor de utensílios domésticos de Vitória da Conquista seguem o modelo proposto por Sweezy (1997). Pode-se verificar alguma estabilidade no comportamento dos preços dos produtos, mesmo quando ocorrem mudanças nos custos. Admitindo-se a hipótese da curva da demanda elástica, para preços acima do preço de equilíbrio, e inelástica, para preços abaixo do preço de equilíbrio, os empresários deveriam suportar a perda de alguns clientes se desejam aumentar os preços dos seus produtos. Ao contrário, se reduzissem os preços, provavelmente os outros empresários reduziriam também, causando para todos perda de margens de lucro sem, contudo, aumentar sua fatia no mercado. Na interpretação de Spínola e Troster (2004), o modelo de Sweezy caracteriza a interdependência entre os oligopolistas e a razão pela qual são desestimulados a baixar os preços.

Barreiras à entrada

As barreiras à entrada exercem importante papel na concorrência entre as empresas porque, de acordo com Porter (1985), a ameaça de novos entrantes se apresenta como um dos fatores que norteiam a definição de estratégias competitivas. As principais barreiras que poderiam ser relacionadas ao mercado de alumínio são economia de escala, política governamental, necessidade de capital, custo de mudança de fornecedor, acesso a

canais de distribuição, ameaças de novos produtos e poder de negociação com os fornecedores.

As empresas não se esforçam para impor barreiras à entrada de novas empresas no mercado, pois o número de clientes é grande e, a depender da qualidade e da atratividade dos produtos, a demanda se ajustaria à nova oferta. A logística de venda e de distribuição é considerada pelas empresas como uma barreira natural à entrada de empresas vindas de outros estados, capazes de desequilibrar o mercado local. Tal fato se daria devido à distância da rota de seus representantes e, posteriormente, para a entrega das mercadorias. Essa particularidade faria com que esses concorrentes só aparecessem em ciclos de alguns meses, permitindo às empresas locais atuarem no mercado consumidor, antecipando-se ao retorno da concorrência.

Acerca da presença de barreiras tecnológicas e de diferenciação no setor, confirmaram-se as proposições de Sylos-Labini (1979), o que ratifica a predominância das condições estruturais do mercado de oligopólio competitivo. As ameaças de novos produtos e o poder de negociação com os fornecedores geram custos elevados, inclusive fixos. Segundo o autor, em oligopólio concentrado puro, as barreiras tecnológicas são “elevadas e dificilmente contornáveis” (SILVA, 2004, p. 130), e em oligopólio diferenciado, “[...] operam não apenas para dentro do grupo de empresas, mas também para fora, portanto contra concorrentes potenciais” (SILVA, 2004, p. 132). Assim, no setor produtor de utensílios domésticos de alumínio de Vitória da Conquista, não há nem fortes barreiras tecnológicas inibidoras da entrada de novos concorrentes, nem barreiras de diferenciação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao caracterizar a indústria de utensílios domésticos à base de alumínio em Vitória da Conquista, observou-se que o setor possui estrutura de oligopólio competitivo, formado por apenas cinco empresas com baixo grau de rivalidade entre si, corroborando os pressupostos teóricos. A participação relativa desse setor no PIB industrial do município é de 1,53%, e no PIB total, é de 0,21 %.

O setor estudado é caracterizado pelo alto grau de concentração da produção, cabendo a uma das empresas mais de 50% do mercado. Ademais, poucas empresas são responsáveis pela produção, que tem como alvo um grande número de consumidores. No setor industrial de utensílios de alumínio em Vitória da Conquista não foram identificadas economias de escala significativas, além de a capacidade de diferenciação dos produtos ser limitada, para a obtenção de uma margem de lucro elevada. Constatou-se também a falta de linhas de crédito específicas para o setor, fazendo com que o capital de giro das empresas subordine-se à adimplência de seus clientes. Na eventualidade do não cumprimento dos pagamentos, a depender do porte da empresa vendedora e do volume da venda, tal fato pode levar ao fechamento da empresa. Essa dependência foi ratificada por uma das empresas do setor, que encerrou suas atividades.

Ressalta-se, por fim, que as empresas evitam a prática de uma política concorrencial agressiva, preferindo a interdependência. Observou-se, ainda, que os principais fatores que dificultam o crescimento das empresas são falta de apoio governamental, impostos elevados, baixa oferta de mão de obra especializada e fatores ligados à matéria-prima.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO ALUMÍNIO. *História da indústria do alumínio*. São Paulo: ABAL, 2002.

_____. *A Contribuição da indústria brasileira do alumínio para um desenvolvimento sustentável*. São Paulo: ABAL, jun. 2008.

_____. *História do alumínio*. Disponível em: <<http://www.abal.org.br/>>. Acesso em: 18 jan. 2013.

BAIN, J. *Barriers to new competition*. Cambridge: Harvard University Press, 1956.

CABRAL, Luis. *Economia industrial*. Lisboa, PT: McGraw-Hill, 1994.

CARDOSO, J. G. da R. et al. A indústria do alumínio: estrutura e tendências. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 33, p. 33-88, 2011.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php>>. Acesso em: 26 maio 2014.

- CHAMBERLIN, E. H. *The theory of monopolistic competition*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1933.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO ALUMÍNIO. *A sustentabilidade da indústria brasileira do alumínio*. Brasília: CNI; ABAL, 2012. (Cadernos setoriais Rio+20).
- CORRÊA, H. L.; CORRÊA, C. A. *Administração de produção e de operações*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- COUTINHO, L.; FERRAZ, J. C. *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. 3. ed. Campinas, SP: Papirus: 1995.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA. *Guia industrial do estado da Bahia*. 2013. Disponível em: <<http://www.fieb.org.br>>. Acesso em: 30 dez. 2013.
- KUPFER, D. *Padrões de concorrência e competitividade*. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 1991.
- KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. (Org.). *Economia industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- MARTINELLI JÚNIOR, O. *A globalização e a indústria alimentar: um estudo a partir das grandes empresas*. São Paulo: FAPESP, 1999.
- MONTGOMERY, C. A.; PORTER, Michael. E. *Estratégia: a busca da vantagem competitiva*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. *Microeconomia*. São Paulo: Makron Books, 1999.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro*. Brasília: PNUD; IPEA; FJP, 2013. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 5 jan. 2014.
- PORTER, M. E. *Estratégia competitiva*. Rio de Janeiro: Campus, 1985.
- POSSAS, M. L. *Estruturas de mercado em oligopólio*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- SILVA, A. L. G. da. *Concorrência sob condições de oligopolísticas*. Campinas, SP: Unicamp; IE, 2004. (Coleção teses).
- SPÍNOLA, M. R. P.; TROSTER, R. L. *Estruturas de mercado: manual de economia: equipe de professores da USP*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
- SUZIGAN, W. *Indústria brasileira: origens e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec; UNICAMP, 2000.
- SUZIGAN, W. et al. Clusters ou sistemas locais de produção. *Revista de Economia Política*. v. 24, n. 4, out./dez. 2004.
- SWEEZY, P. Demanda sob condições de oligopólio. *Literatura Econômica*, v. 9, n. 3, out. 1997.
- SYLOS-LABINI, P. *Oligopólio e progresso técnico*. Rio de Janeiro: Forense, 1979.
- TEIXEIRA, F. L. C.; SOUSA, S. V. A. *Desenvolvimento regional e aglomerações produtivas na Bahia: uma visão a partir do emprego e dos Territórios de Identidade*. Salvador: UFBA, 2007.
- WEISS, J. M. G. A competitividade da indústria brasileira de alumínio: avaliação e perspectivas. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v.1, n. 32, p. 48-59, jan./mar. 1992.
- XAVIER, C. L. *Economia de baixo carbono: avaliação de impactos de restrições e perspectivas tecnológicas*. Ribeirão Preto, SP: USP, 2012.



Região: da abordagem econômica à pós-moderna – notas para um debate

Amílcar José Carvalho*

Lúcio Flávio da Silva Freitas**

Urandi Roberto Paiva Freitas***

Este artigo apresenta os principais conceitos e noções sobre região e espaço. A importância do trato formal da região pode ser demonstrada se se observa que as teorias sobre este conceito devem servir de base para a orientação das políticas públicas e mesmo para ações de interesse privado. Assim, devem ocupar-se em compreender as consequências sobre o resultado econômico, bem como sobre as relações sociais, da diversidade socioterritorial, considerando parâmetros como a identidade cultural da comunidade, os mercados, os fluxos de recursos naturais, humanos e sociais, e a identidade político-ideológica.

Quanto ao tratamento científico, coube às ciências naturais dar embasamento às primeiras incursões na definição do tema. Ocorre que cada especialista classificava a região segundo sua área de atuação. Assim, para o botânico, a região era classificada segundo características de sua flora; para o geólogo, de acordo com a composição geológica do solo; e assim sucessivamente. A insuficiência óbvia deste modo de classificação da região fez com que a geografia, ciência de síntese, se ocupasse do tema. Com isso, desponta a chamada abordagem geográfica da região, da qual Ricchieri, com suas definições de regiões naturais¹, constitui expoente.

Essa abordagem, entretanto, não supera a simples determinação geográfica dos elementos constituintes de uma região. Ou, no vocabulário da abstração matemática, não ultrapassa a mera localização geométrica dos pontos em um espaço tridimensional. A superação da abordagem geográfica vem com o irromper da dita abordagem econômica. Atualmente, o conceito de região carece de novas reflexões, pois se limita a apresentar o atual “estado das artes” no que concerne ao entendimento do recorte regional.

Com a intenção declarada acima, o presente trabalho divide-se em mais três partes. Na primeira, discute-se a segmentação da região de acordo com a categoria econômica, subdividida em dois enfoques: o abstrato e o socioeconômico. Na segunda parte introduz-se a região no contexto do mundo globalizado, dando ênfase ao conceito de região pós-moderna, especialmente na visão de Boisier (1994). Na terceira parte são apresentadas as últimas considerações sobre o tema.

CATEGORIA ECONÔMICA

Inicialmente, como recurso expositivo ou como base para compreensão do que vem a ser região, cabe conceituá-la como uma porção territorial marcada pela conjunção

¹ Ricchieri classificava regiões em: “Região Elementar, baseada em um só fenômeno, podendo ser geológica, morfológica, hidrográfica, climática ou botânica. Região Geográfica Complexa, compreendendo áreas sobre as quais se superpunham várias regiões elementares. Região Integral, formada por um conjunto de regiões complexas”

* Mestrado em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pós-graduado em Finanças e Gestão Corporativa pela Universidade Cândido Mendes (Ucam).

** Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutorando em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

*** Mestre em Economia e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

de pontos contíguos de uma dada realidade. Essa visão difere do conceito de espaço, que não observa o aspecto de contiguidade, de tal sorte que um mesmo espaço pode conter várias regiões. (WANDERLEY, 2004). Entretanto, a operacionalização do conceito de região, em consonância com o que requer a economia, carecia de mais profundidade. Surgiram então os enfoques econômicos da região, em especial o abstrato e o socioeconômico.

O enfoque abstrato

O enfoque dito econômico-abstrato de concepção da espacialidade encontra em Perroux (1967) e no seu discípulo Boudeville (1972) dois de seus principais expoentes. Estes autores partem da premissa, ou evidência, de que a abstração espacial econômica envolve “ n dimensões, onde $n > 3$ ”, já que abarca questões de ordem social, institucional e política, além das de caráter estritamente econômico. Assim, eles rejeitam enfaticamente a possibilidade da mera localização geográfica, espacial dessas questões, ou seja, rechaçam qualquer tentativa de regionalização que se restrinja à classificação dos aspectos físico-geográficos particulares de cada espaço (WANDERLEY, 2004). Todavia, é inegável que o entorno físico-geográfico interfere no modo de vida de uma dada população.

Perroux analisa as interações dos agentes econômicos a partir de variáveis do tipo estoques de insumos para

Estes autores partem da premissa, ou evidência, de que a abstração espacial econômica envolve “ n dimensões, onde $n > 3$ ”, já que abarca questões de ordem social, institucional e política, além das de caráter estritamente econômico

Perroux propôs uma tipologia para separação do espaço econômico que segue três elementos: o primeiro é a homogeneidade [...] o segundo é a polarização [...] e o terceiro é o planejamento

a produção; capacidade da mão de obra; produção de bens de consumo final; comercialização da produção de bens finais; serviços de transporte e saúde; e outras. É preciso apreender disto, em primeiro lugar, que essas variáveis devem ser consideradas do ponto de vista da unicidade espacial, num contexto dinâmico de integração, e que isoladas pouco informam sobre a região considerada. Ou seja, é importante entendê-las, e suas dinâmicas, em termos de conjunto. Em segundo lugar, que

[...] determinados fatos e fenômenos econômicos ocorridos em uma dada região transcendem a uma determinada área geográfica, integrando-a a contextos mais amplos, segundo as escalas espaciais, ou seja: estadual, nacional, continental ou mundial (WANDERLEY, 2004, p. 9).

Neste contexto, Perroux propôs uma tipologia para separação do espaço econômico que segue três elementos: o primeiro é a homogeneidade, que se reporta à similaridade das áreas em foco; o segundo é a polarização, associada à inter-relação, dominação, heterogeneidade e complementaridade; e o terceiro é o planejamento, associado à decisão política centralizada.

Desta feita, do ponto de vista econômico-abstrato, na tipificação dos espaços e regiões,

[...] deve-se aferir o estoque de riquezas naturais existentes e o então estágio tecnológico, e em seguida procurar estimar a capacidade do elemento humano e

da sociedade em si em intervir no processo de organização e funcionamento da economia (WANDERLEY, 2004, p. 9).

Boudeville (1972) apresenta uma taxonomia semelhante à de Perroux, quanto à classificação do espaço. Entretanto, admite que peculiaridades físicas dos territórios impliquem diferentes necessidades às populações que os habitam. A análise, o planejamento e a realização de ações acontecem de acordo com as necessidades da população de cada região. Compreende-se cada uma das regiões como segue:

Região homogênea: dado um espaço econômico, caracteriza-se pela conformação de semelhanças, de variados atributos, em determinados pontos de uma mesma extensão territorial, permitindo, assim, que uma região seja constituída por diversas áreas homogêneas contíguas.

Região polarizada: tomada em função dos elementos de inter-relação, complementaridade, heterogeneidade e dominação, implica a análise do dinamismo da unicidade espacial. Traz à tona a noção de um “[...] campo de força que, através do atributo da heterogeneidade, gera uma hierarquia espacial que resulta em processo de dominação entre áreas com tendências para concentração em um ou mais pontos” (WANDERLEY, 2004, p. 11).

Região de planejamento: uma estratégia de desenvolvimento econômico originada em uma decisão política centralizada, que indiretamente estimula a urbanização, tem caráter centralizador e gera uma região de planejamento.

Wanderley (2004, p. 12) identifica ainda outra classificação, denominada região programa, “[...] a qual difere da região de planejamento devido ao critério de semelhança em contraponto ao de interdependência, e prende-se a determinadas regiões em que o governo define programas de melhorias de condições técnicas”

É importante observar a verticalidade e a exogeneidade da tipologia apresentada em relação ao planejamento e à integração das regiões. Neste contexto, a região é tomada como objeto frente às decisões político-administrativas,

centralizadas na autoridade de poder, seja ela local, regional, estadual ou nacional.

O enfoque socioeconômico

A distinção do enfoque socioeconômico frente às abordagens anteriormente discutidas envolve apurar a inserção da região na totalidade, apreendida numa relação dialética com o todo. Ou, em outros termos, lança-se sobre a região um olhar que procura compreendê-la em seu contexto histórico-social. Sendo assim, sua expressão concreta deve ser fruto de todo um processo econômico-social.

Essa forma de se trabalhar a espacialidade, de inspiração marxista, emergiu no início dos anos 1970, das obras seminais de autores como Lefebvre (1970) e Lacoste (1977). É o nascedouro da geografia crítica, que teve como um de seus expoentes o geógrafo brasileiro Milton Santos (CUNHA; PAULA; SIMÕES, 2005). Este último autor servirá de base à análise conseguinte. Aqui, interpretam-se as diferenciações entre espaços como a consequência ou materialização dos diferentes modos de produção.

Aponta Milton Santos: “É o uso do território e não o território em si que faz dele objeto de análise social” (SANTOS,

A distinção do enfoque socioeconômico frente às abordagens anteriormente discutidas envolve apurar a inserção da região na totalidade, apreendida numa relação dialética com o todo. Ou, em outros termos, lança-se sobre a região um olhar que procura compreendê-la em seu contexto histórico-social

1994, p. 15). Para este autor, o território habitado cria sinergias, o que encerra a necessidade de novos recortes, para além da região, na sua análise. Esses recortes dizem respeito às horizontalidades, no domínio das contiguidades, e às verticalidades, referentes a pontos dispersos, mas ligados por toda a sorte de processos sociais e redes.

Têm-se num mesmo território espaços contíguos e redes, que, entretanto, ocorrem juntos. Decorre dessa simultaneidade o que o autor chama de novas solidariedades, ou acontecer solidário, que assume uma das três formas:

Homóloga: caso em que a modernização das áreas de produção dá-se pelo uso de informações especializadas. Daí, uma consequência direta é a similitude de atividades e contiguidades, derivada da racionalização de uma mesma informação. Refere-se à produção de uma área agrícola ou urbana.

Complementar: fruto do intercâmbio entre áreas próximas e das diversas necessidades de produção. Refere-se às relações entre cidades distintas ou cidade e campo, complementares em suas atividades produtivas. Neste caso e no anterior, o usufruto do território baseia-se no estabelecimento de regras e normas que são localmente formuladas. A informação, nos dois casos, generaliza-se.

Hierárquica: advém do imperativo lógico de pensar a produção do modo mais eficiente. Tende naturalmente à centralização de planejamento, sob uma organização, um comando, que dita os rumos da produção, interferindo, assim, na vida dos homens e dos espaços. No acontecer hierárquico, informação é poder, e regras e normas não são estabelecidas endogenamente à vida no território. Ao contrário, o cotidiano é imposto de fora.

Argumenta-se que em uma economia de mercado moderna e internacionalizada compete ao mercado global – em dias atuais, ao mercado financeiro global – o papel de comando no acontecer hierárquico. Milton Santos define uma dialética do território. Uma vez que as produções e empregos permanecem locais ou regionais, no âmbito das solidariedades homóloga e complementar, há o controle local da parcela técnica da produção, mas um remoto controle da parcela política.

Argumenta-se que em uma economia de mercado moderna e internacionalizada compete ao mercado global – em dias atuais, ao mercado financeiro global – o papel de comando no acontecer hierárquico

Dessa forma, a configuração própria dos territórios das cidades é determinada localmente, erigida sobre considerações técnicas e de densidade funcional ou informacional. Já o comando da parcela política da produção é de domínio das cidades mundiais. O resultado é a crescente alienação dos espaços e dos homens. Logo, a organização local subordina-se e reproduz a ordem internacional. Este ponto é de simples entendimento à medida que se observa como um traço característico da dinâmica capitalista a conquista de novos espaços e mercados e a submissão destes à sua lógica produtiva e a regras.

Limitações e críticas ao enfoque socioeconômico

A crítica ao enfoque socioeconômico fundamenta-se no aparente esvaziamento do conceito de região enquanto categoria de análise. Basicamente, argumenta-se que, sendo a região apenas a materialização da ordem social de produção global, ou seja, a realização local de fenômenos internacionais, de maior escala, então, seus elementos e traços típicos – o espaço cotidiano, da mobilização e decisão política, da administração pública – não são mais que epifenômenos. Como coloca Castro (2005, p. 3):

A perspectiva do fenômeno regional como uma determinação do alto, o que estabelece por definição uma impossibilidade ontológica de qualquer nível explicativo

do recorte regional. Neste caso não é possível falar numa natureza do fenômeno regional, uma vez que o fenômeno real é o modo de produção. A região seria então apenas um epifenômeno.

De fato, na perspectiva marxista, tem-se um contexto de desregionalização. Como aponta WANDERLEY (2004), o capital produtivo, característica do modo de produção capitalista, se propaga interiormente às regiões, gerando um espaço produtivo unificado entre regiões inter-relacionadas. Daí a ausência de identidade regional. Frente à imposição hierarquizada de uma determinada lógica de reprodução econômica,

[...] verifica-se a impossibilidade de se conceber a regionalização a partir do conceito de autonomia, impregnada de atributos territoriais e geográficos, pois fica implícita a descaracterização econômica deste conceito tradicional de região (WANDERLEY, 2004, p. 17).

Entretanto, diante do mundo em transformação dos dias atuais, fez-se mister o desenvolvimento de novos conceitos de região.

ABORDAGEM PÓS-MODERNA

Conforme salienta Salgueiro (1999), a partir da década de 70, inicia-se um processo de ruptura na forma de pensar o conceito de região. A visão tradicional vem perdendo força para uma nova lógica, orquestrada pelo fenômeno da globalização e pela revolução científica e tecnológica em curso, que inclui a ideia de espaço social.

Com o avanço do processo de globalização e os desdobramentos da terceira revolução tecnológica e científica, aliados à difusão de sistemas de informação, as fronteiras nacionais não constituem efetivamente limites ao capital e às redes internacionais. É o que alguns chamam pejorativamente de “fim da geografia”. Isso é explicado fundamentalmente pela acessibilidade a meios sofisticados de comunicação e transporte, que acabam por minorar os impactos da distância sobre as decisões e atividades econômicas, mas sem evitá-los por completo. Não mais tamanho e contiguidade restringem as regiões. É preciso entendê-las em sua complexidade.

A nova concepção de região intitulada de pós-moderna está associada a um aglomerado de sub-regiões que interagem e se inter-relacionam e ao alto grau de artificialismo que impõe o novo paradigma em curso (globalização). A ideia é criar um ambiente de cooperação sem deixar de lado a competição, ou seja, o que está por trás desse argumento é formar um único mercado no âmbito global. Segundo Boisier (1994, p. 183) “a economia global passa a ser um mosaico de regiões econômicas que se identificam através de múltiplas jurisdições políticas. Esta tendência requer cada vez mais novas formas de colaboração entre nações, estados, condados e cidades.”

Este mesmo autor propõe uma tipologia que classifica a região em três níveis. Regiões pivotais são os menores territórios organizados, complexos e identificáveis na escala da divisão político-administrativa histórica. Da união voluntária dessas regiões, desde que adjacentes, surge a região associativa. Do acordo ou arranjo cooperativo estratégico, formalizado contratualmente e por prazo determinado, entre regiões pivotais ou associativas, surge a região virtual. Note que nos três casos está presente a voluntariedade e autodeterminação das regiões. São elas agora sujeito na atuação em prol do desenvolvimento, contrariamente às regiões econômicas, que eram objeto do planejamento político central, no enfoque abstrato, ou dos desígnios do capital, no enfoque socioeconômico.

Com o avanço do processo de globalização e os desdobramentos da terceira revolução tecnológica e científica, aliados à difusão de sistemas de informação, as fronteiras nacionais não constituem efetivamente limites ao capital e às redes internacionais

Boisier (1994) destaca quatro características assumidas por regiões pós-modernas: a diversidade, que consiste em engendrar múltiplas atividades no interior do território; a heterogeneidade, caracterizada por diversos tipos de atividade dentro do próprio território; a fragmentação, ocorrência de divisões socioespaciais no território; e a integração, oriunda da alta capacidade de interagir com o setor externo.

Uma característica marcante que outrora definia região era a sua dimensão, o que, diga-se de passagem, atualmente caiu em obsolescência. Na concepção tradicional, uma região grande tinha maiores possibilidades de enfrentar crises cíclicas (interna ou externa) e ainda gozava de um poder político derivado do seu tamanho territorial. Sendo assim, no passado, o tamanho do território era sinônimo de poder político e econômico. Não obstante, essa crença não mais se aplica ao mundo globalizado. Com a nova economia fundada no conhecimento, tanto faz a região ser grande ou pequena. O que importa na verdade é que o território tenha estruturas complexas e organizadas que facilitem o acesso à tecnologia e à informação. De acordo com essa visão, mais vale ser pequeno e bem equipado do que ser um gigante atrasado.

Na concepção de Boisier (1994), a complexidade territorial se refere primeiramente à variedade de estruturas internas que possibilitem sua identificação no sistema. Depois, aos diferentes níveis de hierarquia através dos quais se estabelecem os mecanismos de retroalimentação no sistema. E por fim, às articulações não lineares no sistema, que geram estruturas dissipativas, erigidas sob uma dinâmica caótica.

Por outro lado, os territórios organizados são caracterizados pela combinação de interdependência e complementaridade entre o local e o global. Nesse sentido, esse tipo de território busca maximizar as entropias (ampla dinamização interna) e as sinergias (forte interação com o exterior). Isso é possível devido à política de promoção local (marketing regional).

A mudança no trato da economia regional é clara. Sai a desgastada teoria da base exportadora que salientava a importância da indústria exportadora como motor

Sai a desgastada teoria da base exportadora que salientava a importância da indústria exportadora como motor da economia, e emerge uma visão mais baseada na comercialização de intangíveis

da economia, e emerge uma visão mais baseada na comercialização de intangíveis. Esse modo de pensar o desenvolvimento local era aceitável até os anos 50 e 70, quando o crescimento industrial era inegavelmente a mola propulsora da economia, e o investimento na indústria se fazia em grandes blocos, num movimento dirigido pelas mãos do estado. A exportação permitia um fluxo seguro de moeda internacional e induzia o crescimento do mercado interno.

Contudo, a indústria de hoje se abastece globalmente e se integra cada vez menos à economia local. Nas palavras do professor Milton Santos, radicalizando, é a “indústria circo”, dada a sua crescente mobilidade e decorrente falta de compromisso com qualquer base territorial. A maior parte das interpretações atuais da rápida expansão do novo modo de produzir privilegia as explicações relacionadas à reestruturação produtiva, à desintegração vertical e a novos modelos de gestão.

A teoria da base exportadora envelheceu porque a dinâmica da economia se alterou. O que se destaca em uma metrópole atual não é a predominância na comercialização de *commodities*. O que mais chama a atenção é a diversificação e a modernização dos serviços, em razão do desenvolvimento de novas necessidades sociais (educação superior, entretenimento e segurança), usos de novas tecnologias de produção, inclusive organizacionais (telecomunicações, informática, logística etc.) e exportações crescentes de intangíveis (turismo, engenharia e consultoria).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar que o conceito de região não pode ser restringido àquela noção difundida da abordagem geográfica, nem tampouco pode ser estritamente vinculado às influências das forças de aglomeração do setor industrial. Ao contrário, cada vez mais as identidades locais, que promovem a autodeterminação das regiões, configurando-se em elementos para o “marketing regional”, estão no cerne das discussões sobre o desenvolvimento regional. Ativos culturais e possibilidades de integração tecnológica mostram-se decisivos na trajetória rumo ao desenvolvimento. A região sujeito, pró-ativa e integrada globalmente, propicia “pensar global e atuar local”, lema da nova orientação em economia regional.

Deve-se empreender uma atualização do conceito de região e levar em consideração três aspectos fundamentais: o grau de complexidade muito maior na definição dos recortes regionais, atravessados por diversos agentes sociais que atuam em múltiplas escalas; a mutabilidade muito mais intensa, que altera mais rapidamente a coerência ou a coesão regional; e a inserção da região em processos concomitantes de globalização e fragmentação.

Fica evidente a importância dos estudos regionais e a necessidade constante de analisar a produção da disparidade territorial, seja região ou outro o nome que se dê para os recortes que ela produz. Porque mais do que avaliar um conceito, o que importa é reconhecer a natureza dos novos e velhos processos que constroem o espaço geográfico, neste jogo indissociável entre desigualdade e diferença – a primeira, centro da geografia marxista, a segunda, fundamento de uma geografia pós-moderna e/ou pós-estruturalista.

Uma redefinição de região passa, assim, pelas relações que se dão tanto frente ao Estado-nação quanto diante dos circuitos da globalização. Como principais propostas alternativas para esta atualização conceitual, reconhecem-se a que destaca as relações entre os níveis local e global como relações privilegiadas na definição

de região e a que admite a emergência de regiões numa nova escala regional, que pode ser intra ou internacional, mas também definida prioritariamente por suas relações na dinâmica global.

REFERÊNCIAS

BOISER, Sérgio. Crisis y alternativas em los procesos de regionalización. *Revista de la Cepal*, Santiago de Chile, n. 52, p. 179-190, abr. 1994.

BOUDEVILLE, Jacques. *Raménagement du territoire et polarization*. Paris: Genin, 1972.

CASTELLS, Manuel. Tecnologia da informação e capitalismo global. In: GIDDENS, Anthony; HUTTON, Will. (Org.). *No limite da racionalidade: convivendo com o capitalismo global*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

CASTRO, Iná Elias de. *Região como um problema para Milton Santos*. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-124e.htm>>. Acesso em: 6 set. 2005.

CUNHA, Alexandre M.; PAULA, João Antonio de; SIMÕES, Rodrigo. *Regionalização e história: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico*. Belo Horizonte: CEDEPLAR; FACE; UFMG, 2005. (Textos para discussão). Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br>>. Acesso em: 6 set. 2005.

LACOSTE, Yves. *A geografia serve antes de mais para fazer a guerra*. São Paulo: AGB, 1979.

LEFEBVRE, Henri. *Le manifeste différentialiste*. Paris: Editions Gallimard, 1970.

PERROUX, François. *A economia do século XX*. Porto: Herder, 1967.

SALGUEIRO, Teresa B. Cidade pós-moderna, espaço, fragmentação. In: VASCONCELOS, Pedro A.; MELO, Bandeira S. e Silva. *Novos estudos de geografia urbana brasileira*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1999.

SANTOS, Milton. Retorno do território. In: SANTOS, Milton et al. (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec; ANPUR, 1994.

WANDERLEY, Lívio A. *Economia regional e conceitos de espaço e região*. Salvador: CME; UFBA, 2004. Mimeografado.

As grandes questões no panorama energético mundial

Gervásio F. Santos

Professor e pesquisador do Departamento de Economia da Universidade Federal da Bahia.



O acesso à energia, nas suas diversas formas, se constitui num dos principais fatores de promoção e manutenção da qualidade de vida desde os primórdios da sociedade. Do ponto de vista econômico, este acesso se tornou fundamental para a geração de riquezas, principalmente a partir da Revolução Industrial, no século XVIII. Desde então, grandes eventos marcaram a oferta e a demanda de energia em âmbito mundial, sendo os choques do petróleo, na década de 1970, um dos marcos de evolução dos mercados mundiais de energia. No período atual, esses mercados vêm sofrendo a influência de grandes eventos em nível internacional. Dentre estes, pode-se destacar o aquecimento global, o crescimento do consumo nos países em desenvolvimento e as novas tecnologias de exploração e transformação de energia. A adaptação das economias locais a estes eventos definirá o comportamento dos mercados de energia.

A comprovação científica de fenômenos relacionados ao aquecimento global do planeta está provocando efeitos semelhantes às grandes pressões sobre a oferta e a demanda de energia iniciadas nos choques do petróleo na década 1970. As discussões ambientais e a maior consciência da população mundial também estão pressionando as autoridades mundiais. Essas pressões são direcionadas para que as atividades de produção e consumo ocorram de forma sustentável e que se promova uma transição mais acelerada para uma economia de baixo carbono e com menor impacto sobre o clima do planeta. As principais implicações no plano da oferta de energia estão relacionadas à maior necessidade de

utilização de fontes renováveis, ampliação da oferta de formas menos poluentes, como o gás natural, e a redução de subsídios a fontes não renováveis de energia. No plano da demanda, a necessidade de maior eficiência energética está provocando a redução de consumo, o surgimento de inovações tecnológicas que possibilitam a manutenção de níveis de conforto a partir de bens que utilizam cada vez menos energia e transformações nos sistemas de transporte e na mobilidade urbana. Nesse sentido, o que se verifica é que a economia capitalista tende a transformar as pressões provocadas pelo aquecimento global em um conjunto de oportunidades rentáveis. Logo, o conhecimento da dinâmica que sustenta os mercados de energia será fundamental para conciliar objetivos econômicos, energéticos e ambientais.

O segundo fenômeno de grande influência no panorama energético mundial está relacionado ao crescimento econômico dos países em desenvolvimento, acima da média mundial. Nas economias avançadas, a população já atingiu níveis satisfatórios de bem-estar, e o consumo per capita de energia está quase em seu limite. No entanto, nas economias emergentes, como China, Brasil, Índia, África do Sul e outros países, a produção e o consumo de energia tendem a aumentar no longo prazo, fazendo com que esses países convirjam para padrões semelhantes aos das economias avançadas nos próximos 20 anos. Além disso, grandes exportadores de energia também estão se tornando dinamizadores do crescimento da demanda mundial de energia. As implicações desse fenômeno estão relacionadas a mudanças na

geopolítica energética mundial e à elevação dos preços de energia, em particular do petróleo, que continuará a ocupar um papel importante na política energética mundial, principalmente para o setor de transportes. Isso porque a demanda por automóveis nos países em desenvolvimento tenderá a aumentar consideravelmente. Desse modo, as economias em desenvolvimento estarão inseridas na dinâmica do mercado de energia mundial e tenderão a absorver novas tecnologias e investimentos provenientes das economias avançadas para ampliação da oferta e da demanda de energia.

O terceiro evento refere-se à grande disponibilidade de tecnologias para o setor. Do lado da oferta, o aumento da demanda de energia, associado à elevação nos preços e às pressões ambientais, está conduzindo à busca por inovações tecnológicas para a exploração de fontes não convencionais de energia em grande escala. Cabe destaque para a extração de petróleo em águas profundas no Brasil, petróleo de areia betuminosa no Canadá e a revolução energética do gás de xisto nos Estados Unidos. Estes fatores estão mudando a distribuição dos recursos e, conseqüentemente, de reservas energéticas no planeta. No plano das energias renováveis, o avanço tecnológico tem possibilitado a viabilidade econômica da energia elétrica de fonte solar ou a eólica em grande escala, a construção de usinas menores para aproveitamento hídrico, e o aumento da oferta de biocombustíveis, bem como de novas formas de reciclagem e aproveitamento energético. No plano da demanda, cabe destacar as inovações tecnológicas com veículos híbridos ou elétricos e demais tecnologias que possibilitam o uso mais eficiente de energia. Em síntese, a oferta e a demanda de energia tendem a ser cada vez mais absorvedoras de novas tecnologias.

Diante dos três grandes eventos apresentados, em um mundo cada vez mais globalizado, as economias locais devem se adaptar ou mesmo influenciar o cenário

energético mundial de forma cada vez mais acelerada. Os elementos acima podem ser verificados localmente no estado da Bahia, por exemplo, em maior ou menor intensidade. No entanto, novas questões surgem a partir desse cenário. Uma dessas questões refere-se ao fato de que, apesar do crescimento das economias emergentes, ainda existem regiões desprovidas de acesso a fontes de energia, um dos principais requisitos para melhorar a qualidade de vida de uma sociedade. A ampliação desse acesso para comunidades isoladas, a partir de novas tecnologias que possibilitem a transformação de energia em menor escala, constitui-se em um fator-chave para promover o desenvolvimento econômico em muitas regiões do mundo. Não menos importante, a integração energética regional continuará sendo fundamental para garantir o uso de energia de forma racional e diversificada entre países e regiões. A oferta de gás natural através dos gasodutos Sudeste-Nordeste e Bolívia-Brasil é um exemplo bem sucedido dessa integração.

Por fim, a influência dos elementos destacados neste texto sobre o comportamento da estrutura de preços e subsídios ainda precisa ser estudada, mesmo que localmente, no estado da Bahia. Os mercados de energia são complexos e exigirão cada vez mais das autoridades. A indústria de energia apresenta especificidades na sua organização, na qual vigora, em muitos casos, a participação conjunta de agentes públicos e privados, com a necessidade de regulação da qualidade dos serviços e dos preços. As discrepâncias nos preços de energia entre regiões têm impactos sobre a competitividade regional ou setorial. Por outro lado, embora os subsídios causem distorções, continuarão sendo necessários para viabilizar novas fontes renováveis de energia ou o acesso universal a esta, seja para comunidades isoladas ou para camadas mais carentes da sociedade. Nesse sentido, a socioeconomia da energia também se constituirá num dos grandes temas de pesquisa relacionada ao mercado de energia.

Bahia deverá atrair 436 empreendimentos até 2016

Fabiana Karine Santos de Andrade*

Na dinâmica dos investimentos industriais previstos para o estado da Bahia, registra-se um total de 436 empresas com intenção de implantar e/ou ampliar indústrias até 2016. O volume de recursos esperado deverá atingir R\$ 71 bilhões, com a geração de 82.859 empregos diretos até 2016.

O maior montante de investimentos está previsto para o território Metropolitana de Salvador, com inversões que chegam a R\$ 20 bilhões e a implantação ou ampliação de 185 empresas. Destacam-se também os territórios Sertão Produtivo, com um volume esperado de R\$ 13,9 bilhões, alocados em 15 projetos, e Chapada Diamantina, com investimentos previstos de aproximadamente R\$ 3,4 bilhões.

Por complexo de atividade, destaca-se o complexo Outros, no qual os investimentos somam R\$ 32,4 bilhões, em 48 projetos de empresas com a intenção de investir no estado. Ganham evidência aí inversões para a área de energia eólica, com projetos de grande porte que farão parte do parque eólico do estado. No complexo Atividade Mineral e Beneficiamento, o volume previsto também é expressivo e deve chegar a R\$ 19,5 bilhões, a partir de 14 projetos de empresas que deverão investir na extração de minerais metálicos e não metálicos.

No complexo Metal-Mecânico, os investimentos devem alcançar um volume de R\$ 5,5 bilhões, em 52 projetos. Neste setor, destaca-se o plano de ampliação da Ford Motors do Brasil, que elevará a capacidade produtiva de Camaçari de 250 mil para 300 mil veículos/ano, e a fábrica de motores da montadora, recentemente inaugurada, com capacidade para 210 mil unidades/ano.

Essa fábrica representa um investimento de R\$ 400 milhões e terá como primeiro destino a planta de Camaçari, fornecendo, em seguida, para as outras três fábricas da montadora no país e também para o mercado externo. Esta inversão significa um passo importante para o setor automotivo da Bahia, uma vez que a produção de motores envolve tecnologia de ponta.

Os recursos são resultado da política de atração de investimentos industriais, via concessão de incentivos fiscais, implantada pelo governo do estado da Bahia, através do Programa Desenvolve, que possibilita a vinda de empresas de diversos segmentos. Essa política traz uma nova dinâmica para a economia do estado e para o seu setor industrial, com a diversificação da matriz. A ação governamental com o objetivo de desenvolver a indústria baiana vem ocorrendo desde 2002, com os programas de incentivos especiais.

* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnica da Superintendência de Indústria da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM). fabianakarine.pacheco@gmail.com

Tabela 1

Investimentos industriais previstos para a Bahia

Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade – Bahia – 2014-2016

Complexo	Volume (R\$ 1,00)	Nº. projetos	Volume (%)	Projeto (%)
Agroalimentar	3.577.197.049	92	5,0	21,1
Atividade mineral e beneficiamento	19.496.650.000	14	27,4	3,2
Calçados/têxtil/confecções	159.361.896	37	0,2	8,5
Complexo madeireiro	92.982.800	17	0,1	3,9
Eletroeletrônico	224.093.955	34	0,3	7,8
Metal-mecânico	5.527.810.000	52	7,8	11,9
Químico-petroquímico	9.081.026.000	116	12,8	26,6
Reciclagem	7.800.000	2	0,0	0,5
Transformação petroquímica	524.100.000	24	0,7	5,5
Outros	32.442.100.000	48	45,6	11,0
Total	71.133.121.700	436	100,0	100,0

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31/03/2014.

Tabela 2

Investimentos industriais previstos para a Bahia

Volume de investimento e número de empresas por Território de Identidade – Bahia – 2014-2016

Território	Volume (R\$ 1,00)	Nº. Projetos	Volume (%)	Projeto (%)
A definir	1.876.546.000	13	2,6	3,0
Bacia do Jacuípe	1.000.000	1	0,0	0,2
Bacia do Rio Corrente	6.000.000	1	0,0	0,2
Bacia do Rio Grande	1.413.035.000	22	2,0	5,0
Baixo Sul	1.380.000.000	3	1,9	0,7
Chapada Diamantina	3.420.000.000	3	4,8	0,7
Costa do Descobrimento	739.550.000	14	1,0	3,2
Extremo Sul	159.805.000	5	0,2	1,1
Irecê	2.180.000.000	3	3,1	0,7
Itaparica	12.000.000	2	0,0	0,5
Litoral Norte e Agreste Baiano	3.705.000.000	16	5,2	3,7
Litoral Sul	3.085.948.955	24	4,3	5,5
Médio Rio de Contas	188.107.270	12	0,3	2,8
Médio Sudoeste da Bahia	16.500.000	2	0,0	0,5
Metropolitano de Salvador	20.113.729.475	185	28,3	42,4
Piemonte da Diamantina	870.000.000	1	1,2	0,2
Piemonte do Paraguaçu	3.000.000	2	0,0	0,5
Piemonte Norte do Itapicuru	2.000.000.000	1	2,8	0,2
Portal do Sertão	604.650.000	37	0,9	8,5
Recôncavo	1.971.960.000	25	2,8	5,7
Semiárido Nordeste II	6.000.000	1	0,0	0,2
Sertão do São Francisco	9.719.000.000	18	13,7	4,1
Sertão Produtivo	13.881.500.000	15	19,5	3,4
Sisal	333.940.000	5	0,5	1,1
Vale do Jiquiriça	323.800.000	5	0,5	1,1
Velho Chico	3.060.000.000	3	4,3	0,7
Vitória da Conquista	62.050.000	17	0,1	3,9
Total	71.133.121.700	436	100,0	100,0

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31/03/2014.

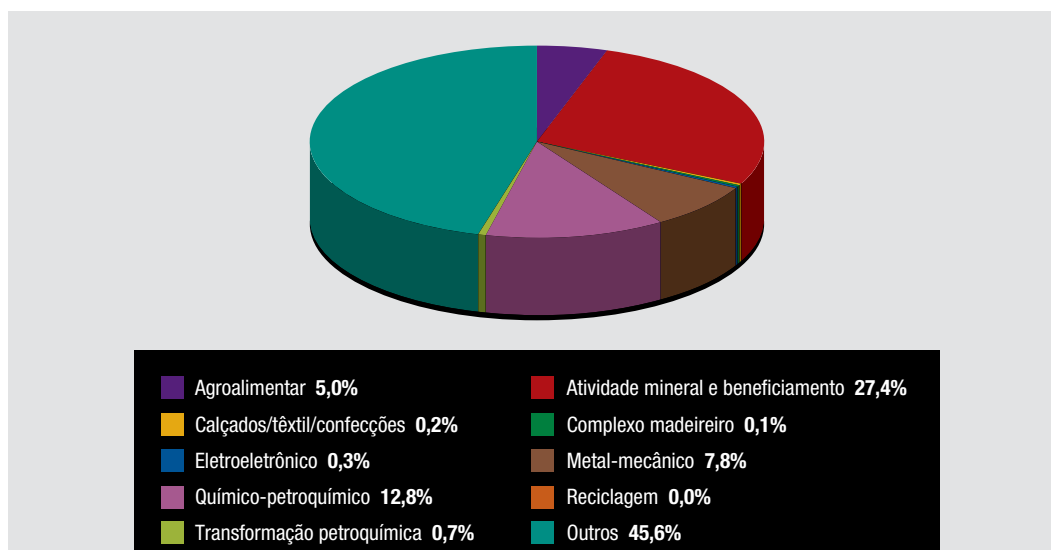


Gráfico 1
Investimentos industriais previstos por complexo de atividade – Bahia – 2014-2016

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31/03/2014.

METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS

A política de atração de investimentos industriais vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, a partir de meados da década de 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998, com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Pro cobre e Profibra. A partir de 2002, o Programa Desenvolve substituiu os anteriores. Assim, a metodologia utilizada pela Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM), desenvolvida inicialmente pela Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), consiste em coletar informações primárias sobre os investimentos industriais previstos para os próximos três anos na Bahia a partir da listagem dos protocolos de intenções assinados com o governo do estado e dos projetos econômico-financeiros entregues à secretaria para o requerimento de incentivos fiscais através do Programa Desenvolve. Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidas, as principais informações são apresentadas sob a forma de tabelas e gráficos.

Quem mais estuda a Bahia não pode faltar na sua estante.

A SEI, por meio de sua linha editorial, publica regularmente livros e revistas que debatem aspectos socioeconômicos e geoambientais do estado. Quem se interessa pela Bahia não pode deixar de ler.



Bahia Análise & Dados

Revista temática trimestral que aborda temas atuais através de artigos e entrevistas elaborados por colaboradores externos e especialistas da SEI.



Conjuntura & Planejamento

Publicação trimestral colorida e ilustrada que traz artigos assinados e entrevistas sobre a conjuntura econômica da Bahia. A publicação compila estatísticas e indicadores que revelam o desempenho do estado no período.



Série Estudos e Pesquisas

Divulga os resultados de pesquisas e trabalhos desenvolvidos, na sua maioria, por técnicos da SEI nas áreas de demografia, indústria, energia, agropecuária, saúde, educação, agricultura e geoambiental.



Estudos e Relatórios

Também faz parte da linha editorial da SEI, estudos e relatórios que retratam a realidade socioeconômica e cultural do estado. Entre estes estudos, indicamos para leitura a revista eletrônica CAS Centro Antigo de Salvador: Território de Referência; a TRU: Tabela de Recursos e Usos do Estado da Bahia, instrumento que permite uma análise da dinâmica econômica do estado; e a série de Textos para Discussão.

Onde comprar: Biblioteca Rômulo Almeida – SEI CAB, 4ª Avenida, 435, térreo

Download gratuito:
www.sei.ba.gov.br



@eu_sei

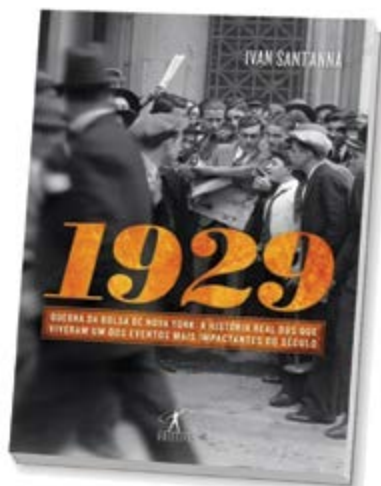


imprensa.sei



Governo do
Estado da Bahia

Secretaria do Planejamento



1929 – QUEBRA DA BOLSA DE NOVA YORK: A História Real dos que Viveram um dos Eventos Mais Impactantes do Século

Autor: Ivan Sant'Anna

O livro *1929* apresenta a dimensão humana dos acontecimentos decorrentes da quebra da bolsa de Nova York, o grande colapso do mercado financeiro norte-americano e mundial.

Para descrever em detalhes a euforia que tomava conta do mercado de ações antes do *crash* de 29, o autor pesquisou a vida de personalidades famosas, como Charles Chaplin, Irving Berlin, Joe Kennedy, e também de pessoas comuns, mostrando como todos eles reagiram e tiveram seus destinos mudados rapidamente devido à crise.



ANÁLISE DE INVESTIMENTOS E VIABILIDADE FINANCEIRA DAS EMPRESAS

Autor: Rodrigo Camloffski

O livro tem como objetivo instrumentalizar empreendedores e gestores nas suas decisões de investimentos e financiamentos para que elas não sejam tomadas por impulso. São apresentados os principais componentes dos demonstrativos contábeis, índices de liquidez, atividade, endividamento, rentabilidade e valor de mercado, os quais possibilitarão, através da compreensão e interpretação de seus resultados, a construção de pareceres a respeito da saúde financeira das organizações.

Outras ferramentas são apresentadas, e nos últimos capítulos são abordadas as principais técnicas disponíveis para a avaliação da viabilidade financeira de projetos de investimento, tais como VPL, TIR, *payback*, Roia e ponto de Fisher.



COMPLACÊNCIA: Entenda Por que o Brasil Cresce Menos do que Pode

Autores: Fábio Giambiagi e Alexandre Schwartzman

Este livro se propõe a apresentar, de forma organizada e atualizada, as críticas dos autores ao governo na condução dos determinantes do crescimento econômico nacional.

Eles consideram que o Brasil cresce abaixo do seu potencial, e que o governo deveria tomar medidas mais profundas no sentido de reformar o sistema previdenciário, estimular investimentos em infraestrutura, elevar a poupança doméstica e melhorar os indicadores de produtividade.



EMPREENDEADORISMO SUSTENTÁVEL

Org. Cândido Borges

O livro *Empreendedorismo Sustentável* apresenta o conceito e diferentes tipos de empreendedorismo do ponto de vista da sustentabilidade. Discute a geração de empresas que possam aliar rentabilidade financeira, sustentabilidade e criação de bem-estar social.

Orienta sobre como iniciar negócios com esse propósito, quais os procedimentos para a realização da análise de mercado e do plano de marketing para o negócio, como definir os investimentos necessários, onde conseguir recursos e como fazer a gestão financeira do negócio. O livro defende que, no contexto atual, há uma demanda cada vez maior da sociedade por empreendimentos que adotam a responsabilidade social.



O FUTURO CHEGOU – MODELOS DE VIDA PARA UMA SOCIEDADE DESORIENTADA

Autor: Domenico de Masi

Domenico de Masi apresenta nesse seu novo livro uma reflexão sobre todos os modelos socioeconômicos e religiosos que já foram testados pela humanidade no decorrer de sua história. O objetivo é extrair o melhor de cada um deles para se construir um modelo global inédito, que seja adequado à sociedade pós-industrial.

O autor enfatiza que é necessário estabelecer um modelo capaz de assegurar maior felicidade e qualidade de vida da população, indicadores de progresso da sociedade. Uma sociedade que seja capaz de exercer o ócio criativo, a meditação, o lazer, o amor, a contemplação da beleza, a amizade e a convivialidade.



O IMPÉRIO DO CAPITAL

Autor: Ellen Meiksins Wood

Ellen Meiksins Wood apresenta neste livro uma análise do imperialismo norte-americano, que, para ela, é um fenômeno absolutamente inédito na história mundial. A tese principal da autora é a de que a natureza específica do imperialismo norte-americano é operar o máximo possível por meio dos imperativos econômicos e não através do domínio colonial direto.

Um dos destaques de *O Império do Capital* é a análise das dinâmicas da hegemonia imperial nos tempos do dito declínio do Estado-nação, isto é, da ausência de algo que se assemelhe a um Estado global capaz de assegurar a ordem necessária, tal como faz o Estado-nação para o capital nacional.

Conjuntura econômica baiana



Analisando-se os resultados dos principais indicadores da conjuntura econômica baiana, notou-se que, entre as atividades mais importantes, apenas o comércio varejista e a receita nominal de serviços apresentaram resultados satisfatórios. A indústria, a balança comercial e o rendimento médio dos assalariados e ocupados mostraram arrefecimento no período em questão. Cabe salientar que, na Bahia, a taxa de desemprego vinha crescendo desde janeiro de 2014, mas a perspectiva é de estabilidade relativa para os próximos meses.

Segundo os dados divulgados no relatório da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-BA), publicado pelo IBGE, a indústria baiana decresceu 1,6% no primeiro quadrimestre de 2014, em relação ao mesmo período de 2013. Dos 11 segmentos da indústria de transformação (-1,9%), nove apresentaram retração no período, com destaque para *Bebidas* (-7,6%), *Couros, artigos para viagem e calçados* (-11,1%), *Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos* (-33,0%), e *Veículos automotores* (-28,2%). Por sua vez, a maior influência positiva veio de *Outros produtos químicos* (8,7%).

De acordo com os resultados da Pesquisa Mensal de Serviços, realizada pelo IBGE, a receita nominal do setor de serviços apresentou, no primeiro quadrimestre de 2014, crescimento nominal de 4,1%, em relação ao mesmo período de 2013. A atividade *Outros serviços* teve a maior expansão (18,8%), enquanto *Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio* registrou o segundo maior crescimento (8,8%). Em seguida vieram *Serviços profissionais, administrativos e complementares* e *Serviços prestados às famílias*, com variações de 8,6% e 7,5%, respectivamente. Por outro lado, *Serviços de informação e comunicação* apontou retração de 7,3%.

A balança comercial baiana registrou, no primeiro quadrimestre de 2014, retração nas exportações (-8,5%) e expansão nas importações (5,4%). As exportações somaram US\$ 2,8 bilhões, e as importações, US\$ 2,7 bilhões, proporcionando *superávit* de US\$ 102 milhões, de acordo com os dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O desempenho das exportações no período decorreu principalmente da queda nas vendas de segmentos como



Metais preciosos (-37,9%), *Soja e derivados* (-30,0%), *Automotivo* (-32,8%) e *Produtos químicos* (-14,7%). Juntos, esses setores foram responsáveis por 43,3% das receitas de exportação no período. Os segmentos que apresentaram as maiores retrações foram *Metais preciosos* e *Milho e seus derivados*, com queda de 50,9% e 32,8%, respectivamente.

Levando-se em conta os dados divulgados no relatório da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC-BA), publicado pelo IBGE, o comércio baiano apurou expansão de 8,0% no primeiro quadrimestre de 2014, em relação ao mesmo período de 2013. As maiores contribuições positivas no período em análise vieram de *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (25,3%); *Livros, jornais e revistas* (21,7%); *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (16,5%); *Combustíveis e lubrificantes* (11,1%); e *Eletrodomésticos* (9,8%). Os segmentos *Equipamentos e materiais para escritório* (-5,7%) e *Móveis* (-1,3%) puxaram o indicador para baixo. As vendas de *Veículos, motos e peças* apontaram retração de 2,7%, enquanto o segmento *Material*

para construção ficou relativamente estável no mesmo período em análise.

Em relação à inflação em Salvador, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), registrou expansão de 3,2% entre janeiro e maio de 2014, em relação ao mesmo período de 2013, impulsionado pelos grupos *Habitação* (5,6%) e *Despesas pessoais* (4,0%).

Conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/Dieese/Seade), a taxa média de desemprego em maio de 2014 fechou em 17,5% da população economicamente ativa. Com base na mesma pesquisa, o rendimento médio real efetivamente recebido caiu tanto para os ocupados como para os assalariados, com variações negativas de 2,9% e 1,4%, respectivamente.

Com este cenário, inicia-se a seção com os principais dados da conjuntura baiana resultantes das análises dos indicadores mensal e acumulado dos últimos 12 meses referentes ao ano de 2014.

Em abril de 2014, o Índice de Movimentação da Atividade Econômica (Imec) apresentou expansão de 4,0%, na comparação com o mesmo mês de 2013. Nos últimos 12 meses, o indicador exibiu a mesma tendência, com variação de 6,2%. O resultado favorável foi motivado, principalmente, pela base de comparação baixa (0,7%) e pela movimentação na capital baiana em função da Páscoa.

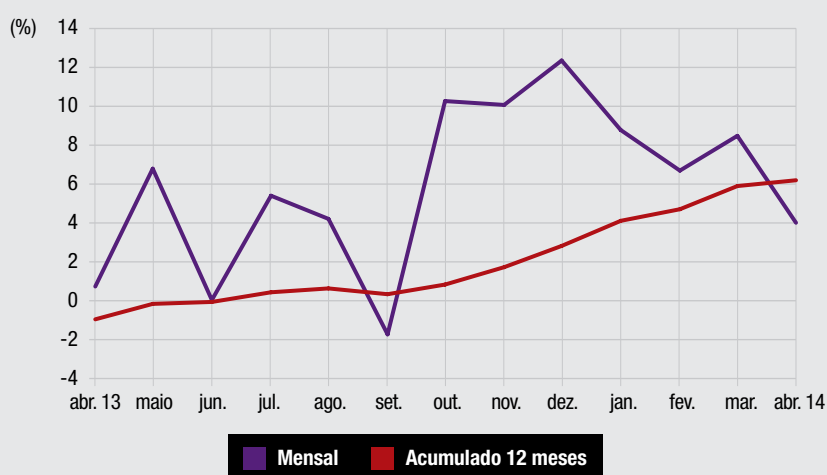


Gráfico 1
Índice de Movimentação Econômica (Imec)
Salvador – abr. 2013-abr. 2014

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

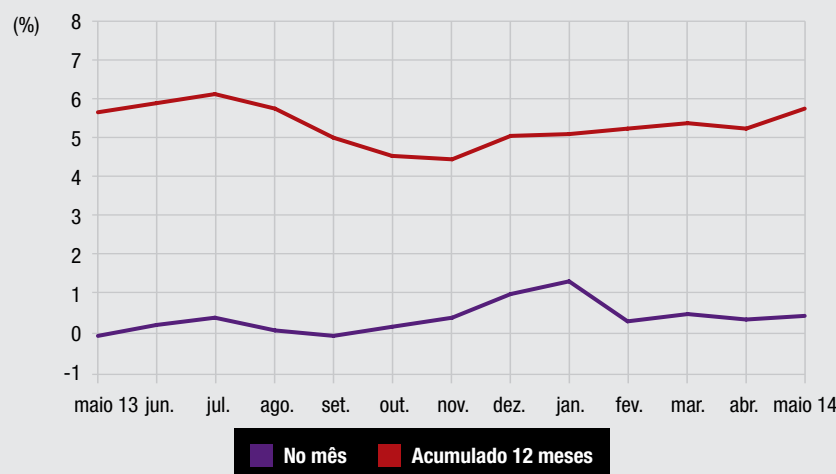


Gráfico 2
Taxa de variação do IPC-SEI – Salvador – dez. 2013-dez. 2014

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela SEI, apresentou inflação com variação de 0,48% em maio, superior ao registrado em maio de 2013 (-0,01%). No acumulado dos últimos 12 meses, a taxa atingiu a marca de 5,76%, revelando-se superior aos 5,68% acumulados até maio. Os produtos/serviços que pressionaram o indicador em maio, com suas respectivas variações de preços, foram: *Água de coco* (11,9%), *Reparos* (8,0%), *Energia elétrica residencial* (10,8%), *Leite e derivados* (1,8%) e *Linguiça* (1,79%).

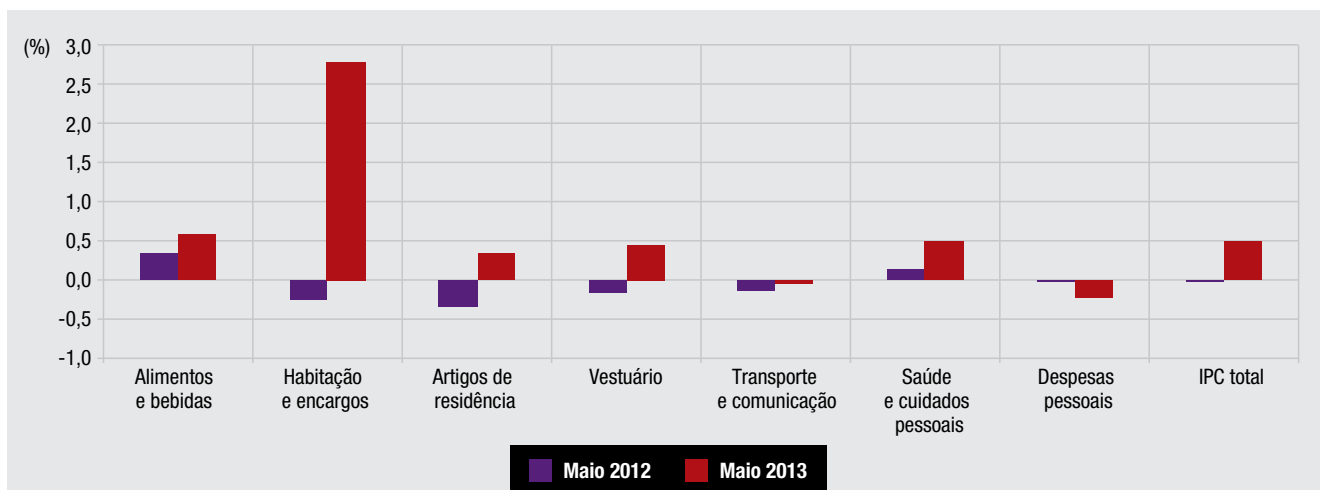


Gráfico 3
Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados – Salvador – maio 2013-maio 2014

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

Em termos desagregados por grandes grupos, observou-se que as maiores contribuições para o resultado do índice de preços em Salvador, em maio, decorreram de *Habitação e encargos* (2,78%) e *Alimentos e bebidas* (0,59%). No grupo *Habitação e encargos*, predominou o crescimento em *Operação* (6,74%), mais precisamente, pela ampliação nos preços de *Energia elétrica residencial* (10,82%). Já no grupo *Alimentos e bebidas* ocorreu elevação em *Alimentação fora do domicílio* (1,23%), motivada pela inflação de 3,59% de *Cerveja fora do domicílio*. Em sentido contrário, as pressões negativas sobre o indicador vieram de *Despesas pessoais* (-0,23%) e *Transporte e comunicação* (-0,04%).

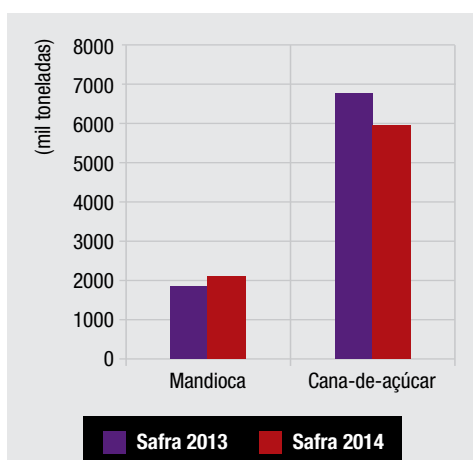


Gráfico 4
Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar – Bahia – 2013/2014

Fonte: IBGE-LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, em maio de 2014, as culturas de mandioca e cana-de-açúcar apresentaram variações opostas, com taxas de 12,7% e -11,8%, respectivamente. Apesar de a cultura de cana-de-açúcar apresentar baixo desempenho na área plantada e na área colhida, o rendimento médio expandiu-se 4,2% em relação à safra de 2013.

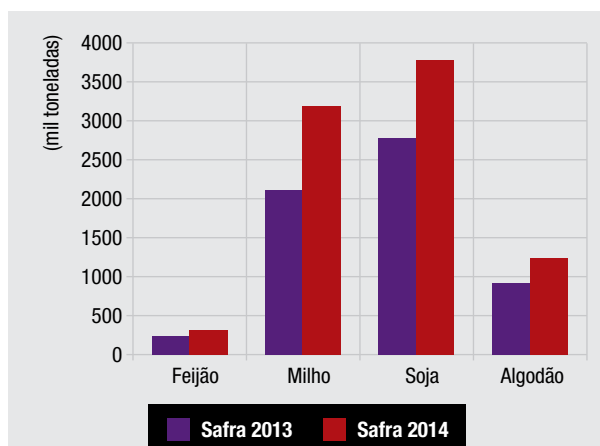


Gráfico 5
Estimativa da produção agrícola: feijão, milho, soja e algodão – Bahia – 2013/2014

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

O LSPA apresentou estimativas de expansão na produção para as culturas de feijão (29,2%), milho (50,9%), soja (36,3%) e algodão (34,7%) em relação à safra de 2013. As projeções de área plantada e área colhida para o feijão cresceram 5,5% e 26,5%, respectivamente, com rendimento médio de 2,2%. Já a cultura de milho apontou acréscimo na área plantada (20,9%) e na área colhida (39,5%), com ampliação no rendimento médio de 8,1%. A soja indicou a mesma variação positiva para as áreas plantada e colhida (5,7%), com rendimento médio de 29,0%. O algodão projetou acréscimo tanto na área cultivada (21,1%) quanto na área colhida (21,3%), culminando em ampliação do rendimento (11,0%).

As estimativas de produção das tradicionais *commodities* da agricultura baiana – cacau e café – apresentaram os seguintes resultados: cacau, em fase de colheita, teve projeção de acréscimo na produção (3,5%), redução na área plantada (-1,1%), estabilidade relativa na área colhida (0,2%) e ampliação no rendimento médio (3,2%); para o café, também em fase de colheita, as estimativas apontaram expansão na produção (4,2%), retração na área plantada (-6,5%), estabilidade relativa na área colhida (0,2%) e aumento do rendimento médio (4,0%) em relação à safra de 2013.

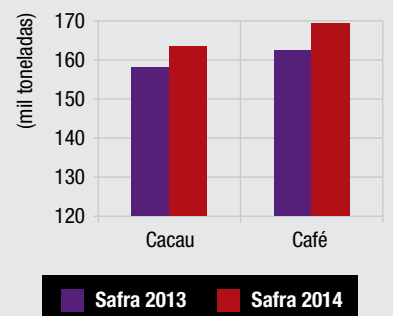


Gráfico 6
Estimativa da produção agrícola: cacau e café – Bahia – 2013/2014

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

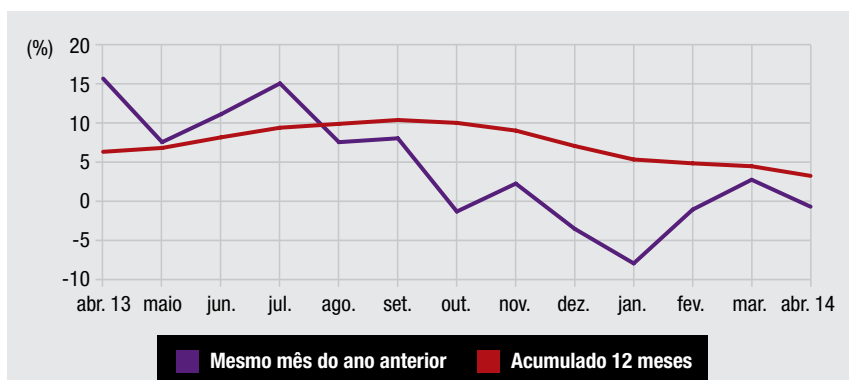


Gráfico 7
Taxa de variação da produção física da indústria de transformação
Bahia – abr. 2013-abr. 2014

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

A produção física da indústria baiana (transformação e extrativa mineral) caiu 0,5% no mês de abril, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, em comparação com igual mês de 2013. O desempenho da produção industrial, em abril, foi influenciado pelos resultados negativos de *Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos* (-28,3%), *Bebidas* (-21,9%), *Couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados* (-17,7), *Produtos de minerais não metálicos* (-17,2%), *Veículos automotores, reboques e carrocerias* (-10,4), *Celulose, papel e produtos de papel* (-8,0%), *Produtos de borracha e de material plástico* (-1,5%) e *Metalurgia* (-0,4%). Em sentido oposto, impactaram positivamente os segmentos de *Coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis* (9,5%), *Produtos alimentícios* (3,5%) e *Outros produtos químicos* (0,9%). No acumulado de 12 meses, a produção física industrial cresceu 3,0%.

Eliminando influências sazonais, a análise da indústria de transformação apontou, em abril de 2014, variação positiva de 4,6%, na comparação com o mês de março do mesmo ano. Esse resultado foi influenciado, sobretudo, pela expansão de 11,1% no segmento de *Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias*. Cabe destacar também a contribuição positiva observada em *Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis* (7,3%). A indústria geral também apontou expansão (0,8%), enquanto que a extrativa mineral registrou arrefecimento (-0,4%).

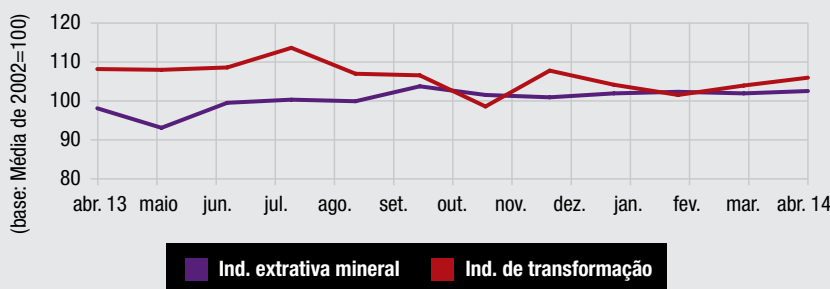


Gráfico 8
Índice dessazonalizado de produção física da indústria
de transformação e extrativa mineral – Bahia – abr. 2013-abr. 2014

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

A indústria baiana de transformação teve retração de 1,9% no nível de emprego no mês de abril de 2014, quando comparado com o mesmo mês de 2013. Os segmentos que exerceram pressão significativa para o resultado do indicador mensal foram: *Têxtil* (-14,5%), *Produtos de metal* (-16,3%) e *Máquinas e equipamentos* (-14,4%). Entre os que apresentaram contribuição positiva no número de pessoas ocupadas nesse indicador sobressaíram-se: *Fumo* (17,0%), *Papel e gráfica* (4,2%) e *Produtos químicos* (5,0%). No acumulado de 12 meses, passou de -3,3% para -3,4%, em abril, e o emprego industrial caiu 5,0%.

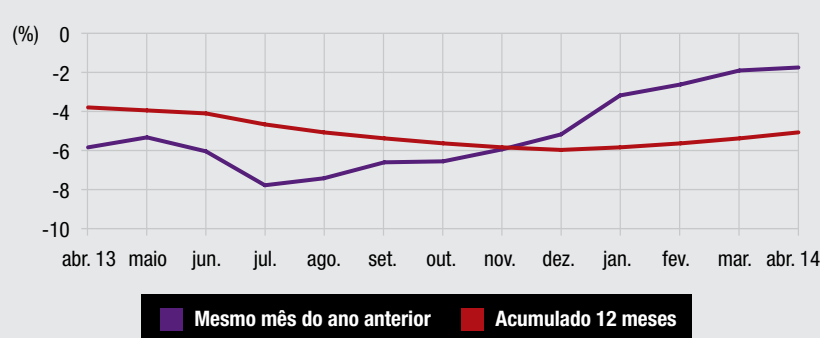


Gráfico 9
Taxa de variação do pessoal ocupado – indústria de transformação
Bahia – abr. 2013-abr. 2014

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

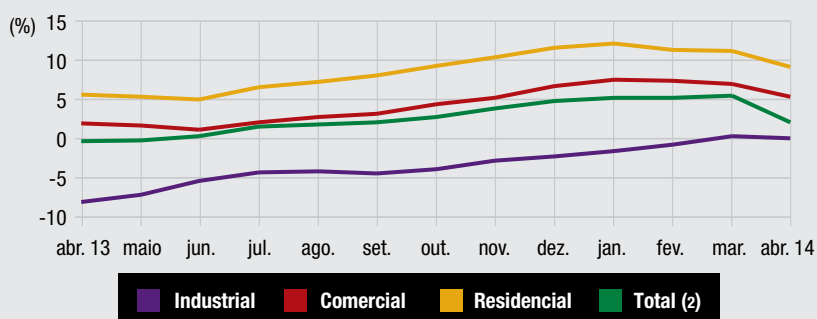


Gráfico 10
Taxa de variação do consumo de energia elétrica (1) – Bahia – abr. 2013-abr. 2014

Fonte: Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado 12 meses.

(2) Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária.
O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

Considerando-se as classes de consumo residencial e comercial, observa-se que totalizaram, em abril, 565 MWh e 279 MWh, respectivamente, representando, para o consumo residencial, estabilidade relativa, e para o consumo comercial, decréscimo de 1,2% em relação ao mesmo mês de 2013. Seguindo a mesma análise, o consumo de energia elétrica na indústria (que tem participação de 37,2% no consumo total) apresentou acréscimo de 1,5%. No acumulado de 12 meses, todas as classes apontaram expansão, com estabilidade relativa para indústria. Ressalta-se que os dados aqui considerados são apenas os do consumo do mercado cativo, que congrega as grandes distribuidoras de energia – Coelba e Chesf –, não sendo considerado o mercado de autoprodução e cogeração (mercado livre).

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE), no mês de abril de 2014, o comércio varejista baiano teve crescimento das vendas, com taxa de 3,6%, considerando igual mês do ano anterior. O comportamento nos últimos 12 meses resultou em uma taxa acumulada de 5,1%. Na mesma análise, o segmento de *Veículos, motos e peças* apontou retração de -3,4%, acumulando -4,0% nos últimos 12 meses.

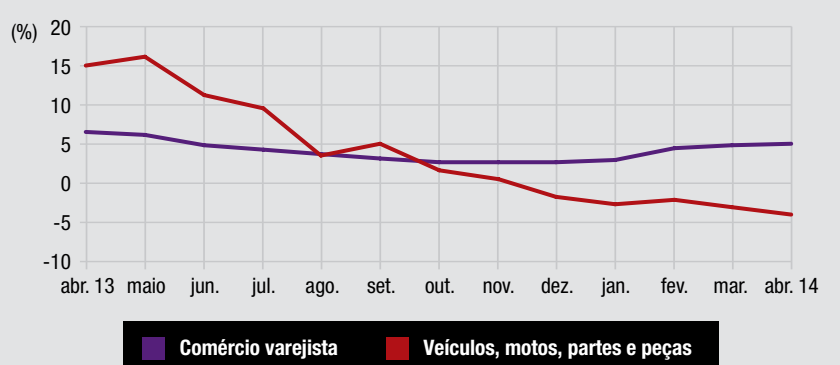


Gráfico 11
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1)
Bahia – abr. 2013-abr. 2014

Fonte: IBGE-PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

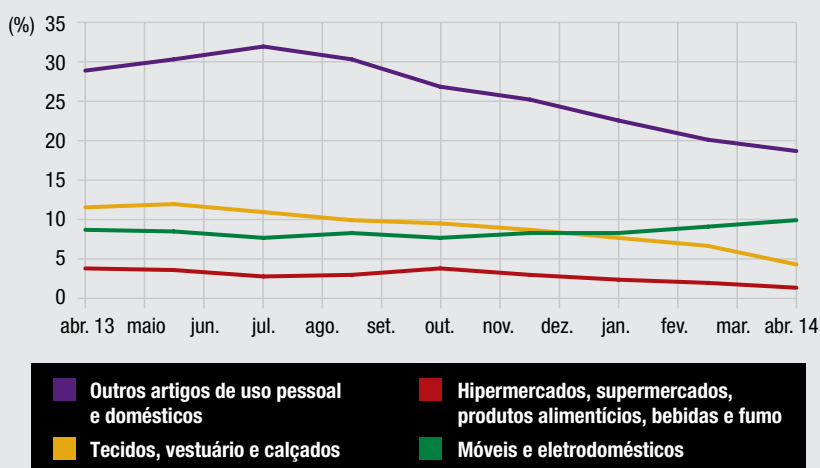


Gráfico 12
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1)
principais segmentos – Bahia – abr. 2013-abr. 2014

Fonte: IBGE-PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

No acumulado dos últimos 12 meses, os segmentos de maior destaque nas variações positivas no comércio varejista foram: *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (14,9%), *Livros, jornais, revistas e papelaria* (19,3%), *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (20,2%); *Móveis e eletrodomésticos* (9,7%) e *Hipermercados e supermercados* (5,4%). Dentre todos os segmentos, o de *Equipamentos e materiais para escritório* foi o único que registrou arrefecimento nas vendas, com variação negativa de 13,9%.

A receita nominal de serviços apresentou, em abril, um acréscimo de 1,1% em relação ao mesmo mês de 2013. No acumulado dos últimos 12 meses, o setor de serviços passou de um avanço de 8,4%, em março, para um aumento de 7,3%, em abril, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE. O resultado da receita nominal de serviços na Bahia, em abril, foi atribuído ao acréscimo nas atividades de *Outros serviços* (21,3%), *Serviços prestados às famílias* (9,2%), *Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio* (5,4%) e *Serviços profissionais, administrativos e complementares* (2,2%).

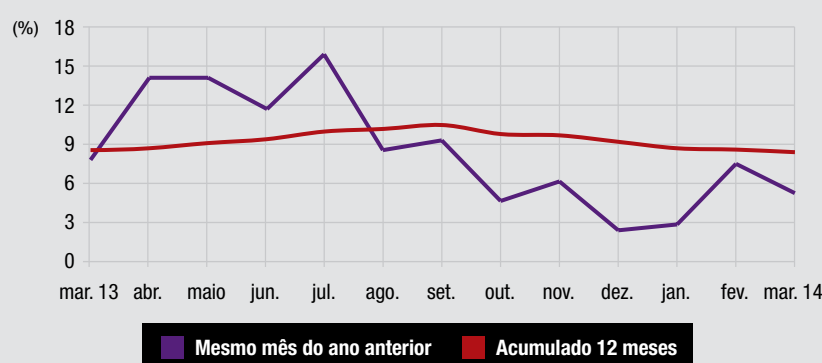


Gráfico 13
Pesquisa Mensal de Serviços (1) – Bahia – mar. 2013-mar. 2014

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Pesquisa iniciada em janeiro de 2012.

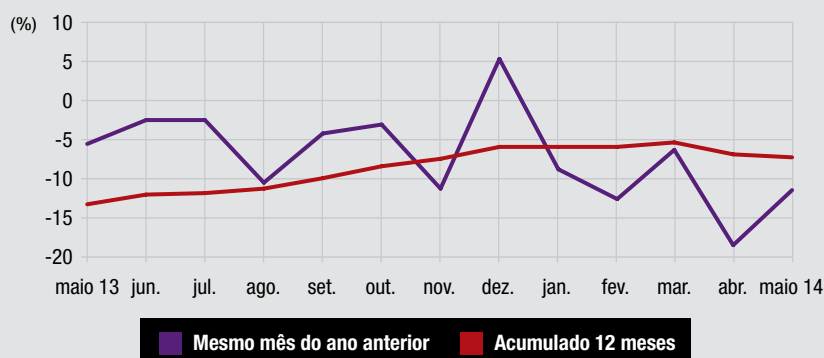
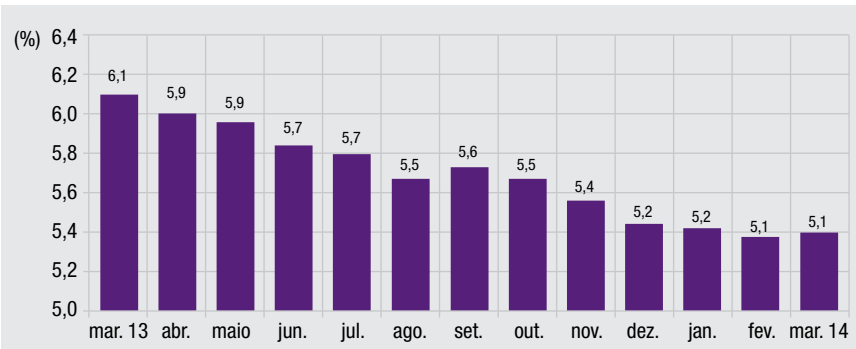


Gráfico 14
Quantidade de cheques sem fundos – Bahia – maio 2013-maio 2014

Fonte: Bacen.
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo o Bacen, em maio de 2014, foram emitidos 176,3 mil cheques sem fundos na Bahia. Esse saldo resultou na retração de 11,5% nas emissões de cheques sem fundo, em comparação com o mesmo mês de 2013. Seguindo uma trajetória decrescente, o indicador dos últimos 12 meses continua demonstrando retração (-7,3%).



Conforme dispõem os dados divulgados pelo Bacen, em março de 2014, a taxa de inadimplência das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional para as pessoas físicas na Bahia apontou estabilidade relativa, seguindo uma trajetória média em torno de 5,1% ao longo do ano.

Gráfico 15
Taxa de inadimplência (1) – Bahia – mar. 2013-mar. 2014

Fonte: Bacen.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Pessoas Físicas.

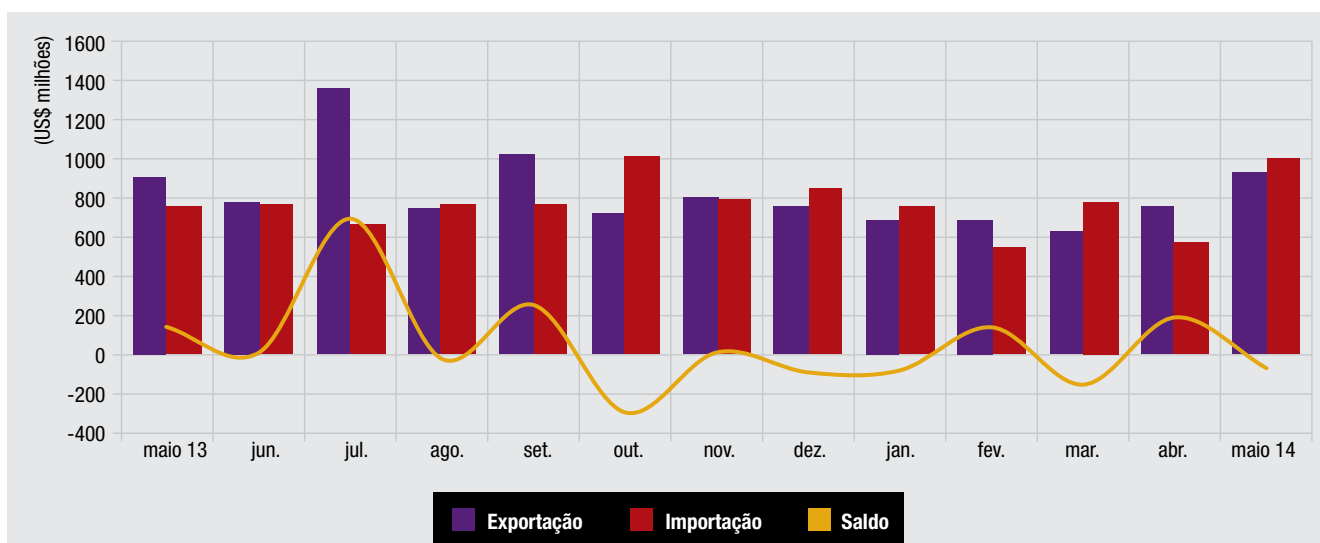
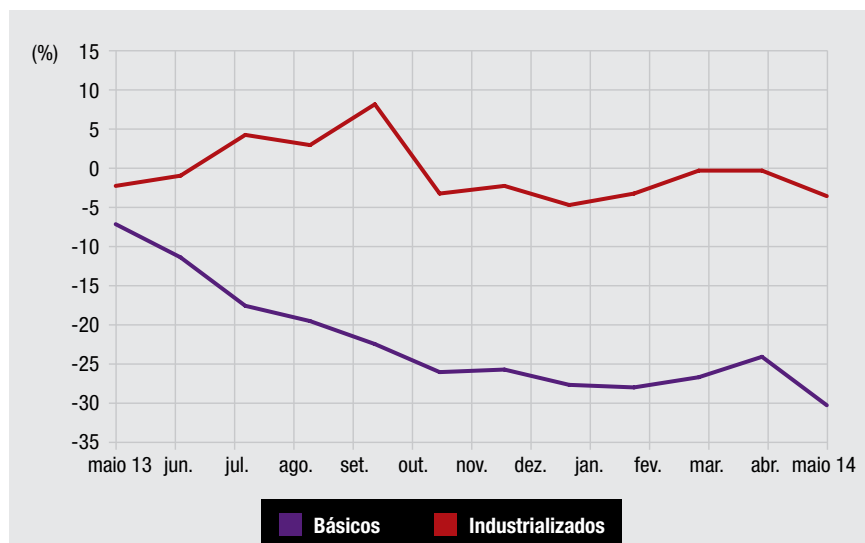


Gráfico 16
Balança comercial – Bahia – maio 2013-maio 2014

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em maio de 2014, as exportações baianas somaram US\$ 927 milhões, e as importações, US\$ 995 milhões, resultando em *déficit* de US\$ 68 milhões. Confrontando maio de 2014 com o mesmo mês do ano anterior, tanto as exportações quanto as importações exibiram expansão, com variações de 2,5% e 30,5%, respectivamente.



As exportações por fator agregado indicaram queda em maio de 2014, em relação ao mesmo mês de 2013, nas vendas de produtos básicos (-27,1%) e produtos industrializados (-4,5%). No acumulado dos 12 meses, as exportações dos básicos e industrializados registraram arrefecimento de 27,1% e 4,5%, respectivamente.

Gráfico 17
Taxa de variação das exportações baianas, por fator agregado (1)
Bahia – maio 2013-maio 2014

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado 12 meses.

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), o principal tributo de arrecadação do estado, o ICMS, totalizou, em abril, aproximadamente R\$ 1,4 bilhão, com acréscimo real de 25,7% em relação ao mesmo mês de 2013. No primeiro quadrimestre de 2014, a arrecadação de ICMS aumentou 5,4%, comparada com o mesmo período do ano anterior. O indicador acumulado em 12 meses avançou 10,2%.

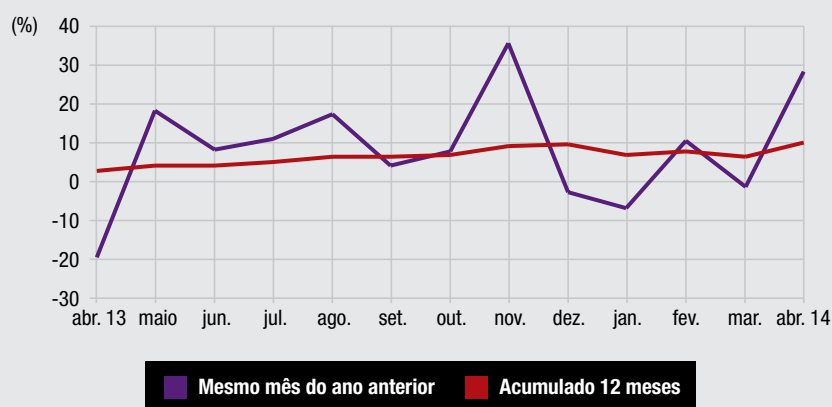


Gráfico 18
Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes
Bahia – abr. 2013-abr. 2014

Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.
Elaboração: SEI/CAC.
Deflator IGP-DI.

Conforme dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em abril de 2014, o saldo total de empregos com carteira de trabalho assinada na Bahia apresentou expansão de 882 postos de trabalho. Tal resultado decorreu, principalmente, da ampliação de empregos nos setores de *Serviços* (1.279) e *Indústria de transformação* (182). No acumulado dos últimos 12 meses, ocorreu a criação de 42.846 postos de trabalho, o que correspondeu ao acréscimo de 2,4% em relação ao estoque anterior.

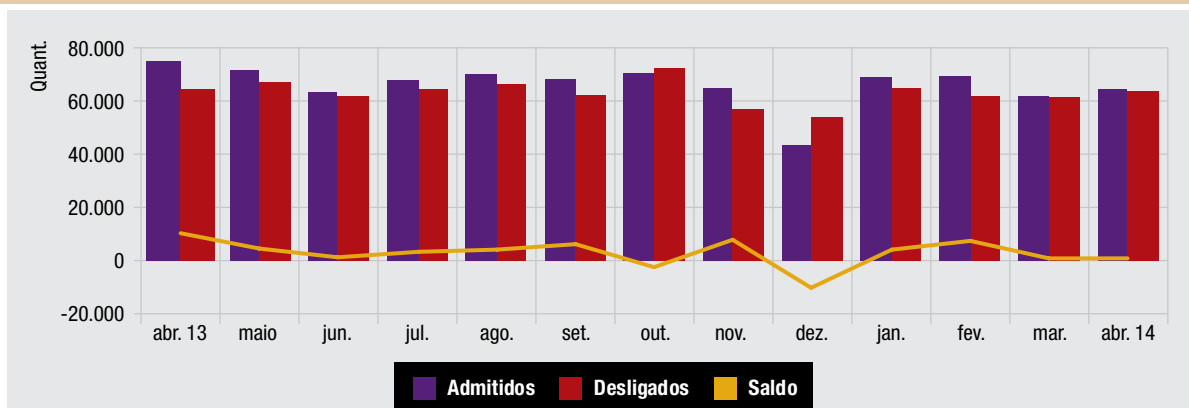


Gráfico 19
Geração de empregos celetistas (1) – Bahia – abr. 2013-abr. 2014

Fonte: Caged.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.
Sem ajustes.

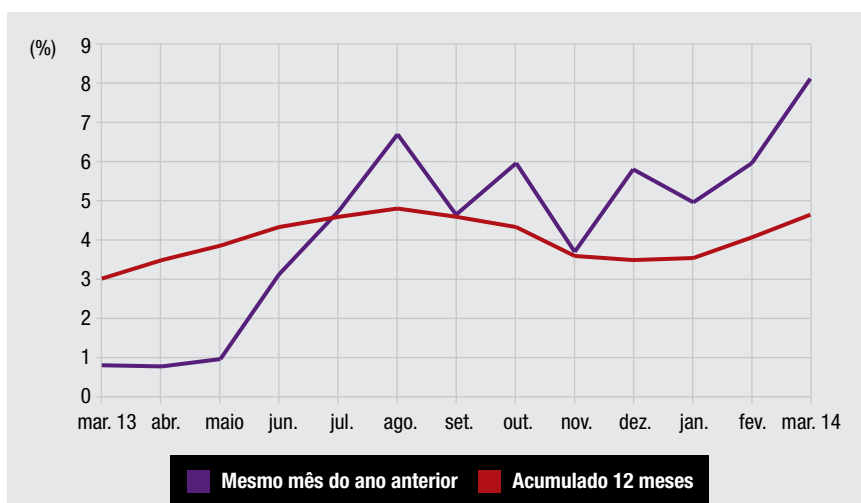
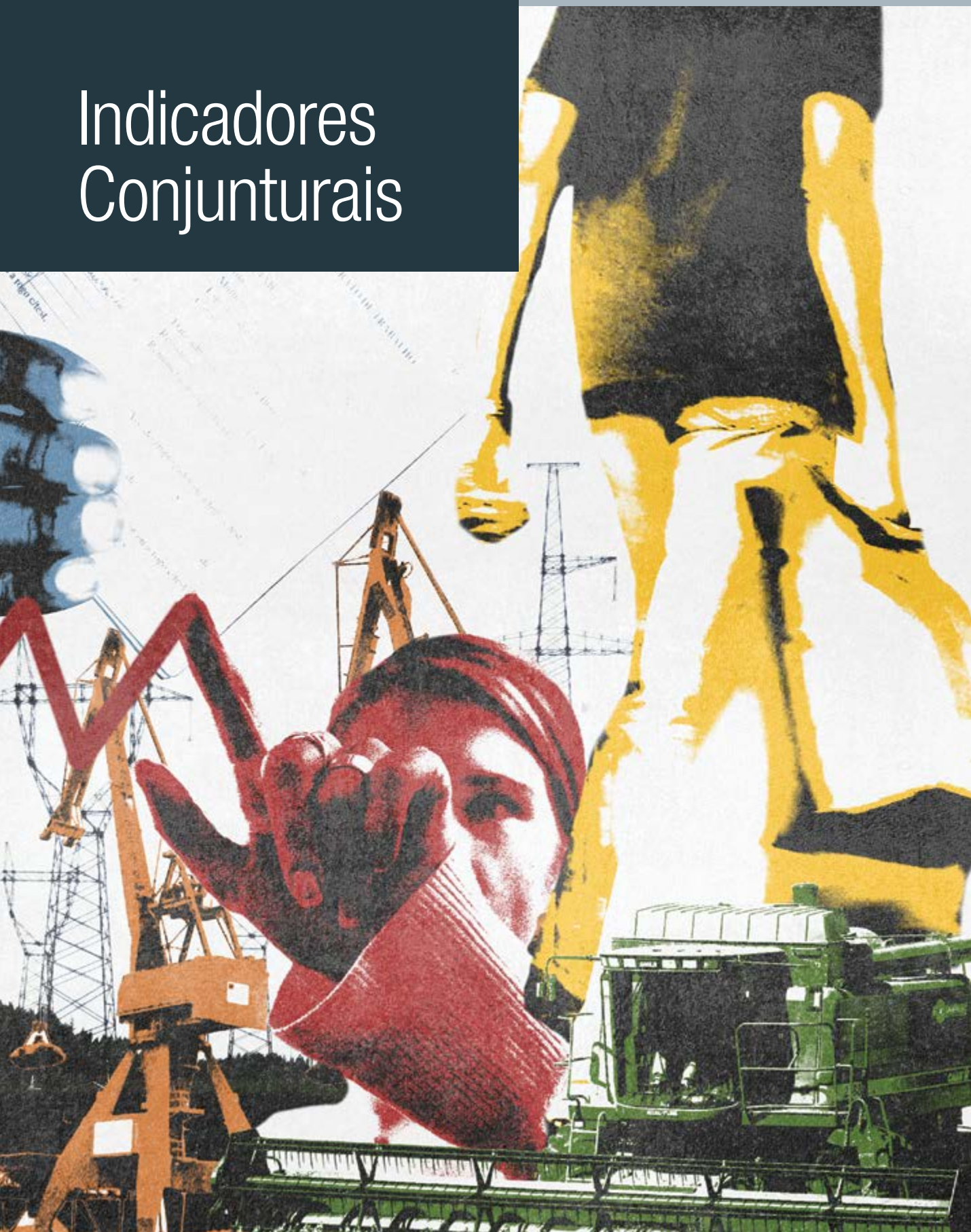


Gráfico 20
Taxa de variação da massa de rendimento dos ocupados (1) – RMS Bahia – mar. 2013-mar. 2014

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Ocupados no trabalho principal.

O rendimento médio real dos ocupados no mês de março de 2014, em comparação ao mês de março de 2013, apresentou crescimento de 5,9%, conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS). A massa real de rendimentos dos ocupados da RMS, calculada na PED a partir dos dados de população ocupada e de rendimento médio, cresceu 8,1% em março. No acumulado de 12 meses, a taxa foi de 4,7%, superior aos 3,0% observados em março de 2013. O aumento da massa de rendimentos em março deveu-se, principalmente, ao baixo crescimento do emprego (5,6%) e ao rendimento médio real (5,9%).

Indicadores Conjunturais



INDICADORES ECONÔMICOS

Índice de preços

Tabela 1
Índice de Preços ao Consumidor (IPC) (1) – Salvador – maio 2014

Grandes grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	Maio 2013	Maio 2014	No ano (2)	Últimos 12 meses (3)	Jun. 2007 = 100	Jun. 1994 = 100
Alimentos e bebidas	0,33	0,59	3,79	5,27	168,79	413,29
Habitação e encargos	-0,26	2,78	5,62	7,56	145,47	997,45
Artigos de residência	-0,35	0,34	1,26	3,59	95,58	219,98
Vestuário	-0,15	0,44	-0,69	3,03	111,29	199,54
Transporte e comunicação	-0,13	-0,04	2,67	3,07	118,91	852,76
Saúde e cuidados pessoais	0,13	0,49	2,68	9,60	147,82	495,47
Despesas pessoais	-0,02	-0,23	4,00	8,26	159,43	628,89
Geral	-0,01	0,48	3,18	5,76	140,17	471,23

Fonte: SEI.

(1) O IPC de Salvador representa a média de 15.000 cotações de uma cesta de consumo de 375 bens e serviços pesquisados em 634 estabelecimentos e domicílios, para famílias com rendimentos de 1-40 salários mínimos.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 2
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica – capitais brasileiras – maio 2014

Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês (1) (%)	Variação acumulada (%)		Porcentagem do salário mínimo
			No ano (2)	12 meses (3)	
Aracaju	241,72	1,55	12,01	0,42	36,29
Belém	315,08	1,34	6,32	2,04	47,30
Belo Horizonte	345,04	0,77	10,53	9,64	51,82
Brasília	331,19	-0,10	14,31	9,17	49,72
Curitiba	341,20	1,63	13,24	14,53	51,22
Florianópolis	350,31	-0,38	9,70	14,28	52,59
Fortaleza	304,06	5,42	11,19	2,44	45,65
Goiânia	296,77	1,19	8,05	0,96	44,55
João Pessoa	272,35	0,81	5,23	0,42	40,89
Manaus	313,12	1,12	1,76	-3,05	47,01
Natal	289,07	2,30	5,75	2,63	43,40
Porto Alegre	366,00	1,84	11,19	13,25	54,95
Recife	302,81	4,90	10,24	4,08	45,46
Salvador	277,52	1,14	4,67	7,57	41,66
São Paulo	366,54	2,43	12,01	7,16	55,03
Rio de Janeiro	348,04	0,54	10,31	8,29	52,25
Vitória	352,76	0,42	9,76	8,25	52,96

Fonte: DIEESE.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Agricultura

Tabela 3
Produção física e área plantada dos principais produtos – Bahia – 2013/2014

Lavouras	Produção física (t)			Área plantada (ha)		
	2013 (1)	2014 (2)	Variação (%)	2013 (1)	2014 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	104.841	80.336	-23,4	7.576	4.574	-39,6
Algodão herbáceo	924.981	1.245.780	34,7	295.535	357.796	21,1
Alho	6.740	6.959	3,2	640	573	-10,5
Amendoim	3.747	3.777	0,8	3.386	3.539	4,5
Arroz total	16.027	10.207	-36,3	10.658	9.271	-13,0
Batata-inglesa	81.250	52.090	-35,9	2.094	1.306	-37,6
Cana-de-açúcar	6.753.539	5.954.976	-11,8	124.474	105.371	-15,3
Cebola	112.858	345.052	205,7	4.958	8.416	69,7
Feijão total	248.005	320.418	29,2	460.239	485.565	5,5
Feijão 1ª safra	39.987	95.513	138,9	202.255	246.278	21,8
Feijão 2ª safra	208.018	224.905	8,1	257.984	239.287	-7,2
Fumo	3.203	3.162	-1,3	3.341	3.163	-5,3
Mamona	9.645	46.950	386,8	75.979	57.863	-23,8
Mandioca	1.851.524	2.087.523	12,7	183.368	265.990	45,1
Milho total	2.114.626	3.190.065	50,9	678.182	820.254	20,9
Milho 1ª safra	1.422.086	2.478.958	74,3	379.221	549.831	45,0
Milho 2ª safra	692.540	711.107	2,7	298.961	270.423	-9,5
Soja	2.765.533	3.770.042	36,3	1.211.267	1.280.329	5,7
Sorgo granífero	47.369	79.718	68,3	99.445	98.727	-0,7
Tomate	204.792	263.069	28,5	4.223	5.856	38,7
Permanentes						
Banana (4)	1.113.304	1.160.854	4,3	76.856	80.433	4,7
Cacau	158.109	163.566	3,5	550.712	544.705	-1,1
Café total	162.464	169.284	4,2	179.316	167.611	-6,5
Café arábica	111.026	119.237	7,4	138.115	127.260	-7,9
Café cenephora	51.438	50.047	-2,7	41.201	40.351	-2,1
Castanha-de-cajú	4.269	5.112	19,7	23.257	22.962	-1,3
Coco-da-baía (3)	566.214	563.870	-0,4	82.083	80.445	-2,0
Guaraná	2.672	2.691	0,7	6.922	6.972	0,7
Laranja (4)	994.841	996.295	0,1	72.926	72.925	0,0
Pimenta-do-reino	4.049	4.261	5,2	1.907	1.925	0,9
Sisal	143.122	118.523	-17,2	255.074	255.640	0,2
Uva	52.808	58.287	10,4	2.395	1.987	-17,0

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2013.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), maio de 2014 (dados sujeitos a retificação).

(3) Produção física em mil frutos.

(4) Produção física em tonelada.

Tabela 4
Área colhida e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2013/2014

Lavouras	Área colhida (ha)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2013 (1)	2014 (2)	Variação (%)	2013 (1)	2014 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	5.280	3.702	-29,9	19.856	21.701	9,3
Algodão herbáceo	294.471	357.324	21,3	3.141	3.486	11,0
Alho	640	573	-10,5	10.531	12.145	15,3
Amendoim	3.364	3.539	5,2	1.114	1.067	-4,2
Arroz total	10.658	9.271	-13,0	1.504	1.101	-26,8
Batata-inglesa	2.094	1.306	-37,6	38.801	39.885	2,8
Cana-de-açúcar	117.545	99.445	-15,4	57.455	59.882	4,2
Cebola	4.958	8.416	69,7	22.763	41.000	80,1
Feijão total	374.240	473.251	26,5	663	677	2,2
Feijão 1ª safra	142.269	233.964	64,5	281	408	45,2
Feijão 2ª safra	231.971	239.287	3,2	897	940	4,8
Fumo	3.243	3.153	-2,8	988	1.003	1,5
Mamona	30.280	57.613	90,3	319	815	155,8
Mandioca	177.966	177.768	-0,1	10.404	11.743	12,9
Milho total	570.569	795.944	39,5	3.706	4.008	8,1
Milho 1ª safra	290.665	525.521	80,8	4.893	4.717	-3,6
Milho 2ª safra	279.904	270.423	-3,4	2.474	2.630	6,3
Soja	1.211.267	1.280.329	5,7	2.283	2.945	29,0
Sorgo granífero	93.052	98.617	6,0	509	808	58,8
Tomate	4.223	5.856	38,7	48.494	44.923	-7,4
Permanentes						
Banana (4)	73.797	76.688	3,9	15.086	15.137	0,3
Cacau	533.249	534.299	0,2	297	306	3,2
Café total	160.110	160.452	0,2	1.015	1.055	4,0
Café arábica	124.573	125.429	0,7	891	951	6,7
Café cenephora	35.537	35.023	-1,4	1.447	1.429	-1,3
Castanha-de-cajú	22.959	22.877	-0,4	186	223	20,2
Coco-da-baía (3)	75.322	75.206	-0,2	7.517	7.498	-0,3
Guaraná	6.669	6.719	0,7	401	401	0,0
Laranja (4)	63.202	63.134	-0,1	15.741	15.781	0,3
Pimenta-do-reino	1.762	1.925	9,3	2.298	2.214	-3,7
Sisal	168.775	150.389	-10,9	848	788	-7,1
Uva	2.357	1.985	-15,8	22.405	29.364	31,1

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2013.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), maio de 2014 (dados sujeitos à retificação).

(3) Rendimento médio em frutos por hectare.

(4) Rendimento médio em quilo por hectare.

Indústria

Tabela 5
Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – abr. 2014

(%)

Classes e gêneros	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
Indústria geral	-0,5	-1,6	3,0
Indústrias extrativas	3,8	4,8	1,2
Indústrias de transformação	-0,8	-1,9	3,1
Produtos alimentícios	3,5	2,7	0,1
Bebidas	-21,9	-7,6	-7,8
Couros, artigos para viagem e calçados	-17,7	-11,1	-11,8
Celulose, papel e produtos de papel	-8,0	-1,5	-1,4
Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	9,5	8,2	9,8
Outros produtos químicos	4,4	8,7	0,7
Produtos de borracha e de material plástico	-1,5	-0,8	-1,6
Produtos de minerais não-metálicos	-17,2	-3,7	1,7
Metalurgia	-0,4	-3,4	15,5
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	-28,3	-33,0	-19,9
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-10,4	-28,2	-2,2

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 6
Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – abr. 2013-abr. 2014

(%)

Períodos	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
Abril 2013	15,7	10,0	6,2
Maio	7,5	9,5	6,7
Junho	11,1	9,8	8,1
Julho	15,0	10,5	9,3
Agosto	7,5	10,1	9,8
Setembro	8,0	9,9	10,3
Outubro	-1,4	8,7	9,9
Novembro	2,1	8,1	8,9
Dezembro	-3,7	7,0	7,0
Janeiro 2014	-8,1	-8,1	5,2
Fevereiro	-1,2	-4,9	4,7
Março	2,7	-2,3	4,4
Abril 2014	-0,8	-1,9	3,1

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Energia

Tabela 7
Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – abr. 2014

(%)

Classes	No mês (3)	Mensal (4)	Acumulado no ano (5)	12 meses (6)
Rural/Irrigação	1,0	-11,9	-6,4	3,1
Residencial	1,0	0,0	5,8	9,1
Industrial (1)	1,0	1,5	3,4	0,1
Comercial	1,0	-1,2	3,2	5,3
Utilidades públicas (2)	1,2	3,0	2,7	5,2
Setor público	0,9	-9,5	0,9	8,3
Concessionária	1,0	-8,5	-2,9	3,1
Total	1,0	-0,6	3,3	4,3

Fonte: Chesf, Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf.

(2) Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração elétrica.

(3) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(4) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(5) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(6) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Serviços

Tabela 8
Variação no volume de vendas no varejo (1) – Bahia – abr. 2014

(%)

Classes e gêneros	Mensal (2)	No ano (3)	12 meses (4)
Comércio varejista	3,6	8,0	5,1
Combustíveis e lubrificantes	-3,0	11,1	-0,4
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	7,8	4,8	3,1
Hipermercados e supermercados	8,4	6,4	5,4
Tecidos, vestuário e calçados	-6,8	-0,3	2,1
Móveis e eletrodomésticos	1,0	5,2	9,7
Móveis	-2,8	-1,3	5,1
Eletrodomésticos	4,2	9,8	13,6
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	11,6	25,3	20,2
Livros, jornais, revistas e papelaria	2,2	21,7	19,3
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-15,4	-5,7	-13,9
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	18,9	16,5	14,9
Comércio varejista ampliado	0,5	4,3	2,5
Veículos, motos, partes e peças	-3,4	-2,7	-4,0
Material de construção	-10,0	0,4	6,0

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Dados deflacionados pelo IPCA.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 9
Total de cheques compensados – Bahia – maio 2013-maio 2014

(%)

Períodos	Quantidade				Valor (R\$)		
	No mês (1)	Mensal (2)	Ano (3)	12 meses (4)	Mensal (2)	Ano (3)	12 meses (4)
Maio 2013	-5,5	-8,6	-14,9	-17,6	-1,9	-7,8	-11,0
Junho	-9,2	-8,8	-14,0	-16,7	-1,8	-6,9	-9,9
Julho	17,3	-5,5	-12,8	-16,4	2,9	-5,5	-9,3
Agosto	-8,3	-10,4	-12,6	-15,1	-4,4	-5,4	-8,1
Setembro	-3,0	0,3	-11,3	-13,0	5,6	-4,3	-6,0
Outubro	10,5	-8,9	-11,1	-12,6	0,6	-3,8	-5,5
Novembro	-12,0	-9,2	-10,9	-11,8	-0,3	-3,5	-4,5
Dezembro	12,8	3,8	-9,8	-9,8	10,4	-2,4	-2,4
Janeiro	-5,8	-11,8	-11,8	-9,5	-2,8	-2,8	-2,0
Fevereiro	-10,7	-1,4	-7,2	-7,9	9,3	2,6	-0,1
Março	2,0	-6,2	-6,9	-6,5	-0,4	1,6	1,3
Abril	-0,9	-16,6	-9,4	-7,2	-8,0	-1,0	0,6
Maio 2014	0,7	-11,1	-9,8	-7,3	-1,1	-1,0	0,6

Fonte: Banco Central do Brasil.

Elaboração: SE/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 10
Exportações, principais segmentos – Bahia – jan.-maio 2013/2014

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. (%)	Part. (%)	Var. (%) preço médio
	2013	2014			
Papel e celulose	673.589	702.578	4,30	19,07	-4,18
Químicos e petroquímicos	743.880	653.974	-12,09	17,75	-11,10
Petróleo e derivados	509.759	650.263	27,56	17,65	1,97
Soja e derivados	515.259	455.297	-11,64	12,36	-3,89
Metalúrgicos	354.775	236.913	-33,22	6,43	-12,77
Automotivo	334.372	232.278	-30,53	6,30	-0,67
Metais preciosos	173.460	111.710	-35,60	3,03	-43,95
Borracha e suas obras	114.826	100.096	-12,83	2,72	11,31
Café e especiarias	42.688	76.333	78,81	2,07	17,45
Cacau e derivados	77.235	75.575	-2,15	2,05	-0,93
Couros e peles	56.344	69.354	23,09	1,88	11,38
Algodão e seus subprodutos	83.724	53.127	-36,54	1,44	-5,39
Sisal e derivados	33.888	43.876	29,48	1,19	28,53
Minerais	22.903	41.816	82,58	1,13	-16,40
Frutas e suas preparações	25.664	34.684	35,14	0,94	0,94
Máquinas, aparelhos e materiais mecânicos e elétricos	24.556	30.434	23,94	0,83	47,43
Calçados e suas partes	34.286	23.996	-30,01	0,65	24,45
Fumo e derivados	16.183	18.870	16,60	0,51	-24,66
Milho e derivados	14	1.221	8.428,65	0,03	-32,77
Móveis e semelhantes	131	332	154,40	0,01	45,17
Embarcações e est. flutuantes	-	-	-	-	-
Demais segmentos	79.233	71.927	-9,22	1,95	-9,68
Total	3.916.769	3.684.653	-5,93	100,00	-11,23

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 09/06/2014

Elaboração: SEI

Tabela 11
Exportações, principais países – Bahia – jan.-maio 2013/2014

Países	Pest (ton)		Var. %	(US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %
	2013	2014		2013	2014		
China	956.612	858.130	-10,29	729.732	608.300	-16,64	16,51
Estados Unidos	423.319	401.876	-5,07	547.453	477.989	-12,69	12,97
Antilhas Holandesas	472.847	656.545	38,85	289.018	412.085	42,58	11,18
Argentina	125.522	102.591	-18,27	465.494	403.211	-13,38	10,94
Países Baixos (Holanda)	569.521	398.474	-30,03	394.186	251.626	-36,17	6,83
Alemanha	132.335	288.055	117,67	124.338	164.371	32,20	4,46
México	56.896	101.018	77,55	133.674	144.295	7,95	3,92
Bélgica	162.349	172.982	6,55	93.024	108.475	16,61	2,94
Itália	102.086	140.610	37,74	83.928	88.430	5,36	2,40
Cingapura	42.189	126.806	200,57	28.599	88.369	208,99	2,40
França	116.258	139.203	19,74	69.752	81.687	17,11	2,22
Coreia do Sul	52.254	48.422	-7,33	82.241	74.296	-9,66	2,02
Espanha	129.253	92.916	-28,11	87.652	67.112	-23,43	1,82
Colômbia	40.645	28.703	-29,38	87.800	61.368	-30,10	1,67
Canadá	3.088	2.919	-5,45	69.766	52.929	-24,13	1,44
Japão	12.477	56.172	350,22	24.635	46.208	87,57	1,25
Uruguai	32.018	46.873	46,40	33.631	43.979	30,77	1,19
Hong Kong	21.644	46.793	116,20	27.585	41.401	50,09	1,12
Finlândia	8.542	33.787	295,54	17.444	37.409	114,45	1,02
Chile	25.961	12.688	-51,12	45.829	35.946	-21,56	0,98
Indonésia	22.833	12.727	-44,26	44.529	34.794	-21,86	0,94
Suíça	698	423	-39,43	49.081	25.278	-48,50	0,69
Taiwan (Formosa)	52.148	41.998	-19,46	37.493	24.364	-35,02	0,66
Emirados Árabes Unidos	686	11.955	1.644,01	3.159	24.173	665,30	0,66
Romênia	61	45.014	73.444,72	363	23.912	6.493,70	0,65
Reino Unido	20.463	24.518	19,81	19.132	16.878	-11,78	0,46
Venezuela	7.921	6.300	-20,46	29.660	16.816	-43,30	0,46
Costa Rica	3.704	2.553	-31,07	24.863	12.567	-49,45	0,34
Bolívia	2.800	3.162	12,95	11.515	12.276	6,61	0,33
Peru	9.433	5.565	-41,00	25.245	11.777	-53,35	0,32
Demais países	224.445	150.310	-33,03	235.951	192.330	-18,49	5,22
Total	3.831.007	4.060.090	5,98	3.916.769	3.684.653	-5,93	100,00

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 09/06/2014

Elaboração: SEI

INDICADORES SOCIAIS

Emprego

Tabela 12

Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e de desemprego total – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2013-maio 2014

(%)

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		População total (1)
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Participação (PEA/PIA)	Desemprego total (DES/PEA)	
Janeiro 2013	1.880	125,6	1.555	141,5	325	81,7	1.222	127,6	60,6	17,3	3.557
Fevereiro	1.864	124,5	1.517	138,0	347	87,2	1.243	129,7	60,0	18,6	3.561
Março	1.873	125,1	1.504	136,9	369	92,7	1.239	129,3	60,2	19,7	3.565
Abril	1.845	123,2	1.472	133,9	373	93,7	1.272	132,8	59,2	20,2	3.569
Maio	1.835	122,6	1.473	134,0	362	91,0	1.286	134,2	58,8	19,7	3.573
Junho	1.822	121,7	1.474	134,1	348	87,4	1.304	136,1	58,3	19,1	3.577
Julho	1.844	123,2	1.499	136,4	345	86,7	1.287	134,3	58,9	18,7	3.581
Agosto	1.872	125,1	1.531	139,3	341	85,7	1.264	131,9	59,7	18,2	3.585
Setembro	1.893	126,5	1.556	141,6	337	84,7	1.247	130,2	60,3	17,8	3.589
Outubro	1.881	125,7	1.559	141,9	322	80,9	1.264	131,9	59,8	17,1	3.593
Novembro	1.877	125,4	1.560	141,9	317	79,6	1.272	132,8	59,6	16,9	3.597
Dezembro	1.864	124,5	1.549	140,9	315	79,1	1.290	134,7	59,1	16,9	3.601
Janeiro 2014	1.886	126,0	1.565	142,4	321	80,7	1.273	132,9	59,7	17,0	3.605
Fevereiro	1.886	126,0	1.552	141,2	334	83,9	1.278	133,4	59,6	17,7	3.609
Março	1.882	125,7	1.549	140,9	333	83,7	1.286	134,2	59,4	17,7	3.613
Abril	1.888	126,1	1.554	141,4	334	83,9	1.285	134,1	59,5	17,7	3.617
Maio	1.878	125,5	1.549	140,9	329	82,7	1.300	135,7	59,1	17,5	3.621
Variação mensal (%)											
Maio 2014/abr. 2014	-0,5		-0,3		-1,5		1,2		-0,7		-1,1
Variação no ano (%)											
Maio 2014/dez. 2013	0,8		0,0		4,4		0,8		0,0		3,6
Variação anual (%)											
Maio 2014/maio 2013	2,3		5,2		-9,1		1,1		0,5		-11,2

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Em 1000 pessoas.

(2) Base: média de 2000 = 100.

Nota: Projeções populacionais ajustadas com base no Censo de 2010. Ver nota técnica nº 8.

Tabela 13

Taxas de desemprego, por tipo de desemprego

Região Metropolitana de Salvador, município de Salvador e demais municípios da Região Metropolitana de Salvador – jan. 2013-maio 2014

(%)

Trimestres	Taxas de desemprego, por tipo										
	Região Metropolitana de Salvador – RMS					Município de Salvador			Demais municípios da Região Metropolitana		
	Total	Aberto	Oculto			Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto
			Total	Precário	Desalento						
Janeiro 2013	17,3	11,6	5,7	4,8	(1)	16,2	10,7	5,5	21,1	14,4	6,7
Fevereiro	18,6	12,5	6,1	5,0	(1)	17,2	11,3	5,8	23,7	16,8	6,9
Março	19,7	13,4	6,3	5,0	1,3	18,3	12,4	6,0	25,5	17,6	7,9
Abril	20,2	14,5	5,7	4,4	1,3	19,2	13,6	5,6	24,3	18,2	(1)
Maio	19,7	14,6	5,0	3,9	(1)	18,2	13,5	4,7	25,3	19,1	6,3
Junho	19,1	14,1	5,0	3,9	(1)	17,5	12,5	5,0	25,2	20,1	(1)
Julho	18,7	13,4	5,4	4,4	(1)	16,9	11,8	5,2	25,5	19,3	6,1
Agosto	18,2	12,9	5,4	4,4	(1)	17,1	11,8	5,3	22,5	16,9	5,6
Setembro	17,8	12,8	5,0	4,0	(1)	16,6	12,0	4,6	22,2	15,9	6,3
Outubro	17,1	12,5	4,6	3,6	(1)	16,4	11,8	4,6	20,0	15,2	(1)
Novembro	16,9	12,5	4,4	3,5	(1)	16,0	11,8	4,2	20,4	15,1	5,3
Dezembro	16,9	12,4	4,5	3,7	(1)	16,0	11,6	4,4	20,2	15,3	(1)
Janeiro 2014	17,0	12,4	4,6	3,9	(1)	16,0	11,8	4,3	20,6	14,8	5,8
Fevereiro	17,7	12,8	5,0	4,3	(1)	16,4	12,0	4,5	22,2	15,6	6,7
Março	17,7	12,8	4,9	4,2	(1)	16,8	12,2	4,6	20,8	14,8	6,0
Abril	17,7	12,9	4,8	4,1	(1)	16,8	12,1	4,7	20,7	15,4	5,2
Maio	17,5	12,9	4,6	4,0	(1)	16,8	12,2	4,6	20,2	15,9	(1)
Variação mensal											
Maio 2014/abr. 2014	-1,1	0,0	-4,2	-2,4	–	0,0	0,8	-2,1	-2,4	3,2	–
Variação no ano											
Maio 2014/dez. 2013	3,6	4,0	2,2	8,1	–	5,0	5,2	4,5	0,0	3,9	–
Variação anual											
Maio 2014/maio 2013	-11,2	-11,6	-8,0	2,6	–	-7,7	-9,6	-2,1	-20,2	-16,8	–

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 14

Distribuição dos ocupados, por setor e CNAE 2.0 domiciliar – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2013-maio 2014

Períodos	Distribuição dos ocupados, por setor e CNAE 2.0 domiciliar										(%)
	Total geral (1)	Indústria de transformação (2)	Construção (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Total (5)	Transporte, armazenagem e Correio (6)	Informação e comunicação; finanças, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais científicas e técnicas (7)	Atividades administrativas e serviços complementares (8)	Administração pública, defesa e segurança social; educação, saúde humana e serviços sociais (9)	Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (10)	Serviços domésticos (11)
Janeiro 2013	100,0	8,9	9,3	19,4	59,9	6,0	5,9	8,2	17,5	13,9	7,8
Fevereiro	100,0	9,0	9,2	20,3	58,9	6,3	6,0	7,5	17,2	13,4	7,9
Março	100,0	8,2	9,2	20,5	59,2	5,9	6,0	7,5	17,6	13,4	8,2
Abril	100,0	7,9	9,7	20,0	59,6	5,9	5,8	7,9	18,2	13,5	7,9
Maio	100,0	8,3	9,8	19,5	59,5	5,9	5,4	8,5	18,4	12,8	8,1
Junho	100,0	8,9	9,4	18,5	60,3	6,7	5,5	8,4	18,1	12,8	8,4
Julho	100,0	8,8	9,3	18,1	60,9	6,6	5,9	8,2	18,6	12,4	8,6
Agosto	100,0	8,6	9,2	18,3	60,9	6,4	5,7	8,2	18,4	13,1	8,5
Setembro	100,0	8,3	9,4	19,5	60,1	6,0	5,6	8,5	18,4	13,2	7,9
Outubro	100,0	8,7	9,5	19,9	59,2	6,0	5,0	8,4	17,7	13,4	8,0
Novembro	100,0	8,6	9,6	20,1	59,2	5,7	5,4	8,4	18,5	12,7	7,9
Dezembro	100,0	8,8	10,1	19,4	59,2	5,9	5,3	8,1	18,7	12,4	8,0
Janeiro 2014	100,0	8,5	10,0	19,9	59,1	5,7	5,2	8,9	18,5	12,4	7,8
Fevereiro	100,0	8,5	10,2	19,5	59,5	6,2	4,9	9,5	17,5	12,6	8,2
Março	100,0	8,0	10,2	19,9	59,7	6,1	5,0	9,5	17,2	12,9	8,3
Abril	100,0	8,4	10,2	19,3	60,1	5,8	5,4	8,8	18,1	12,9	8,5
Maio	100,0	8,0	10,2	19,6	60,1	5,3	5,4	8,9	18,4	13,4	8,1

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(-) Dados não disponíveis. A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010.

(1) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar.

(2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(3) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Inclui atividades imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar).

(6) Seção H da CNAE 2.0 domiciliar.

(7) Seções J,K,M da CNAE 2.0 domiciliar.

(8) Seção N da CNAE 2.0 domiciliar.

(9) Seções O,P,Q da CNAE 2.0 domiciliar.

(10) Seções I,S,R da CNAE 2.0 domiciliar.

(11) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar.

Nota: Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 15
Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2013-maio 2014

(%)

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros (2)
	Total (1)	Assalariado priv. c/carteira assin.	Assalariado priv. s/carteira	Assalariado público	Total	Autônomo trab. p/público	Autônomo trab. p/empresa			
Janeiro 2013	68,4	50,6	7,8	9,9	19,9	18,5	1,4	2,7	7,8	(3)
Fevereiro	67,9	50,9	7,6	9,4	20,0	18,5	1,5	2,7	7,9	1,5
Março	68,0	50,6	7,9	9,4	19,8	18,2	1,6	2,5	8,2	1,5
Abril	68,7	51,2	7,9	9,6	19,7	18,3	(3)	2,3	7,9	(3)
Maio	68,5	51,4	7,7	9,4	20,0	18,7	(3)	2,2	8,1	(3)
Junho	67,6	50,6	7,7	9,3	20,8	19,4	(3)	2,1	8,4	(3)
Julho	66,3	48,8	8,0	9,5	21,1	19,5	1,7	2,5	8,6	(3)
Agosto	66,8	48,6	8,3	10,0	20,6	18,9	1,7	2,6	8,5	1,5
Setembro	67,2	49,3	8,3	9,5	20,7	19,1	1,6	2,8	7,9	1,4
Outubro	67,6	50,4	7,9	9,3	20,6	19,2	1,4	2,5	8,0	1,3
Novembro	67,5	50,3	7,7	9,5	20,3	19,1	(3)	2,6	7,9	1,7
Dezembro	68,5	51,3	7,2	10,0	19,1	17,8	(3)	2,7	8,0	1,7
Janeiro 2014	69,2	51,7	7,6	9,8	18,5	17,2	1,3	2,7	7,8	1,8
Fevereiro	69,5	51,9	8,1	9,5	18,1	16,8	(3)	2,7	8,2	1,5
Março	68,6	51,2	8,4	9,1	18,7	17,5	(3)	2,7	8,3	1,7
Abril	68,4	50,9	7,8	9,7	18,2	16,9	(3)	3,0	8,5	1,9
Maio	68,6	51,9	7,0	9,7	18,5	17,1	1,4	2,8	8,1	2,0

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Incluem os que não informaram o segmento em que trabalham.

(2) Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 16
Rendimento médio real trimestral dos ocupados, assalariados e autônomos no trabalho principal
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2013-abr. 2014

(R\$)

Trimestres	Rendimento médio real					
	Ocupados (1)		Assalariados (2)		Autônomos	
	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)
Janeiro 2013	1.172	97,9	1.273	96,2	879	108,5
Fevereiro	1.162	97,1	1.265	95,6	879	108,5
Março	1.153	96,4	1.261	95,3	841	103,8
Abril	1.145	95,7	1.259	95,1	852	105,1
Maio	1.149	96,0	1.261	95,2	894	110,4
Junho	1.191	99,5	1.308	98,8	937	115,7
Julho	1.212	101,3	1.328	100,4	934	115,3
Agosto	1.217	101,7	1.324	100,0	948	117,0
Setembro	1.183	98,9	1.288	97,3	930	114,8
Outubro	1.205	100,7	1.289	97,4	982	121,3
Novembro	1.216	101,6	1.298	98,0	956	118,1
Dezembro	1.241	103,7	1.321	99,8	996	123,0
Janeiro 2014	1.214	101,4	1.298	98,0	951	117,4
Fevereiro	1.195	99,8	1.291	97,5	949	117,1
Março	1.198	100,1	1.285	97,1	928	114,6
Abril	1.206	100,7	1.302	98,3	926	114,4
Variação mensal (%)						
Abr. 2014/mar. 2014		0,6		1,3		-0,2
Variação no ano (%)						
Abr. 2014/dez. 2013		-2,9		-1,4		-7,0
Variação anual (%)						
Abr. 2014/abr. 2013		5,2		3,4		8,8

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado: IPC-SEI; valores em reais de abril de 2014.

(4) Base: média de 2000 = 100.

Tabela 17

Rendimento médio real trimestral dos ocupados, por grau de instrução (1) – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2013-abr. 2014
(R\$)

Períodos	Total (2)	Rendimento médio real trimestral dos ocupados				
		Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2013	1.172	(3)	775	857	1.170	2.858
Fevereiro	1.162	(3)	756	857	1.172	2.870
Março	1.153	(3)	738	863	1.159	2.814
Abril	1.145	(3)	732	857	1.162	2.678
Maiο	1.149	(3)	767	861	1.162	2.598
Junho	1.191	(3)	791	876	1.190	2.633
Julho	1.212	(3)	816	888	1.209	2.730
Agosto	1.217	(3)	801	897	1.205	2.826
Setembro	1.183	(3)	807	897	1.186	2.691
Outubro	1.205	(3)	828	896	1.187	2.725
Novembro	1.216	(3)	837	922	1.195	2.747
Dezembro	1.241	(3)	830	908	1.212	2.956
Janeiro 2014	1.214	(3)	808	890	1.185	2.978
Fevereiro	1.195	(3)	820	862	1.166	2.924
Março	1.198	(3)	824	861	1.164	2.840
Abril	1.206	(3)	814	884	1.161	2.835
Variação mensal (%)						
Abr. 2014/mar. 2014	0,6	–	-1,3	2,7	-0,3	-0,2
Variação no ano (%)						
Abr. 2014/dez. 2013	-2,9	–	-2,0	-2,7	-4,2	-4,1
Variação anual (%)						
Abr. 2014/abr. 2013	5,2	–	11,3	3,1	-0,1	5,9

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: IPC - SEI; valores em reais de abril de 2014.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 18

Rendimento médio real trimestral dos assalariados no setor público e privado, por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não-assinada pelo atual empregador (1) – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2013-abr. 2014

Trimestres	Total geral (2)	Assalariados no setor privado						Assalariados do setor público (6)
		Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho		
			Indústria de transformação (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Serviços (5)	Assinada	Não-assinada	
Janeiro 2013	1.273	1.148	1.558	939	1.125	1.211	721	2.127
Fevereiro	1.265	1.136	1.526	959	1.105	1.197	739	2.236
Março	1.261	1.127	1.518	959	1.100	1.189	727	2.263
Abril	1.259	1.126	1.488	991	1.091	1.189	714	2.246
Maio	1.261	1.122	1.376	960	1.117	1.188	696	2.238
Junho	1.308	1.157	1.402	962	1.130	1.224	737	2.330
Julho	1.328	1.168	1.511	931	1.132	1.229	794	2.349
Agosto	1.324	1.168	1.575	974	1.112	1.235	774	2.362
Setembro	1.288	1.154	1.571	971	1.105	1.220	727	2.225
Outubro	1.289	1.158	1.552	990	1.110	1.234	669	2.204
Novembro	1.298	1.163	1.460	985	1.128	1.234	667	2.207
Dezembro	1.321	1.173	1.450	1.015	1.131	1.237	755	2.341
Janeiro 2014	1.298	1.149	1.398	985	1.120	1.209	781	2.360
Fevereiro	1.291	1.146	1.431	958	1.128	1.209	779	2.346
Março	1.285	1.141	1.427	934	1.131	1.204	739	2.296
Abril	1.302	1.158	1.531	955	1.129	1.212	769	2.344
Variação mensal (%)								
Abr. 2014/mar. 2014	1,3	1,5	7,2	2,2	-0,2	0,6	4,0	2,1
Variação no ano (%)								
Abr. 2014/dez. 2013	-1,4	-1,2	5,6	-5,9	-0,2	-2,0	1,8	0,1
Variação anual (%)								
Abr. 2014/abr. 2013	3,4	2,9	2,8	-3,6	3,5	1,9	7,7	4,4

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos. Inflator utilizado: IPC-SEI; valores em reais de abril de 2014.

(2) Incluem os que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

(3) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Seções H a S da CNAE 2.0 domiciliar e excluem os serviços domésticos.

(6) Incluem os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).

Nota: Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 19

Rendimento real trimestral máximo e mínimo dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2013-abr. 2014

Períodos	Rendimento médio real trimestral									
	Ocupados (2)					Assalariados (3)				
	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de
Janeiro 2013	371	671	816	1.295	2.167	671	722	867	1.326	2.275
Fevereiro	372	670	808	1.278	2.157	670	721	862	1.316	2.336
Março	370	717	808	1.270	2.129	717	722	851	1.320	2.318
Abril	368	713	810	1.269	2.124	713	720	849	1.347	2.216
Mai	367	712	831	1.263	2.105	712	717	878	1.367	2.242
Junho	367	712	840	1.263	2.309	712	713	900	1.368	2.520
Julho	386	709	836	1.263	2.348	709	713	912	1.410	2.520
Agosto	410	708	835	1.259	2.382	708	711	908	1.390	2.567
Setembro	417	708	835	1.253	2.121	707	708	909	1.407	2.375
Outubro	417	708	835	1.355	2.318	706	708	918	1.405	2.401
Novembro	415	706	835	1.355	2.297	703	708	934	1.410	2.379
Dezembro	411	702	833	1.354	2.390	696	706	933	1.412	2.493
Janeiro 2014	405	696	830	1.317	2.229	688	718	912	1.374	2.310
Fevereiro	405	695	820	1.316	2.192	689	731	908	1.391	2.329
Março	405	727	810	1.311	2.228	709	730	908	1.405	2.329
Abril	403	725	827	1.305	2.278	724	730	903	1.405	2.500
Variação mensal (%)										
Abr. 2014/mar. 2014	-0,4	-0,3	2,1	-0,5	2,3	2,2	0,0	-0,5	0,0	7,3
Variação no ano (%)										
Abr. 2014/dez. 2013	-1,9	3,2	-0,7	-3,6	-4,7	4,0	3,3	-3,3	-0,5	0,3
Variação anual (%)										
Abr. 2014/abr. 2013	9,4	1,6	2,1	2,8	7,3	1,5	1,4	6,3	4,3	12,8

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: IPC-SEI; valores em reais de abril de 2014.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Emprego formal

Tabela 20
Flutuação mensal do emprego
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2013-abr. 2014

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2013 (2)	2.665	1.936	-1.187	-184	1.292
Declaração fora do prazo	14.904	762	5.796	1.733	6.126
Com ajuste (3)	17.569	2.698	4.609	1.549	7.418
Janeiro	-678	520	-19	-1.197	141
Fevereiro	140	137	-734	-672	1.138
Março	-158	4	972	-1.129	495
Abril	3.164	-63	1.078	-242	1.952
Mai	208	611	106	324	-929
Junho	-1.219	-42	-1.214	-643	717
Julho	-1.069	402	655	-417	-2.065
Agosto	1.206	335	-150	235	667
Setembro	2.604	550	2.403	1.097	-1.654
Outubro	-2.653	249	-2.230	527	-1.576
Novembro	5.436	-188	-298	2.197	4.336
Dezembro	-4.316	-579	-1.756	-264	-1.930
2014 (2)	2.226	-15	-624	-2.690	5.316
Declaração fora do prazo	4.039	349	1.089	-227	2.969
Com ajuste (3)	6.265	334	465	-2.917	8.285
Janeiro	1.769	20	-157	-760	2.762
Fevereiro	3.634	51	-359	404	3.237
Março	-1.551	33	759	-1.483	-1.053
Abril	-1.626	-119	-867	-851	370

Fonte: MTE–Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano.

(3) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano até abril.

Tabela 21
Flutuação mensal do emprego – Bahia – jan. 2013-abr. 2014

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2013 (2)	23.605	1.329	7.324	7.259	8.253
Declaração fora do prazo	27.665	1.604	8.241	4.828	10.650
Com ajuste (3)	51.270	2.933	15.565	12.087	18.903
Janeiro	-628	-11	855	-2.244	399
Fevereiro	-1.076	-373	86	-1.088	1.165
Março	375	-554	1.133	-1.235	570
Abril	10.186	564	2.783	456	2.969
Maio	4.568	1.852	1.192	788	-82
Junho	1.436	467	-377	-94	861
Julho	3.280	475	2.051	-341	-815
Agosto	3.955	460	790	1.577	1.242
Setembro	6.203	768	3.445	3.078	-1.170
Outubro	-2.419	159	-1.955	1.689	-864
Novembro	7.962	-804	713	4.335	6.339
Dezembro	-10.237	-1.674	-3.392	338	-2.361
2014 (2)	12.927	2.034	-1.327	-1.702	9.983
Declaração fora do prazo	12.166	1.768	121	1.098	5.466
Com ajuste (3)	25.093	3.802	-1.206	-604	15.449
Janeiro	3.994	1.058	991	-1.092	3.188
Fevereiro	7.420	228	169	1.434	5.070
Março	631	566	15	-1.749	446
Abril	882	182	-2.502	-295	1.279

Fonte: MTE–Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano.

(3) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano até abril.

FINANÇAS PÚBLICAS

União

(Continua)

Tabela 22
Demonstrativo das receitas da União – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2013/2014

Receita realizada	2014			2013		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Receita (exceto intraorçamentária) (I)	272.282.495	315.540.501	587.822.996	245.832.357	233.158.504	478.990.861
Receitas correntes	222.219.255	208.456.864	430.676.119	206.328.805	191.121.991	397.450.796
Receita tributária	76.755.446	72.625.189	149.380.635	71.605.855	65.774.555	137.380.410
Impostos	76.006.807	69.424.678	145.431.485	70.885.489	62.532.598	133.418.087
Taxas	748.639	3.200.510	3.949.149	720.366	3.241.956	3.962.322
Receita de contribuições	113.640.871	106.914.184	220.555.055	106.456.744	99.121.605	205.578.349
Contribuições sociais	112.077.296	103.973.345	216.050.641	104.988.858	96.656.877	201.645.735
Contribuições econômicas	1.563.575	2.940.839	4.504.414	1.467.885	2.464.728	3.932.613
Receita patrimonial	14.471.549	15.811.264	30.282.813	10.651.712	10.863.231	21.514.943
Receitas imobiliárias	170.865	170.117	171.035.117	187.334	202.775	390.109
Receitas de valores mobiliários	5.185.877	7.474.684	12.660.561	1.786.469	2.795.412	4.581.881
Receita de concessões e permissões	755.022	23.621	75.525.821	292.807	979.570	1.272.377
Compensações financeiras	8.289.356	7.863.863	16.153.219	7.990.852	6.833.316	14.824.168
Receita de outorga e título oneroso	0	0	0	0	0	0
Receita de cessão de direitos	68.106	66.486	68.172.486	382.028	51.559	433.587
Outras receitas patrimoniais	2322	-96	2.226	12221	600	12.821
Receita agropecuária	4.014	5.394	4.019.394	4.121	3.882	8.003
Receita da produção vegetal	2.036	3.519	2.039.519	2.382	2.319	4.701
Receita da produção animal e derivados	1.977	1.874	1.978.874	1.737	1.562	3.299
Outras receitas agropecuárias	1	1	2	2	0	2
Receita industrial	48.314	113.821	48.427.821	107.112	204.987	312.099
Receita da indústria de transformação	48.314	113.821	48.427.821	107.112	204.987	312.099
Receita de serviços	10.056.884	5.673.640	15.730.524	10.385.600	7.356.904	17.742.504
Transferências correntes	75.060	77.143	75.137.143	139.060	43.771	182.831
Transferências intergovernamentais	46	0	46	0	0	0
Transferências de instituições privadas	1.508	881	2.389	3.042	579	3.621
Transferências do exterior	10937	9.247	10.946.247	1653	-6.856	(5.203)
Transferências de pessoas	92	104	196	81	236	317
Transferências de convênios	62.464	62.546	62.526.546	134.263	49.803	184.066
Transferências para o combate à fome	13	4.365	17.365	21	9	30
Receitas correntes a classificar	172	-130	42	103	327	430
Outras receitas correntes	7.166.946	7.236.360	14.403.306	6.978.499	7.752.729	14.731.228
Multas e juros de mora	3.094.659	3.347.195	6.441.854	3.020.021	3.859.067	6.879.088
Indenizações e restituições	1.053.790	920.988	1.054.710.988	922.445	671.334	1.593.779
Receita da dívida ativa	1.212.087	1.192.524	2.404.611	1.055.059	1.050.582	2.105.641
Receitas diversas	1.806.411	0	1.806.411	1.980.973	2.171.746	4.152.719
Receitas de capital	50.063.240	1.775.654	51.838.894	39.503.552	42.036.512	81.540.064
Operações de crédito	34.725.822	107.083.637	141.809.459	23.912.181	15.728.443	39.640.624
Operações de crédito internas	34.165.490	62.301.683	96.467.173	23.758.601	15.583.974	39.342.575
Operações de crédito externas	560.333	60.134.667	60.695.000	153.579	144.469	298.048
Alienação de bens	363.972	2.167.015	2.530.987	470.110	186.739	656.849
Alienação de bens móveis	348.216	210.395	348.426.395	448.088	163.097	611.185
Alienação de bens imóveis	15.755	19.639	1.595.139	22.022	23.642	45.664
Amortizações de empréstimos	6.505.806	14.004	6.505.820.004	6.900.518	6.030.495	12.931.013
Transferências de capital	41.206	5.129.924	5.171.130	28.056	20.106	48.162
Transferências de pessoas	0	49.101	49.101	0	0	0
Transferência de outras instituições públicas	0	4.524	4.524	0	4.646	4.646
Transferências de convênios	38.899	28.237	38.927.237	28.056	14.897	42.953
Outras receitas de capital	8.426.435	39.392.534	47.818.969	8.192.688	20.070.730	28.263.418
Resultado do banco central do Brasil	0	30.778.887	30.778.887	0	12.545.809	12.545.809
Remuneração das disponibilidades	8.426.101	8.613.409	17.039.510	8.192.529	7.524.706	15.717.235
Proveniente da execução de garantias	270	209	479	130	127	257
Receita dívida ativa alienação estoques de café	63	30	93	29	81	110
Receita títulos tesouro nacional resgatados	0	0	0	0	7	7

(Conclusão)

Tabela 22
Demonstrativo das receitas da União – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2013/2014

Receita realizada	2014			2013		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Outras receitas	0	0	0	0	0	0
Receita (intraorçamentária) (II)				2.042.973	5.478.446	7.521.419
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	277.490.714	321.536.408	599.027.122	247.875.330	238.636.950	486.512.280
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	79.429.231	117.780.114	197.209.345	22.077.342	116.275.348	138.352.690
Operações de crédito internas	79.429.231	116.147.275	195.576.506	22.077.342	116.275.348	138.352.690
Mobiliária	79.429.231	116.147.275	195.576.506	22.077.342	116.275.348	138.352.690
Operações de crédito externas	0	1.632.839	1.632.839	0	0	0
Mobiliária	0	1.632.839	1.632.839	0	0	0
Subtotal com refinanciamento (V) = (III+IV)	356.919.945	439.316.523	796.236.468	269.952.672	354.912.298	624.864.970
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V+VI)	356.919.945	439.316.523	796.236.468	269.952.672	354.912.298	624.864.970
Saldo de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)	-	-	-	-	-	-

Receita realizada intraorçamentária	2014			2013		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Receita (intraorçamentária) (II)	5.208.219	5.995.907	11.204.126	2.040.028	4.246.094	6.286.122
Receitas correntes	4.618.297	5.695.799	10.314.096	28	-105	-77
Receita tributária	-59	112	53	14	-218	-204
Impostos	-81	22	-59	14	114	128
Taxas	22	90	112	1.973.618	2.265.775	4.239.393
Receita de contribuições	2.585.105	2.409.505	4.994.610	1.973.616	2.265.768	4.239.384
Contribuições sociais	2.585.102	2.409.482	4.994.584	1	7	8
Contribuições econômicas	3	23	26	378	687	1.065
Receita patrimonial	479	473	952	350	580	930
Receitas imobiliárias	320	464	784	0	23	23
Receitas de valores mobiliários	0	-	-	29	84	113
Receita de concessões e permissões	159	8	167	21.812	22.440	44.252
Receita industrial	33.430	30.965	33.460.965	21.812	22.440	44.252
Receita da indústria de transformação	33.430	30.965	33.460.965	43.125	39.952	83.077
Receita de serviços	44.139	29.646	44.168.646	1.067	1.917.344	1.918.411
Outras receitas correntes	1.955.203	3.225.099	5.180.302	91	228	319
Multas e juros de mora	467	100	567	966	4.475	5.441
Indenizações e restituições	1.722	593	2.315	0	1.912.610	1.912.610
Receitas decorrentes de aportes periódicos p/ comp. ao RGPS	1.952.840	3.224.350	5.177.190	10	32	42
Receitas diversas	174	56	230	2.946	1.232.352	1.235.298
Receitas de capital	589.922	300.108	590.222.108	2.946	1.232.352	1.235.298
Operações de crédito	589.922	300.108	590.222.108	2.946	1.232.352	1.235.298
Operações de crédito internas	589.922	300.108	590.222.108	0	0	0
Alienação de bens	-	-	-	-	-	-
Alienação de bens móveis	-	-	-	-	-	-
Alienação de bens imóveis	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-
Resultado do banco central do Brasil	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital social	-	-	-	-	-	-
Remuneração das disponibilidades	-	-	-	-	-	-
Proveniente da execução de garantias	-	-	-	-	-	-
Saldo de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-
Receitas de capital diversas	-	-	-	-	-	-

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – anexo I (LRF, art. 52, Inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e §1º).

(…) Não disponível até dezembro.

Tabela 23
Demonstrativo das despesas da União – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2013/2014

Despesa executada	2014			2013		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Despesas (exceto intraorçamentária) (VIII)	228.119.080	256.659.350	484.778.430	203.644.697	244.546.500	448.191.197
Despesas correntes	205.962.275	189.164.447	395.126.722	183.691.963	227.110.244	410.802.207
Pessoal e encargos sociais	33.897.446	33.414.028	67.311.474	36.552.690	31.394.699	67.947.389
Juros e encargos da dívida	39.691.688	23.310.432	63.002.120	19.388.101	52.365.033	71.753.134
Outras despesas correntes	132.373.141	132.439.987	264.813.128	127.751.172	143.350.513	271.101.685
Transferência a estados, DF e municípios	40.914.893	42.017.774	82.932.667	44.071.292	38.099.182	82.170.474
Benefícios previdenciários	65.416.333	58.633.858	124.050.191	53.847.191	67.850.606	121.697.797
Demais despesas correntes	26.041.916	31.788.356	57.830.272	29.832.689	37.400.724	67.233.413
Despesas de capital	22.156.805	67.494.902	89.651.707	19.952.733	17.436.256	37.388.989
Investimentos	535.168	1.769.386	2.304.554	2.593.413	3.338.461	5.931.874
Inversões financeiras	9.671.917	11.593.641	21.265.558	8.388.170	7.937.744	16.325.914
Amortização da dívida	11.949.720	54.131.876	66.081.596	8.971.150	6.160.050	15.131.200
Reserva de contingência	0	0	0	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (IX)	4.680.797	6.066.195	10.746.992	4.459.971	4.376.634	8.836.605
Despesas correntes	4.668.630	6.064.425	10.733.055	4.372.853	4.364.724	8.737.577
Pessoal e encargos sociais	2.643.454	2.722.873	5.366.327	2.660.227	2.525.987	5.186.214
Outras despesas correntes	2.025.176	3.341.552	5.366.728	1.712.626	1.838.738	3.551.364
Demais despesas correntes	2.025.176	3.341.552	5.366.728	1.712.626	1.838.738	3.551.364
Despesas de capital	12.167	2	12.169	87	11.096	11.183
Investimentos	12.153	2	12.155	12.795	814	13.609
Inversões financeiras	14	12	26	74.322	11.096	85.418
Subtotal das despesas (X) = (VIII + IX)	232.799.877	262.725.545	495.525.422	208.104.667	248.923.134	457.027.801
Amortização da dívida - refinanciamento (XI)	174.836.087	155.411.543	330.247.630	100.424.964	87.644.999	188.069.963
Amortização da dívida interna	173.411.458	155.227.066	328.638.524	93.235.910	87.329.719	180.565.629
Dívida mobiliária	173.078.634	154.938.194	328.016.828	93.235.910	87.329.719	180.565.629
Outras dívidas	332.823	289	333.112	-	-	-
Amortização da dívida externa	1.424.629	184	1.424.813	7.189.054	315.279	7.504.333
Dívida mobiliária	1.357.459	0	1.357.459	1.619.466	234.978	1.854.444
Outras dívidas	67.170	184	67.354	5.569.588	80.302	5.649.890
Subtotal com refinanciamento (XII) = (X + XI)	407.635.963	418.137.087	825.773.050	308.529.631	336.568.133	645.097.764
Superávit (XIII)	-	-	-	-	-	-
Total (XIV) = (XII + XIII)	407.635.963	418.137.087	825.773.050	308.529.631	336.568.133	645.097.764

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º).

(...) Não disponível até dezembro.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As despesas liquidadas são consideradas.

Estado

(Continua)

Tabela 24
Balanco orçamentário – receita – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2013/2014

Receita realizada	2014			2013		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	5.654.858.142	5.654.858.142	11.309.716.283	5.174.508.854	3.797.569.191	8.972.078.045
Receitas correntes	5.595.707.899	5.595.707.899	11.191.415.798	4.455.814.075	4.399.694.138	8.855.508.213
Receita tributária	3.383.070.206	3.383.070.206	6.766.140.412	2.874.009.806	2.603.491.505	5.477.501.311
Impostos	3.267.220.793	3.267.220.793	6.534.441.586	2.864.414.977	2.418.534.970	5.282.949.947
Taxas	115.849.413	115.849.413	231.698.826	9.594.829	184.956.535	194.551.364
Contribuição de melhoria	-	-	0	-	-	-
Receita de contribuições	304.039.625	304.039.625	608.079.250	253.272.183	317.716.726	570.988.909
Contribuições sociais	304.039.625	304.039.625	608.079.250	253.272.183	317.716.726	570.988.909
Contribuições econômicas	-	-	0	-	-	-
Receita patrimonial	72.786.509	72.786.509	145.573.019	8.514.155	79.758.842	88.272.997
Receitas imobiliárias	4.018.318	4.018.318	8.036.636	1.399.307	4.095.667	5.494.974
Receitas de valores mobiliários	35.487.843	35.487.843	70.975.686	1.399.307	49.135.482	50.534.788
Receitas de concessões e permissões	1.774.433	1.774.433	3.548.867	-	4.597.032	4.597.032
Compensações financeiras	-	-	0	-	-	-
Receita de cessão de direitos	6.561.773	6.561.773	13.123.546	2.508.843	7.433.387	7.433.387
Outras receitas patrimoniais	24.944.142	24.944.142	49.888.285	3.206.699	14.497.274	17.703.973
Receita agropecuária	277	277	554	-	1.682.062	1.682.062
Receita da produção vegetal	-	-	0	-	-	-
Receita da produção animal e derivados	277	277	554	-	-	-
Outras receitas agropecuárias	-	-	0	-	1.682.062	1.682.062
Receita industrial	-	-	0	-	-	-
Receita da indústria de transformação	-	-	0	-	-	-
Receita da indústria de construção	-	-	0	-	-	-
Outras receitas industriais	-	-	0	-	-	-
Receita de serviços	18.796.190	18.796.190	37.592.381	5.495.800	20.374.933	25.870.734
Transferências correntes	2.474.119.673	2.474.119.673	4.948.239.345	1.928.990.100	1.835.971.706	3.764.961.805
Transferências intergovernamentais	2.442.520.450	2.442.520.450	4.885.040.901	1.915.983.742	1.777.118.248	3.693.101.991
Transferências de instituições privadas	-	-	0	-	-	-
Transferências do exterior	-	-	0	-	-	-
Transferências de pessoas	-	-	0	-	-	-
Transferências de convênios	31.599.222	31.599.222	63.198.444	13.006.357	58.853.457	71.859.815
Transferências para o combate à fome	-	-	0	-	-	-
Outras receitas correntes	97.579.084	97.579.084	195.158.169	59.959.109	64.436.407	124.395.515
Multas e juros de mora	38.243.032	38.243.032	76.486.064	14.842.786	17.045.072	31.887.858
Indenizações e restituições	35.119.119	35.119.119	70.238.239	2.682.122	3.582.013	6.264.134
Receita da dívida ativa	10.582.968	10.582.968	21.165.936	970.583	960.141	1.930.724
Receitas diversas	13.633.965	13.633.965	27.267.930	41.463.618	42.849.181	84.312.799
Conta retificadora da receita orçamentária	-754.683.666	-754.683.666	-1.509.367.333	-674.427.077	-523.738.042	-1.198.165.120
Receitas de capital	59.150.243	59.150.243	118.300.485	718.694.779	-602.124.947	116.569.832
Operações de crédito	1.093.243	1.093.243	2.186.485	713.475.000	-676.345.135	37.129.865
Operações de crédito internas	1.093.243	1.093.243	2.186.485	-	8.000.000	8.000.000
Operações de crédito externas	-	-	0	713.475.000	-684.345.135	29.129.865
Alienação de bens	633.145	633.145	1.266.289	-	-	-
Alienação de bens móveis	215.444	215.444	430.889	-	-	-
Alienação de bens imóveis	417.700	417.700	835.400	-	-	-

(Conclusão)

Tabela 24
Balanço orçamentário – receita – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2013/2014

Receita realizada	2014			2013		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Amortização de empréstimos	-	-	0	-	-	-
Amortização de empréstimos	-	-	0	-	-	-
Transferências de capital	57.423.855	57.423.855	114.847.711	5.219.779	74.220.188	79.439.967
Transferências intergovernamentais	365.000	365.000	730.000	5.219.779	2.781.400	8.001.179
Transferências de instituições privadas	-	-	0	-	-	-
Transferências do exterior	-	-	0	-	-	-
Transferências de pessoas	-	-	0	-	-	-
Transferências de outras instituições públicas	-	-	0	-	-	-
Transferências de convênios	57.058.855	57.058.855	114.117.711	-	71.438.788	71.438.788
Transferências para o combate à fome	-	-	0	-	-	-
Outras receitas de capital	-	-	0	-	-	-
Integralização do capital social	-	-	0	-	-	-
Dív. atv. prov. da amortiz. de emp. e financ.	-	-	0	-	-	-
Restituições	-	-	0	-	-	-
Outras receitas	-	-	0	-	-	-
Receitas (intraorçamentárias) (II)	365.204.106	365.204.106	730.408.211	316.475.209	324.261.769	640.736.978
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	6.020.062.247	6.020.062.247	12.040.124.494	5.490.984.064	4.121.830.959	9.612.815.023
Operações de crédito – refinanciamento (IV)	-	-	0	-	-	-
Operações de crédito internas	-	-	0	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	0	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	0	-	-	-
Operações de crédito externas	-	-	0	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	0	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	0	-	-	-
Subtotal com refinanciamentos (V) = (III + IV)	6.020.062.247	6.020.062.247	12.040.124.494	5.490.984.064	4.121.830.959	9.612.815.023
Déficit (VI)	-	-	0	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	6.020.062.247	6.020.062.247	12.040.124.494	5.490.984.064	4.121.830.959	9.612.815.023
Saldos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-

Receita intraorçamentária	2014			2013		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Receitas correntes	365.204.106	365.204.106	730.408.211	316.475.209	324.261.769	640.736.978
Receita de contribuições	360.598.875	360.598.875	721.197.751	316.475.209	318.051.645	634.526.854
Contribuições sociais	360.598.875	360.598.875	721.197.751	316.475.209	318.051.645	634.526.854
Receita de serviços	4.605.230	4.605.230	9.210.461	-	6.210.124	6.210.124
Total	365.204.106	365.204.106	730.408.211	316.475.209	324.261.769	640.736.978

Fonte: Sefaz-BA, 2014.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “a” do inciso II e §1º).

Tabela 25

Balço orçamentário – despesa – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2013/2014

Despesa executada	2014			2013		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	3.775.800.710	5.026.457.731	8.802.258.441	604.223.299	6.519.465.510	7.123.688.809
Despesas correntes	3.587.196.311	4.554.424.762	8.141.621.072	417.884.744	5.642.735.238	6.060.619.982
Pessoal e encargos sociais	2.293.574.129	2.181.888.944	4.475.463.073	292.896.383	2.952.604.398	3.245.500.781
Juros e encargos da dívida	61.954.818	72.469.046	134.423.864	69.012.256	74.581.829	143.594.085
Outras despesas correntes	1.231.667.364	2.300.066.772	3.531.734.135	55.976.105	2.615.549.011	2.671.525.116
Transferências a municípios	795.135.807	725.401.890	1.520.537.697	-	1.294.212.176	1.294.212.176
Demais despesas correntes	436.531.557	1.574.664.881	2.011.196.438	55.976.105	1.321.336.835	1.377.312.940
Despesas de capital	188.604.399	472.032.969	660.637.369	186.338.555	876.730.271	1.063.068.826
Investimentos	21.797.567	315.606.824	337.404.392	343.717	123.678.174	124.021.891
Inversões financeiras	2.007.588	60.051.636	62.059.224	-	1.639.332	1.639.332
Amortização da dívida	164.799.244	96.374.509	261.173.753	185.994.838	751.412.765	937.407.603
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-
Reserva do rpps	-	-	-	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (II)	288.968.498	282.004.779	570.973.277	67.319.263	390.457.579	457.776.841
Subtotal das despesas (III)=(I + II)	4.064.769.208	5.308.462.510	9.373.231.718	671.542.562	6.909.923.088	7.581.465.650
Amortização da dívida/refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-	-
Amortização da dívida interna	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da dívida externa	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	4.064.769.208	5.308.462.510	9.373.231.718	671.542.562	6.909.923.088	7.581.465.650
Superávit (VI)	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	4.064.769.208	5.308.462.510	9.373.231.718	671.542.562,00	6.909.923.088	7.581.465.650

Despesa intraorçamentária	2014			2013		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Despesas correntes	288.968.498	282.004.779	570.973.277	190.624.379	390.457.579	581.081.958
Pessoal e encargos sociais	254.338.904	237.006.567	491.345.471	181.279.121	330.065.646	511.344.766
Outras despesas correntes	34.629.595	44.998.211	79.627.806	9.345.259	60.391.933	69.737.192
Despesas de capital	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Total	288.968.498	282.004.779	570.973.277	190.624.379	390.457.579	581.081.958

Fonte: Sefaz-BA.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "b" do inciso II e §1º) – LEI 9.394/96, Art. 72 – Anexo X.

Tabela 26
Receita tributária mensal – Bahia – jan.-abr. 2014

(R\$ 1.000)

Meses	ICMS		Outras		Total	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Janeiro	1.505.775.889	1.484.400.642	56.025.700	163.748.636	1.561.801.589	1.648.149.278
Fevereiro	1.239.789.328	1.453.994.092	72.418.888	280.926.836	1.312.208.217	1.734.920.928
Março	1.247.896.776	1.328.941.904	183.792.389	132.960.039	1.431.689.165	1.461.901.943
Abril	992.624.244	1.348.908.999	179.178.095	275.959.884	1.171.802.339	1.624.868.883
Maio	1.317.776.644	-	25.352.117	-	1.343.128.761	-
Junho	1.276.094.741	-	67.034.020	-	1.343.128.761	-
Julho	1.213.454.517	-	129.674.244	-	1.343.128.761	-
Agosto	1.267.210.202	-	75.918.559	-	1.343.128.761	-
Setembro	1.285.573.432	-	57.555.329	-	1.343.128.761	-
Outubro	1.343.128.761	-	133.531.331	-	1.476.660.093	-
Novembro	1.796.519.146	-	821.084.780	-	2.617.603.926	-
Dezembro	1.196.214.076	-	261.885.119	-	1.458.099.195	-
Total	15.682.057.758	5.616.245.637	2.063.450.572	853.595.395	17.745.508.331	6.469.841.032

Fonte: Sefaz-BA – Relatórios Bimestrais.
Elaboração: SEI.

Tabela 27
Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação – Brasil - jan.-abr. 2013/2014

Unidade da Federação	2014					2013				
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Acumulado jan.-abr.
Norte	1679846(i)	1.856.474	1.772.666	5308986(i)	10.617.972	1.733.519	1.611.733	1.483.054	1.702.758	1.766.248
Acre	0	0	0	0	0	58.929	59.255	65.069	82.820	63.007
Amazonas	663.711	720.430	701.301	2.085.443	4.170.885	530.239	542.463	497.779	596.734	610.581
Pará	733.435	676.427	636.046	2.045.908	4.091.816	662.123	585.842	543.129	577.811	616.791
Rondônia	0	191.264	193.316	384.579	769.159	237.898	208.410	175.043	211.901	231.249
Amapá	77.089	72.255	59.683	209.028	418.055	64.125	57.203	51.636	59.087	64.680
Roraima	49.272	47.990	45.305	142.567	285.134	46.143	39.300	37.336	45.362	45.710
Tocantins	156.338	148.108	137.015	441.461	882.922	134.063	119.259	113.062	129.042	134.229
Nordeste	5.031.743	4.593.179	2.990.068	12.614.990	25.229.980	5.073.047	4.517.777	3.923.838(i)	4.495.502	4.650.107
Maranhão	408.968	368.327	370.487	1.147.782	2.295.564	383.895	359.358	320.394	332.909	344.472
Piauí	240.707	248.030	204.551	693.288	1.386.576	220.570	223.336	178.804	209.625	222.866
Ceará	775.352	762.942	724.674	2.262.968	4.525.936	709.657	688.624	608.278	674.011	677.930
Rio Grande do Norte	346.846	352.314	350.106	1.049.265	2.098.531	325.940	311.542	289.142	327.991	323.677
Paraíba	373.911	331.353	339.589	1.044.853	2.089.706	344.652	305.780	265.502	303.060	302.501
Pernambuco	1.119.921	1.008.829	1.000.662	3.129.412	6.258.824	1.045.210	922.346	829.169	911.322	950.822
Alagoas	0	0	0	0	0	261.371	222.776	195.662(i)	218.071	225.718
Sergipe	252.588	0	0	252.588	505.176	237.830	209.460	183.461	197.519	216.620
Bahia	1.513.449	1.521.383	0	3.034.832	6.069.664	1.543.922	1.274.557	1.053.426	1.320.994	1.385.501
Sudeste	16.801.664	16.667.741	16.073.423	49.542.827	99.085.655	15.487.942	14.672.331	14.775.898	16.064.849	16.494.348
Minas Gerais	3.202.912	3.181.795	2.919.350	9.304.057	18.608.114	2.976.566	2.739.520	2.548.104	2.848.972	2.891.484
Espírito Santo	744.747	738.741	863.876	2.347.363	4.694.727	867.189	677.058	623.504	702.760	712.530
Rio De Janeiro	2.855.822	2.841.005	2.611.484	8.308.311	16.616.622	2.728.450	2.462.825	2.457.668	2.562.133	2.455.352
São Paulo	9.998.183	9.906.200	9.678.713	29.583.097	59.166.193	8.915.737	8.792.928	9.146.623	9.950.984	10.434.983
Sul	5.379.842	4.920.438	3.656.930	13.957.210	27.914.420	4.961.163	4.345.740	4.195.396	4.712.084	4.770.866
Paraná	1.835.815	1.617.494	1.681.523	5.134.832	10.269.664	1.732.905	1.459.533	1.441.427	1.605.377	1.612.209
Santa Catarina	1.337.294	1.257.695	0	2.594.989	5.189.978	1.215.620	1.052.708	1.034.555	1.115.272	1.159.762
Rio Grande do Sul	2.206.733	2.045.248	1.975.407	6.227.388	12.454.776	2.012.638	1.833.498	1.719.414	1.991.434	1.998.896
Centro-Oeste	2.809.838	2.616.663	2.562.936	7.989.437	15.978.874	2.662.413	2.419.231	2.502.800	2.628.049	2.635.368(i)
Mato Grosso	667.989	576.409	558.839	1.803.237	3.606.474	594.863	560.274	597.995	650.804	608.924(i)
Mato Grosso do Sul	593.876	576.872	571.806	1.742.554	3.485.108	542.848	514.059	534.189	534.227	533.263
Goiás	978.814	958.688	928.682	2.866.185	5.732.369	990.518	915.667	862.775	944.809	991.344
Distrito Federal	569.159	504.694	503.608	1.577.461	3.154.922	534.185	429.230	507.841	498.210	501.836
Brasil	31702933(i)	30.654.494	27.056.022	89413449(i)	178.826.998	29.918.085	27.566.812	26.880.986(i)	29.603.242	30.316.937(i)
Brasil										87.088.139

Fonte: Sefaz/Confaz/Cotepe-ICMS.

Elaboração: SEI/Coref.

Última Atualização em dezembro.

(..) Dado indisponível.

(i) Dado sujeito a retificação.

Município

Tabela 28
Balço orçamentário – receita – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan. - abr. 2013/2014

Receita realizada	2014			2013		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	878.668.501	733.589.785	1.612.258.287	870.773.919	600.736.980	1.471.510.899
Receitas correntes	875.304.182	730.209.785	1.605.513.968	870.773.919	600.598.716	1.471.372.635
Receita tributária	430.099.737	312.104.302	742.204.039	366.852.049	234.837.950	601.689.999
Impostos	369.217.341	264.513.863	633.731.204	279.503.721	202.452.213	481.955.934
Taxas	60.882.396	47.590.439	108.472.835	87.023.466	32.153.637	119.177.103
Outras receitas tributárias	-	-	-	324.862	232.100	556.963
Receita de contribuições	29.925.079	29.758.127	59.683.206	33.101.321	29.732.004	62.833.325
Contribuições sociais	18.815.818	18.104.335	36.920.153	20.368.233	16.522.486	36.890.719
Contribuições econômicas	11.109.262	11.653.792	22.763.054	12.733.088	13.209.518	25.942.606
Receita patrimonial	19.062.556	20.751.431	39.813.987	132.105.708	11.159.888	143.265.596
Receitas imobiliárias	247.025	537.964	784.989	101.514	213.665	315.180
Receitas de valores mobiliários	14.512.568	16.641.828	31.154.397	4.030.287	7.472.501	11.502.788
Receitas de concessões e permissões	4.302.963	3.571.639	7.874.601	1.951.662	3.473.722	5.425.384
Outras receitas patrimoniais	-	-	-	126.022.244	-	126.022.244
Receita industrial	-	-	-	62.481	52.483	114.964
Receita da indústria de construção	-	-	-	62.481	52.483	114.964
Receita de serviços	274.588	615.663	890.251	287.010	235.465	522.475
Transferências correntes	372.185.419	342.464.949	714.650.368	320.322.244	303.676.375	623.998.619
Transferências intergovernamentais	361.195.558	337.580.816	698.776.374	314.729.894	301.167.236	615.897.129
Transferências de instituições privadas	6.963.573	2.400.200	9.363.773	3.136.727	60.400	3.197.127
Transferências do exterior	-	1.360	1.360	-	-	-
Transferências de pessoas	9.483	-	-	5.502	4.372	9.874
Transferências de convênios	4.016.805	2.482.573	6.499.378	2.450.121	2.444.368	4.894.490
Outras receitas correntes	23.756.803	24.515.313	48.272.116	18.043.104	20.904.552	38.947.656
Multas e juros de mora	13.753.633	13.370.927	27.124.560	7.578.114	8.772.988	16.351.102
Indenizações e restituições	866.230	697.814	1.564.044	301.057	758.348	1.059.405
Receita da dívida ativa	7.025.928	8.202.734	15.228.662	7.626.041	9.140.275	16.766.316
Receitas diversas	2.111.012	2.243.839	4.354.851	2.537.892	2.232.940	4.770.832
Receitas de capital	3.364.319	3.380.000	6.744.319	-	138.264	138.264
Operações de crédito	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito internas	-	-	-	-	-	-
Alienação de bens	225.822	-	-	-	72.414	72.414
Alienação de bens móveis	225.822	-	-	-	72.414	72.414
Transferências de capital	3.138.497	3.380.000	6.518.497	-	65.850	65.850
Transferências intergovernamentais	980.790	3.380.000	4.360.790	-	-	-
Transferências de convênios	2.157.707	-	-	-	65.850	65.850
Outras deduções	-	-	-	-	-	-
Dedução da receita corrente	-	-	-	-	-	-

Tabela 28
Balanço orçamentário – receita – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan. - abr. 2013/2014

Receita realizada	2014			2013		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Receitas (intraorçamentárias) (II)	30.925.230	22.964.899	53.890.129	29.475.975	29.172.460	58.648.435
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	909.593.731	756.554.684	1.666.148.415	900.249.894	629.909.441	1.530.159.334
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-
Total (V) = (III + IV)	909.593.731	756.554.684	1.666.148.415	900.249.894	629.909.441	1.530.159.334

Receita intraorçamentária	2014			2013		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Receitas correntes	30.925.230	22.964.899	53.890.129	35.702.357	29.276.465	64.978.822
Receita de contribuições	30.925.230	22.964.899	53.890.129	33.458.589	29.276.465	62.735.054
Contribuições sociais	30.925.230	22.964.899	53.890.129	2.243.768	-	2.243.768
Receita de serviços	-	-	-	-	-	-
Receita de capital	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital intraorçamentária	-	-	-	-	-	-
Total	30.925.230	22.964.899	53.890.129	12.054.719	10.217.364	22.272.083

Fonte: Sefaz-BA.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO - Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "a" do inciso II e §1º).

Tabela 29

Balanço orçamentário – despesa – orçamentos fiscal e da seguridade social – Salvador – jan.-abr. 2013/2014

Despesa executada	2014			2013		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	511.078.361	640.795.329	1.151.873.690	416.466.668	416.466.668	832.933.336
Despesas correntes	484.594.065	593.134.272	1.077.728.338	395.574.057	395.574.057	791.148.114
Pessoal e encargos sociais	287.503.102	298.967.532	586.470.634	282.383.574	282.383.574	564.767.147
Juros e encargos da dívida	11.309.901	11.692.439	23.002.340	11.363.698	11.363.698	22.727.395
Outras despesas correntes	185.781.063	282.474.301	468.255.364	101.826.786	101.826.786	203.653.572
Despesas de capital	26.484.296	47.661.057	74.145.353	20.892.611	20.892.611	41.785.222
Investimentos	6.896.969	29.739.758	36.636.727	554.689	554.689	1.109.377
Inversões financeiras	-	-	-	1.280.000	1.280.000	2.560.000
Amortização da dívida	19.587.327	17.921.299	37.508.626	19.057.922	19.057.922	38.115.844
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (II)	31.956.945	32.221.789	64.178.734	27.872.587	28.151.823	56.024.410
Subtotal das despesas (III)=(I+II)	543.035.306	673.017.119	1.216.052.424	444.339.255	587.375.197	1.031.714.452
Superávit (IV)			-	-		
Total (V) = (III + IV)	543.035.306	673.017.119	1.216.052.424	444.339.255	587.375.197	1.031.714.452

Despesa intraorçamentária	2014			2013		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Despesas correntes	31.956.945	32.221.789	64.178.734	27.872.587	28.151.823	56.024.410
Pessoal e encargos sociais	31.956.945	32.221.789	64.178.734	27.872.587	28.151.823	56.024.410
Outras despesas correntes	-	-	-	-	-	-
Despesas de capital	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Total	31.956.945	32.221.789	64.178.734	27.872.587	28.151.823	56.024.410

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

Publique
seu artigo



C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

ENDEREÇO ELETRÔNICO
PARA ENVIO DOS ARTIGOS

cep@sei.ba.gov.br

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Rosangela Conceição

Elissandra Britto

INFORMAÇÕES

55 71 3115-4771

e 3115-4711

www.sei.ba.gov.br



@eu_sei



imprensa.sei



**Governo do
Estado da Bahia**

Secretaria do Planejamento

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

A revista *Conjuntura & Planejamento*, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), aceita colaborações originais, em português, de artigos sobre conjuntura e planejamento da economia, bem como resenhas de livros inéditos que se enquadrem nestes mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial, instância que os aprova para publicação.

A Coordenação Editorial reserva-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, dentre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela Instituição, constante no *Manual de Redação e Estilo* da SEI, disponível no site www.sei.ba.gov.br, menu “Publicações”.

Os artigos ou resenhas que não estiverem de acordo com as normas não serão apreciados.

O autor terá direito a dois exemplares do periódico em que seu artigo for publicado.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- Apresentação em editor de texto de maior difusão (Word), formatado com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12;
- Os artigos devem conter, no mínimo, dez páginas e, no máximo, 15 e as resenhas, no máximo, três páginas;
- É permitido apenas um artigo por autor, exceto no caso de participação como coautor;
- Inclusão, em nota de rodapé, da identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome da(s) instituição(ões) a que está vinculado, e-mail, telefone e endereço para correspondência;
- Arquivos magnéticos devem ser enviados à Coordenação de Análise Conjuntural (CAC), para o e-mail c&p@sei.ba.gov.br;
- As tabelas e demais tipos de ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) devem estar numerados consecutivamente, com algarismos arábicos, na ordem em que forem citados no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e localizados o mais próximo possível do trecho a que se referem;
- As ilustrações de qualquer tipo devem estar acompanhadas dos originais. As fotografias devem apresentar resolução de 300 dpi (CMYK), com cor real e salvas na extensão TIFF;
- As notas de rodapé devem ser explicativas ou complementares, curtas, numeradas em ordem sequencial, no corpo do texto e na mesma página em que forem citadas;
- As citações de até três linhas devem estar entre aspas, na sequência do texto. As citações com mais de três linhas devem constar em parágrafo próprio, com recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT);
- As referências devem ser completas e precisas, segundo as Normas Brasileiras para Referências Bibliográficas – NBR 6023 da ABNT.

Todos os números da *Conjuntura & Planejamento* podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu “Publicações”.



Governo do Estado da Bahia

Secretaria do Planejamento

ISSN 1413-1536



9 771413 1153607